PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N.º 8 506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.237 , DE 12 DE JANEIRO DE 1995.

"Dispõe sobre prazo para pagamento de Impostos e Taxas Municipais".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O pagamento referente a parcela única ou a primeira parcela do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana-IPPU, do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana-IPTU, da Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas e da Taxa de Remoção de Lixo, será efetuado pelos contribuintes, excepcionalmente no presente exercício, até o dia 31 de janeiro de 1995 e, as demais parcelas, nos dias 20 dos meses subsequentes.

ARTIGO 2º - Quando os valores do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana-IPPU, do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana-IPTU, da Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas e da Taxa de Remoção de Lixo, somados, forem iguais ou inferiores a 01 (uma) Unidade Fiscal do Município-UFM, deverão ser pagos à vista, em parcela única, até o dia 31 de janeiro de 1995.

ARTIGO 3º - O prazo para reclamação do lançamento dos Impostos e Taxas a que se referem os artigos anteriores, será de 07 (sete) dias.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1995.

ARTIGO 5º - Permanecem em vigor as demais disposições que regem a matéria.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 12 de janeiro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da EsTância Turística de Tremembé, aos 12 de janeiro de 1995.

Lúcia da Cunha Rola
Secretária Municipal Substa

LEI Nº 2.238, DE 26 DE JANEIRO DE 1995.

"Dispõe sobre substituição de anexos e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Os anexos constantes desta lei substituem os integrantes da Lei Municipal nº 2.234/94 (Orçamento Fiscal do Município).

ARTIGO 2º - No artigo 3º da Lei Municipal nº 2.234/94, onde se lê:

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

03 - Administração e Planejamento.....	R$ 4.090.000,00
08 - Educação e Cultura.....	R$ 10.835.000,00
10 - Habitação e Urbanismo.....	R$ 6.020.000,00

POR PROGRAMA

07 - Administração.....	R$ 2.480.000,00
48 - Cultura.....	R$ 830.500,00
58 - Urbanismo.....	R$ 2.770.000,00
88 - Transporte Rodoviário.....	R$ 750.000,00

POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes.....	R$ 2.300.000,00
Despesas de Capital.....	R$ 500.000,00
TOTAL.....	R$ 2.800.000,00

leia-se:

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

03 - Administração e Planejamento.....	R$ 4.120.000,00
08 - Educação e Cultura.....	R$ 10.805.000,00
10 - Habitação e Urbanismo.....	R$ 6.050.000,00

POR PROGRAMA

LEI Nº 2.239, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

"Dispõe sobre prorrogação de prazo para pagamento da parcela única do IPPU e do IPTU para o exercício de 1995".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Excepcionalmente para o exercício de 1995, o prazo para pagamento da parcela única do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana - IPPU e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, fica prorrogado para até o dia 10 de fevereiro de 1995, com 10% (dez por cento) de desconto.

ARTIGO 2º - O contribuinte que pagou a primeira parcela até o dia 31 de janeiro de 1995, poderá quitar as parcelas restantes, em uma única vez, até o dia 10 de fevereiro de 1995 com 10% (dez por cento) de desconto.

ARTIGO 3º - O valor para pagamento da parcela única a que se referem os artigos anteriores, terá como base de cálculo a Unidade Fiscal do Município - UFM, do mês de fevereiro de 1995.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos a 1º de fevereiro de 1995, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de fevereiro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de fevereiro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.240, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1995.

"Dispõe sobre a instituição do Sistema de Parceria entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e os contribuintes do Município, para pavimentação de vias públicas".

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Sistema de Parceria, para pavimentação de vias públicas, que obedecerá o disposto nesta Lei.

ARTIGO 2º - O Sistema de Parceria compreenderá a execução de pavimentação, de guias e sarjetas, e será acionado através de solicitação de, pelo menos, 90% (noventa por cento) dos proprietários de imóveis localizados nas vias públicas onde serão instituídas as obras de melhoramento.

ARTIGO 3º - O proprietário do imóvel contribuirá com a quantidade necessária de cimento para realização de serviço, na proporção da testada do seu imóvel.

ARTIGO 4º - A Prefeitura arcará com o custo dos demais materiais a serem utilizados no serviço de pavimentação, bem como com as despesas de mão-de-obra, elaboração de projetos e fiscalização, além da administração da obra.

ARTIGO 5º - Serão priorizadas as obras das vias que já se encontram dotadas de rede de água e esgoto.

ARTIGO 6º - Implantado o melhoramento pelo Sistema de Parceria, a Prefeitura não poderá exigir, seja a que título for, qualquer pagamento adicional do proprietário do imóvel que contribuiu com sua cota de cimento, referente a pavimentação e colocação de guias e sarjetas.

ARTIGO 7º - A Prefeitura expedirá ao proprietário do imóvel, participante do Sistema de Parceria, recibo de doação do cimento e garantia da não cobrança de taxas de contribuição de melhoria, referente a pavimentação, conforme minuta anexa, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

ARTIGO 8º - Os proprietários dos imóveis que não aderirem ao Sistema de Parceria, terão cobrados os valores correspondentes à sua cota no melhoramento, bem como ao dispendido pela Administração Municipal, como contribuição de melhoria.

ARTIGO 9º - A Prefeitura não é responsável por qualquer acordo que venha ser feito pelo proprietário do imóvel e o seu inquilino, para doação do cimento ou pela não adesão ao Sistema de Parceria.

ARTIGO 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1995.

ARTIGO 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 10 de fevereiro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 10 de fevereiro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

M I N U T A

RECIBO DE DOAÇÃO E GARANTIA DE CONTRIBUIÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, recebeu do(a) senhor(a)_____, portador(a) da Cédula de Identidade RG_____, residente na Rua_____ nº_____, na cidade de_____, no Bairro_____, Estado de_____, como forma de doação, _____ sacos de cimento, para a finalidade exclusiva de confecção de bloquetes, guias e sarjetas a serem utilizados na pavimentação da Rua _____, localizada no Bairro_____, nesta cidade, correspondenta a_____ metros quadrados de pavimentação.

Com a presente doação, o proprietário do imóvel sito à Rua_____ nº_____, Lote_____ da Quadra_____, no Bairro_____, nesta cidade, senhor(a)_____, garante a quitação de sua cota de contribuição no Sistema de Parceria instituído pela Lei Nº_____, de____/____/____, para pavimentação de vias públicas e logradouros, não mais comportando, seja a que título for, qualquer cobrança adicional por parte da Prefeitura Municipal pelo melhoramento de pavimentação implantado.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, __/__/__.

_____

Assinatura do Prefeito Municipal

LEI Nº 2.241, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de Praça Pública".

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada **PRAÇA PADRE LUIZ BALMES** a Praça Municipal situada defronte à Basilica Menor do Senhor Bom Jesus de Tremembé.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de fevereiro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de fevereiro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.242, DE 16 DE MARÇO DE 1995.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento fiscal do município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08462282.26 Manutenção das Atividades do Setor de Cultura - (Seção de Esportes e Turismo).
3.1.3.1 Remuneração de Serviços Pessoais...(+)R$ 10.000,00
08462282.27 Manutenção das Atividades do Centro de Lazer do Trabalhador.
3.1.3.1 Remuneração de Serviços Pessoais...(+)R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante redução parcial da seguinte verba do orçamento vigente:

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
99999992.69 Reserva de Contingência.
9.9.9.9 Reserva de Contingência.....(-)R$ 20.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 16 de março de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de março de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.243, DE 16 DE MARÇO DE 1995.

"Dispõe sobre nova redação ao ANEXO 2 - RECEITA (CONFORME LEI Nº 4.320/64)."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - No Anexo 2 - RECEITA (CONFORME LEI Nº 4.320/64), constante da Lei Municipal nº 2.234, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município de Tremembé para o exercício de 1995, onde se lê:

19.31.01.00 - Receita da Dívida Ativa dos Impostos..R$ 340.000,00

19.31.01.02 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU.....R$ 90.000,00

leia-se:

19.31.01.00 - Receita da Dívida Ativa dos Impostos..R$ **312.000,00**

19.31.01.02 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU.....R$ **62.000,00**

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1995.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 16 de março de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de março de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.244, DE 31 DE MARÇO DE 1995.

"Introduz parágrafo único no artigo 1º da lei municipal nº 2.005, de 09 de setembro de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.005/91 passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - A construção de imóveis a partir da linha de divisa lateral de terrenos, dentro do perímetro urbano do Município de Tremembé, será permitida desde que, nesse mesmo lado, não existam aberturas ou vãos destinados à iluminação ou à ventilação do imóvel.

PARÁGRAFO ÚNICO - O recuo de fundo deixa de ser obrigatório, podendo a construção principal encostar na linha de divisa, desde que não haja vão de iluminação e ventilação voltada para a mesma, e desde que sejam obedecidas as taxas de ocupação e coeficiente de aproveitamento para a rua onde estiver localizado o imóvel."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 31 de março de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de março de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.245, DE 31 DE MARÇO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "Rua Maria José da Silva" a Rua Projetada nº 1, que se inicia na Travessa Francisco Paulo de Abreu, nesta cidade.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 31 de março de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de março de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.246, DE 31 DE MARÇO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "Odete Abreu dos Santos" a Rua Projetada nº 2, que se inicia na Travessa Francisco Paulo de Abreu, nesta cidade.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 31 de março de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de março de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.247, DE 06 DE ABRIL DE 1995.

"Dispõe sobre a contratação de pessoal para execução de serviços de calçamento, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contratar pessoal em caráter temporário, para execução de serviços referentes às obras das ruas do Sistema de Parceria, regulamentado pela Lei Municipal nº 2.240, de 10 de fevereiro de 1995.

ARTIGO 2º - O número de pessoas a serem contratadas não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do total de servidores existentes na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, à época da contratação.

ARTIGO 3º - O prazo improrrogável da contratação a que se refere o artigo 1º desta lei será de 180 (cento e oitenta dias).

ARTIGO 4º - Poderá, também, o Poder Executivo Municipal contratar pessoal, na mesma proporção a que se refere o artigo 2º desta lei, quando houver:

a) calamidade pública ou comoção interna;

b) campanhas de saúde pública.

ARTIGO 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de março de 1995.

Cont. da Lei nº 2.247/95. fls.02.

ARTIGO 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nºs. 1.729, de 23 de março de 1989; 2.121, de 03 de setembro de 1993, e 2185, de 18 de abril de 1994. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 06 de abril de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de abril de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.248, DE 18 DE ABRIL DE 1995.

"Institui parágrafos ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.330, de 25 de janeiro de 1985".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - .....

§ 1º - A gratificação de que trata o "caput" deste artigo será concedida para funcionários estaduais que venham a exercer cargo ou função-atividade permanente de confiança no quadro funcional da Prefeitura, que não exijam formação técnica de 2º grau ou de formação técnica de grau superior.

§ 2º - Aos funcionários estaduais que venham exercer cargo ou função-atividade permanente de confiança no quadro funcional da Prefeitura que exijam formação técnica de 2º grau ou formação técnica de grau superior, será paga a diferença percebida entre a esfera estadual e a esfera municipal, se esta for maior, cujo valor deverá ser apurado pelo Módulo I - Tabela Única de Remuneração, sempre no grau A-1."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1995.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 18 de abril de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de abril de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.249, DE 18 DE ABRIL DE 1995.

"Dispõe sobre atualização do Módulo I - Tabela Única de Remuneração."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Módulo I - Tabela Única de Remuneração, que serve de base para pagamento de vencimentos, salários, gratificações e pensões a servidores municipais, vigente em 31 de março de 1995, de acordo com a Lei Complementar nº 20/93, com suas consequentes alterações, fica, a partir de 1º de abril de 1995, reajustado na porcentagem de 12% (doze por cento).

ARTIGO 2º - O reajuste de que trata o artigo 1º fica estendido da mesma forma e porcentagem aos servidores da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, devendo o Módulo I - Tabela Única de Remuneração da mesma ser idêntico em graus e valores.

ARTIGO 3º - Permanecem em vigor as demais disposições constantes das Leis Complementares de nºs. 20/93 e 33/93, respectivamente, naquilo que não prejudique os interesses dos servidores municipais.

ARTIGO 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor em 1º de abril de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 18 de abril de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de abril de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.250, DE 28 DE ABRIL DE 1995.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento fiscal do município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

5.	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA	
5.1.1	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	
03070212.16	Manutenção das Atividades do Serviço de Administração de Pessoal - Setor de Pessoal - Seção de Recrutamento e Seleção - Seção de Folha de Pagamento - Seção de Encargos Sociais.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$ 5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....(+)	R$ 5.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....(+)	R$ 5.000,00
5.1.2	SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO	
03070212.17	Manutenção das Atividades do Serviço de Recursos Materiais e Patrimônio - Setor de Segurança do Patrimônio - Setor de Almoxarifado.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$ 5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....(+)	R$ 5.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....(+)	R$ 5.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante redução parcial da seguinte verba do orçamento vigente:

Cont. Lei nº 2.250/95. fls.02.

9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	
99999992.69	Reserva de Contingência.	
9.0.0.0	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 10.000,00
9.9.0.0	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 10.000,00
9.9.9.0	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 10.000,00
9.9.9.9	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 10.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 28 de abril de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 28 de abril de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.251, DE 28 DE ABRIL DE 1995.

"Dispõe sobre dispensa de atividade profissional."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica instituída como prêmio, aos servidores municipais, a permissão de uma falta abonada no dia do aniversário natalício.

ARTIGO 2º - O servidor municipal fica obrigado a apresentar ao seu Chefe imediato, um dia após essa falta, o respectivo documento comprovando a data do aniversário natalício.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 28 de abril de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 28 de abril de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretaria Municipal Substituta

LEI Nº 2.252, DE 28 DE ABRIL DE 1995.

"Dispõe sobre atualização do módulo I - Tabela Única de Remuneração."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Módulo I - Tabela Única de Remuneração, que serve de base para pagamento de vencimentos, salários, gratificações, pensões e proventos dos Funcionários e Servidores da Câmara Municipal de Tremembé, vigente em 31 de março de 1995, de acordo com a Lei Complementar nº 21/93, com suas consequentes alterações, fica, a partir de 1º de abril de 1995, reajustado na porcentagem de 12% (doze por cento).

ARTIGO 2º - Permanecerão em vigor as demais disposições constantes da Lei Complementar nº 21/93 e 34/93, respectivamente, naquilo que não prejudique os interesses dos Funcionários e Servidores Municipais.

ARTIGO 3º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor em 1º de abril de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 28 de abril de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 28 de abril de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.253, 28 DE ABRIL DE 1995.

"Dispõe sobre reajuste de vencimentos, salários, pensões e gratificações e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O MÓDULO I - TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO que serve de base para vencimentos, salários, pensões e gratificações pagos pelos cofres públicos municipais, vigente a 01/04/95, fica reajustado da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento) a partir de 1º de maio de 1995, sobre o salário de abril de 1995;

II - 50% (cinquenta por cento) da inflação acumulada dos meses de abril e maio de 1995, a partir de 1º de junho de 1995, sobre o salário de maio de 1995;

III - 10% (dez por cento) a partir de 1º de julho de 1995, sobre o salário de abril de 1995;

IV - 50% (cinquenta por cento) da inflação acumulada dos meses de junho e julho de 1995, a partir de 1º de agosto de 1995, sobre o salário de julho de 1995;

V - 10% (dez por cento) a partir de 1º de setembro de 1995, sobre o salário de abril de 1995;

VI - 50% (cinquenta por cento) da inflação acumulada dos meses de agosto e setembro de 1995, a partir de 1º de outubro de 1995, sobre o salário de setembro de 1995.

ARTIGO 2º - Fica por esta lei fixado para o mês de maio de cada ano, a partir de 1996, a data-base para reajuste ou aumento real de vencimentos, salários, pensões e gratificações pagos pelo Município.

ARTIGO 3º - O MÓDULO I - TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO de que trata o artigo 1º desta lei será reajustado a cada três meses, na base de 100% (cem por cento) da inflação acumulada no trimestre anterior, a contar do mês de outubro de 1995.

Cont. Lei nº 2.253/95. fls.02.

ARTIGO 4º - Os benefícios instituídos por esta lei estender-se-ão, da mesma maneira e nos mesmos moldes, aos servidores da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, cujo MÓDULO I - TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO deve ser idêntico em graus, valores e referências.

ARTIGO 5º - Aplicam-se aos servidores e funcionários da Câmara Municipal de Tremembé todas as disposições constantes da presente lei.

ARTIGO 6º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares nºs 20 e 21, de 08 de fevereiro de 1993, e 33 e 34, de 28 de outubro de 1993, e as demais que alteraram seus dispositivos.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 28 de abril de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 28 de abril de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substa

LEI Nº 2.254, DE 17 DE MAIO DE 1995.

"Dispõe sobre a extinção da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica extinta a Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, entidade jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Tremembé, Estado de São Paulo, criada pela Lei Municipal nº 1.589, de 30 de março de 1988.

ARTIGO 2º - Fica, em consequência da extinção da AMUSA, criada a Supervisão Administrativa de Saúde, conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante desta lei, passando a pertencer à Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, a qual é regulamentada pela Lei Municipal número 1.717, de 23 de fevereiro de 1989.

ARTIGO 3º - A Supervisão Administrativa de Saúde, será sempre composta de acordo com o ANEXO II, que passa a fazer parte integrante desta lei, ficando estruturada da seguinte forma:

1. - Supervisão Administrativa de Saúde;
1.1 - Serviço de Saúde;
1.2 - Seção de Pronto Socorro;
1.3 - Seção de Apoio Técnico;
1.4 - Seção de Ambulatório.

ARTIGO 4º - Por força da presente lei, os servidores da AMUSA serão recepcionados pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, assegurando-se-lhes todos os direitos.

ARTIGO 5º - Os servidores pertencentes à àrea financeira da AMUSA, recepcionados pela Prefeitura, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de promulgação da presente lei, deverão elaborar o fechamento dos serviços contábeis daquela Instituição, para posterior incorporação de seus resultados à Contabilidade Municipal, bem como para remessa

de sua prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, das despesas referentes ao seu período de existência no exercício de 1995.

ARTIGO 6º - Os servidores a que se reporta o artigo 4º, conforme ANEXO XVII - CLT que passa a fazer parte integrante desta lei, serão integrados na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, criada através da Lei Municipal nº 1.717, de 23 de fevereiro de 1989.

ARTIGO 7º - Fica o Executivo Municipal, por força desta lei, autorizado a abrir junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé um crédito adicional especial da ordem de R$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), assim classificado:

SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DE SAÚDE

ADMINISTRAÇÃO

03000000.00	Administração e Planejamento	
03070000.00	Administração	
03070210.00	Administração Geral	
03070212.00	Manutenção das Atividades da Supervisão Administrativa de Saúde.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	R$ 50.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	R$ 50.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	R$ 25.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	R$ 25.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	R$ 10.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	R$ 3.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	R$ 7.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	R$ 2.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	R$ 5.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	R$ 5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	R$ 5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente....	R$ 5.000,00

SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DE SAÚDE

SERVIÇO DE SAÚDE

13000000.00	Saúde e Saneamento	
13750000.00	Saúde	
13754280.00	Assistência Médica e Sanitária	
13754282.00	Manutenção das Atividades dos Serviços das Seções de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	R$ 1.100.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	R$ 1.100.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	R$ 850.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	R$ 750.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	R$ 100.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	R$ 100.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos...	R$ 50.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais...	R$ 5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	R$ 45.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	R$ 100.000,00
4.1.1.0	Investimentos.....	R$ 100.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.	R$ 100.000,00

§ 1º - A cobertura de presente crédito será feita por conta da redução parcial da seguinte dotação orçamentária, constante do orçamento corrente, assim classificada:

9.	Encargos Gerais do Município	
9.1	Despesas Gerais da Administração	
13754282.55	Repasse de recurso financeiro à AMUSA - Tremembé - SP (Recurso de Convênio junto à Secretaria Estadual dos Negócios da Saúde e a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé).	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	R$ 1.150.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes.....	R$ 1.150.000,00
3.2.1.0	Transferências Intragovernamentais.	R$ 1.150.000,00
3.2.1.1	Transferências Operacionais.....	R$ 1.150.000,00

§ 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o referido crédito na porcentagem de 10% (dez por cento), conforme o artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.238, de 26 de janeiro de 1995.

ARTIGO 8º - O Executivo Municipal deverá regulamentar a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua promulgação, por decreto, delineando as atribuições da Supervisão Administrativa de Saúde, do Serviço de Saúde, bem como das suas respectivas Seções.

ARTIGO 9º - O local onde funcionará o Serviço de Saúde, será o mesmo onde se encontrava a sede da extinta Autarquia Municipal de Saúde- AMUSA.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.589, de 30 de março de 1988.

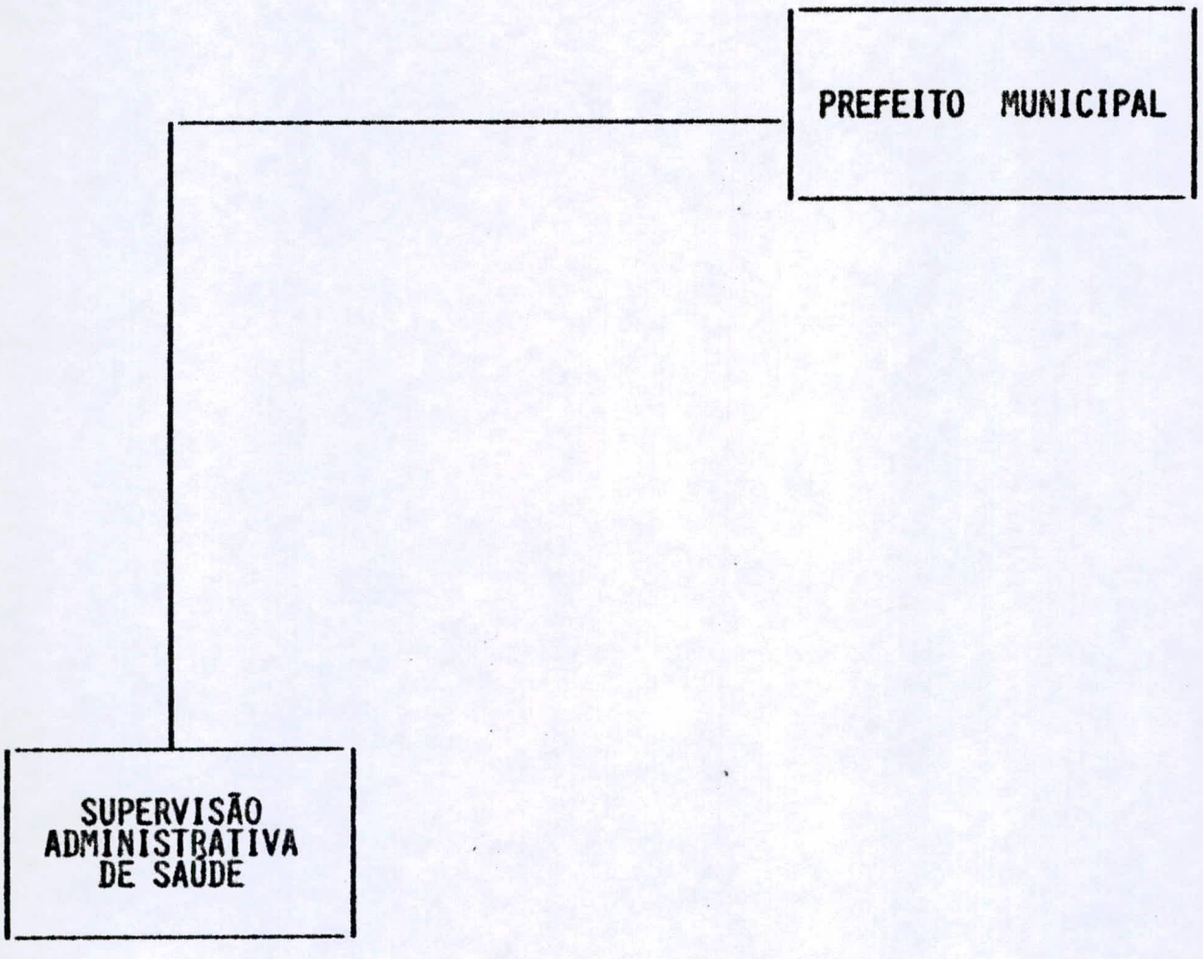
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 17 de maio de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

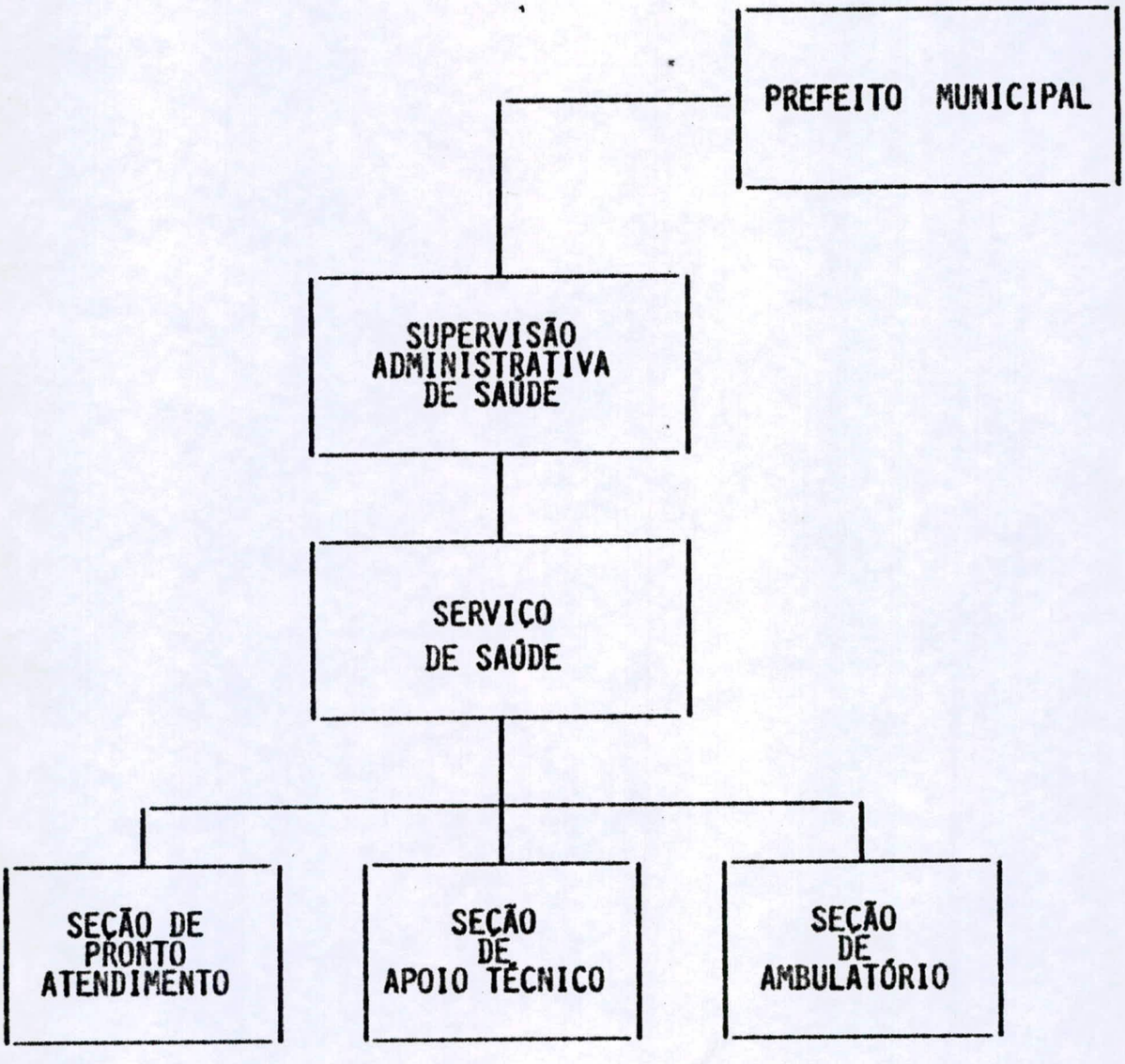
Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de maio de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substª

A N E X O I



A N E X O II


PREFEITO MUNICIPAL
SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DE SAÚDE
SERVIÇO DE SAÚDE
SEÇÃO DE PRONTO ATENDIMENTO
SEÇÃO DE APOIO TÉCNICO
SEÇÃO DE AMBULATÓRIO

ANEXO XVII - CLT

DE			PARA		
QUANT.	DESCRIÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	REF.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	REF.
02	Agente Sanitário	19	--	**EXTINTO**	--
01	Almoxarife	30	01	Almoxarife	30
01	Assistente Social	30	01	Assistente Social	30
20	Atendente	16	--	**EXTINTO**	--
01	Auxiliar de Compras	28	--	**EXTINTO**	--
03	Auxiliar de Dentista	19	--	**EXTINTO**	--
15	Auxiliar de Enfermagem	23	**13**	Auxiliar de Enfermagem	23
01	Auxiliar de Manutenção	23	--	**EXTINTO**	--
03	Auxiliar de Saúde	12	**01**	Auxiliar de Saúde	12
06	Auxiliar de Serviço	11	**05**	Auxiliar de Serviço	11

ANEXO XVII - CLT

DE			PARA		
QUANT.	DESCRIÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	REF.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	REF.
01	Auxiliar do Setor de Pessoal	28	01	Auxiliar do Setor de Pessoal	28
01	Chefe da Seção de Tesouraria	33	--	**EXTINTO**	--
01	Chefe do Setor de Compras	33	01	Chefe do Setor de Compras	33
01	Chefe do Setor de Contabilidade	37	01	Chefe do Setor de Contabilidade	37
01	Chefe do Setor de Pessoal	33	01	Chefe do Setor de Pessoal	33
06	Condutor de Pacientes Infecto-Contagiosos	21	**05**	Condutor de Pacientes Infecto-Contagiosos	21
01	Coordenador de Visitador Sanitário	31	01	Coordenador de Visitador Sanitário	31
10	Dentista	34	10	Dentista	34
01	Diretor de Saúde	41	01	**Supervisor Administrativo de Saúde**	41
01	Enc. da Seção de Rec. Mat. e Patrimônio	29	--	**EXTINTO**	--

ANEXO XVII - CLT

DE			PARA		
QUANT.	DESCRIÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	REF.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	REF.
02	Enfermeiro	31	01	Enfermeiro	31
02	Enfermeiro Chefe	35	--	EXTINTO	--
16	Médico Consultante	34	15	Médico Consultante	34
14	Médico Plantonista	29	14	Médico Plantonista	29
06	Oficial Administrativo	26	--	EXTINTO	--
01	Operador de Raio-X	20	--	EXTINTO	--
02	Psicóloga	33	02	Psicóloga	33
08	Recepcionista	19	06	Recepcionista	19
03	Técnico de Raio-X	25	07	Técnico de Raio-X	25
15	Visitador Sanitário	22	09	Visitador Sanitário	22

LEI Nº 2.255, DE 19 DE MAIO DE 1995.

"Dispõe sobre nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 154 e seu § 1º, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 154 - Ao contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao Poder de Polícia do Município, sem a autorização da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé e sem o pagamento da competente Taxa de Licença, será imposta multa equivalente ao valor de 10 (dez) vezes a UFM - Unidade Fiscal do Município, vigente à época da lavratura do competente Auto de Infração, devendo, ainda, o infrator regularizar sua situação junto ao setor competente dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º - O contribuinte que não cumprir o determinado neste artigo, com relação ao prazo estipulado, ficará sujeito a nova multa de valor igual a 10 (dez) vezes a UFM - Unidade Fiscal do Município, vigente à época do Auto de Infração a ser imposto, devendo o infrator paralizar suas atividades sob pena de ser novamente multado diariamente na percentagem de 20% (vinte por cento) sobre o valor do segundo Auto de Infração.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade 30 (trinta) dias após sua promulgação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 19 de maio de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de maio de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.256, DE 19 DE MAIO DE 1995.

"Dispõe sobre locação de espaço para propaganda no Centro de Lazer do Trabalhador (Quadra Coberta)."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a locar para propaganda os espaços interno e externo nas paredes do Centro de Lazer do Trabalhador.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os espaços a que se reporta o "caput" deste artigo terão como dimensão 2 (dois) metros de altura e 4 (quatro) metros de comprimento, perfazendo um total de 8 (oito) metros quadrados, cada espaço.

ARTIGO 2º - O valor referente à locação de cada espaço mencionado no parágrafo único do artigo anterior, será de 60 UFM's pagáveis em 6 (seis) parcelas iguais de 10 (dez) UFM's cada, todo 1º dia útil de cada mês, recolhidos junto ao Setor de Tesouraria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé.

ARTIGO 3º - O contrato de locação para propaganda, conforme cópia anexa, que passa a fazer parte integrante da presente lei, será de 6 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado, por escrito, pelo locatário.

ARTIGO 4º - A pintura da propaganda no espaço locado será de inteira responsabilidade do interessado, tanto com despesas de material quanto com despesas de mão-de-obra, ficando, a Administração Municipal, responsável pela fiscalização dos trabalhos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso da não prorrogação do contrato, o locatário se responsabilizará pela retirada da propaganda.

ARTIGO 5º - Ficam proibidas as propagandas de caráter político, além das de bebidas alcoólicas, cigarros e outros produtos considerados nocivos à saúde, bem como aquelas que divulguem jogos e diversões que atentem contra os bons costumes.

Cont. da Lei nº 2.256/95. fls.02.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.097, de 13 de maio de 1993.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de maio de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de maio de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.257, DE 08 DE JUNHO DE 1995.

"Altera artigo 1º da Lei Municipal nº 1.173, de 03 de novembro de 1982, que dispõe sobre a delimitação do novo perímetro urbano do município de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.173, de 03 de novembro de 1982, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - O novo perímetro urbano do município de Tremembé, terá doravante, as seguintes delimitações:
Inicia-se no local denominado Água Santa, no ponto em que estão situadas as bicas d'água, seguindo-se, em linha reta, até o ponto de encontro das linhas de divisa lateral esquerda e de fundos de propriedade da Penitenciária Feminina de Tremembé. Daí segue pela referida divisa de fundos até o ponto de encontro dessa com a linha de divisa lateral direita dessa mesma propriedade. Deste ponto deflete à direita, em linha reta, até encontrar a Rua Sete Bicas, no ponto que dista 228m (duzentos e vinte e oito metros), contados a partir de seu início junto à propriedade do espólio de Ana Cândida de Oliveira. Deste ponto defletindo à esquerda, segue a linha de divisa da referida propriedade, contornando-a até atingir a Estrada do Bairro do Padre Eterno em ponto que dista 370m (trezentos e setenta metros) da Rua Costa Cabral. Deste ponto deflete à direita, seguindo a referida estrada até alcançar a Rua Costa Cabral, onde, defletindo à esquerda, segue a referida Rua até alcançar a Rua Santa Terezinha, na Vila Santo Antonio, seguindo-a até o início da Estrada do Bairro da Água Quente, adentrando por 750m (setecentos e cinquenta metros) pela referida estrada, na área de propriedade da PETROBRÁS S/A, continuando, daí, por um caminho que dá acesso ao I.R.T. - Instituto de Reeducação de Tremembé, até alcançar o viaduto da R.F.F.S.A.. Daí

segue em linha reta, passando pela propriedade do referido Instituto, até atingir o marco 18 da Rodovia Washington Luiz (antiga estrada São Paulo - Rio). Deste ponto, defletindo à direita, segue a referida Rodovia, linha limítrofe do município, estabelecida pela Lei Municipal nº 1980, de 30 de abril de 1991, até encontrar o braço direito do Ribeirão do Moinho, braço esse conhecido como córrego do Frei ou córrego do Judeu. Daí desce o citado córrego até encontrar a propriedade dos sucessores de Marcos Zaina, na sua margem direita. Daí deflete à direita e segue pela linha divisória das propriedades dos sucessores de Marcos Zaina, de Saturnino Marques da Silva, de Irineu Marques dos Reis e de Luiz Wanderlei Theotônio da Silva com a propriedade de Ethevaldo Leal Bueno, até encontrar o limite do loteamento Parque Vera Cruz. Daí deflete à esquerda e segue numa linha imaginária até encontrar a margem direita do Rio Paraíba do Sul, num ponto situado a 620m (seiscentos e vinte metros) a montante da Ponte que interliga a Avenida Audrá à Rodovia Pedro Celete. Daí segue pela margem direita do Rio Paraíba do Sul (rio abaixo) até encontrar um ponto situado a 520m (quinhentos e vinte metros) a jusante da mesma ponte citada. Daí deflete à direita e segue em linha reta até o local denominado Água Santa, onde iniciou-se a presente descrição, fechando assim o perímetro."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de Junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de Junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.258, DE 08 DE JUNHO DE 1995.

"Dispõe sobre extensão de via pública urbana".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A denominação da Rua Henriqueta Vialta Saad, assim chamada através da Lei Municipal nº 1.642, de 19 de setembro de 1988, passa a estender-se no seu prolongamento, no trecho compreendido entre o limite do loteamento Jardim dos Eucalíptos até a Avenida Tancredo de Almeida Neves.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de Junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de Junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.259, DE 08 DE JUNHO DE 1995.

"Dispõe sobre nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os ítens I e II do artigo 38; o § 2º e suas alíneas e o § 3º do artigo 50; os ítens II e III do artigo 102; os ítens III e IV do artigo 140; as alíneas c e d do § 4º do artigo 154; os ítens III e IV do artigo 189; os incisos I e II do artigo 197; os ítens III e IV do artigo 200; o artigo 207; os ítens II e IV do § 5º do artigo 234; todos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações passam a vigorar e a ser extintos da seguinte forma:

"ARTIGO 17 - A alíquota do imposto sobre a propriedade territorial urbana será cobrada da seguinte forma:

I - Com edificação - 2,0%.

II - Sem edificação - 4,0%."

"ARTIGO 38 - ...

I - 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado do débito até 30 (trinta) dias do vencimento;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do débito a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia do vencimento."

"ARTIGO 50 - ...

§ 2º - extinto.

a - extinto.

b - extinto.

§ 3º - extinto."

"ARTIGO 102 - ...

II - à multa de 15% (quinze por cento) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (trinta) dias após o vencimento;

III - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia do vencimento."

"ARTIGO 140 - ...
III - à multa de 15% (quinze por cento) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (trinta) dias após o vencimento;
IV - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o vencimento."
"ARTIGO 154 - ...
§ 4º - ...
c - à multa de 15% (quinze por cento) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (trinta) dias após o vencimento;
d - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o vencimento."
"ARTIGO 189 - ...
III - à multa de 15% (quinze por cento) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (trinta) dias do vencimento;
IV - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia do vencimento."
"ARTIGO 197 - ...
I - 15% (quinze por cento) da UFM - Unidade Fiscal do Município, vigente à 1º de dezembro do ano anterior à que se referir o lançamento, quando pavimentada no todo ou em parte de sua largura;
II - 13% (treze por cento) da UFM - Unidade Fiscal do Município vigente à 1º de dezembro do ano anterior a que se referir o lançamento quando, embora não pavimentado, possua assentamento de guias e construção de sarjetas ou sarjetões;
"ARTIGO 200 - ...
III - à multa de 15% (quinze por cento) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (trinta) dias do vencimento;
IV - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o vencimento."

"ARTIGO 234 - ...

§ 5º - ...

III - à multa de 15% (quinze por cento) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (trinta) dias do vencimento;

IV - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o vencimento."

ARTIGO 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, com excessão dos artigos 17 e 50, que passam a ter aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 1996.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.260 , DE 08 DE JUNHO DE 1995.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e ele promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento fiscal do município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
08462282.26	Manutenção das Atividades do Setor de Cultura - Seção de Esportes e Turismo.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(+)	R$ 2.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(+)	R$ 2.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente....(+)	R$ 2.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante a redução parcial da seguinte verba do orçamento vigente:

9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	
99999992.99	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 2.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 08 de junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.261, DE 08 DE JUNHO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada "TRAVESSA MARIA GENY DE PAULA" a ligação das Ruas Maria José da Silva e Odete Abreu dos Santos, nesta cidade.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de Junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de Junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.262, DE 08 DE JUNHO DE 1995.

"Dá nova redação a dispositivo da Lei Municipal nº 1.472, de 20 de outubro de 1986, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que à Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O parágrafo único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 1.472, de 20 de outubro de 1986, passa a vigorar de acordo com a seguinte redação:

"PARÁGRAFO ÚNICO - Poderão ser instaladas indústrias leves e serralherias, não causadoras de poluição ambiental ou sonora, desde que utilizem motores cuja somatória não seja superior a 10 (dez) HP de potência e desde que seja efetuada a devida consulta à CETESB".

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de Junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de Junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.263, DE 14 DE JUNHO DE 1995.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento fiscal do município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para atender a despesas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tremembé-SP., assim discriminada:

2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
15814832.00	Manutenção dos Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tremembé-SP.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$ 9.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$ 9.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$ 5.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$ 4.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....(+)	R$ 1.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....(+)	R$ 3.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....(+)	R$ 1.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....(+)	R$ 1.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(+)	R$ 1.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(+)	R$ 1.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente....(+)	R$ 1.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante redução parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	
99999992.69	Reserva de Contingência.	
9.0.0.0	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 10.000,00
9.9.0.0	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 10.000,00
9.9.9.0	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 10.000,00
9.9.9.9	Reserva de Contingência.....(-)	R$ 10.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de Junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de Junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.264, DE 14 DE JUNHO DE 1995.

"Dispõe sobre nova redação ao artigo 7º da Lei Municipal nº 2.254, de 17 de maio de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - No artigo 7º, da Lei Municipal de nº 2.254, de 17 de maio de 1995, onde se lê:

SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DE SAÚDE
ADMINISTRAÇÃO

03000000.00	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03070000.00	ADMINISTRAÇÃO	
03070210.00	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03070212.00	Manutenção das Atividades da Supervisão Administrativa de Saúde.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	R$ 50.000,00
3.1.0.0	Despesas de Capital.....	R$ 50.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	R$ 25.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	R$ 25.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	R$ 10.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	R$ 3.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	R$ 7.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	R$ 2.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	R$ 5.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	R$ 5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	R$ 5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente....	R$ 5.000,00

SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DE SAÚDE
SERVIÇO DE SAÚDE

13000000.00	Saúde e Saneamento
13750000.00	Saúde
13754280.00	Assistência Médica e Sanitária
13754282.00	Manutenção das Atividades dos Serviços das Seções de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.

3.0.0.0	Despesas Correntes.....	R$ 1.100.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	R$ 1.100.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	R$ 850.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	R$ 750.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	R$ 100.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	R$ 100.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos...	R$ 50.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais...	R$ 5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	R$ 45.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	R$ 100.000,00
4.1.1.0	Investimentos.....	R$ 100.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.	R$ 100.000,00

LEIA-SE:

99.	SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DE SAÚDE	
99.1	ADMINISTRAÇÃO	
03000000.00	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03070000.00	ADMINISTRAÇÃO	
03070000.00	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03070212.00	Manutenção das Atividades da Supervisão Administrativa de Saúde.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	R$ 45.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	R$ 45.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	R$ 35.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	R$ 25.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	R$ 10.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	R$ 3.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	R$ 7.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	R$ 2.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	R$ 5.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	R$ 5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	R$ 5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente....	R$ 5.000,00
99.	SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DE SAÚDE	
99.2	SERVIÇO DE SAÚDE	
13000000.00	SAÚDE E SANEAMENTO	
13750000.00	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	

13754282.00	Manutenção das Atividades dos Serviços das Seções de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	R$ 1.000.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	R$ 1.000.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	R$ 850.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	R$ 750.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	R$ 100.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	R$ 100.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos...	R$ 50.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais...	R$ 5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	R$ 45.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	R$ 100.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	R$ 100.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.	R$ 100.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 1995.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.265, DE 14 DE JUNHO DE 1995.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento fiscal do município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para atender despesas junto à Assessoria de Assuntos Jurídicos, assim discriminada:

4. ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
4.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.14 Manutenção das Atividades da Assessoria de Assuntos Jurídicos.
3.0.0.0 Despesas Correntes.....(+)R$ 10.000,00
3.1.0.0 Despesas de Custeio.....(+)R$ 10.000,00
3.1.3.0 Serviços de Terceiros e Encargos.....(+)R$ 10.000,00
3.1.3.1 Remuneração de Serviços Pessoais.....(+)R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante redução parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
99999992.69 Reserva de Contingênicia.
9.0.0.0 Reserva de Contingência.....(-)R$ 10.000,00
9.9.0.0 Reserva de Contingência.....(-)R$ 10.000,00
9.9.9.0 Reserva de Contingência.....(-)R$ 10.000,00
9.9.9.9 Reserva de Contingência.....(-)R$ 10.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de Junho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de Junho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.266, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária anual de 1.996 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Em conformidade com o artigo 165, parágrafo 2º da Constituição Federal e artigo 150, item I, da Lei Orgânica do Município, esta lei fixa as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1996.

ARTIGO 2º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1996 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo poder público, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes aqui estabelecidas.

ARTIGO 3º - O Projeto de Lei orçamentário anual será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta lei e às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 4.320/64.

PARÁGRAFO ÚNICO - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal.

ARTIGO 4º - A proposta orçamentária para 1996, conterá as metas e prioridades da administração municipal, estabelecidas no Anexo I que integra esta lei.

ARTIGO 5º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 1996, observadas as determinações contidas nesta lei, até o último dia útil do mês de julho de 1995.

§ 1º - O Serviço de Finanças da Administração Municipal ajustará, quando, necessário, a proposta orçamentária da Câmara de Vereadores, tendo por base a participação percentual da despesa legislativa na receita corrente municipal verificada no exercício anterior.

§ 2º - A participação percentual de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á ao montante da receita prevista na forma do artigo 6º, redundando no orçamento específico da Câmara Municipal.

§ 3º - O repasse mensal ao Legislativo, a que se refere o artigo 168, da Constituição Federal, submeter-se-á ao princípio da programação financeira de desembolso, aludido nos artigos 47 a 50 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 4º - Os valores da receita e da despesa serão orçados com base na arrecadação de 1995, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou dimunição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

ARTIGO 6º - Os valores da receita e da despesa serão orçados com base na arrecadação de 1995, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A lei orçamentária anual fixará os critérios de atualização das dotações orçamentárias a serem aplicadas durante o exercício de 1996.

ARTIGO 7º - Em hipótese alguma, a despesa empenhada total do exercício de 1996 superará os ingressos financeiros ocorridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os pedidos de créditos adicionais por excesso de arrecadação deverão ser instruídos por documentos produzidos pela contabilidade, que comprovem a ocorrência superavitária ou sua tendência no exercício.

ARTIGO 8º - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridades sobre novos projetos, não podendo ser paralizadas sem autorização legislativa;

II - As despesas com o pagamento da dívida pública, salários e encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos;

III - A previsão para operações de crédito constará da proposta orçamentária desde que esteja vinculada a um programa específico.

ARTIGO 9º - A concessão de auxílios e subsvenções à entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública nas áreas de saúde, educação e assistência social, será efetuada após a aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicações apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 1º - Os prazos para prestação de constas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar os 30 (trinta) dias do encerramento do exercício. **§ § 2º** - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestaram contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiveram as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

ARTIGO 10 - As propostas para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou para alterações de estrutura de carreira no corrente exercício deverão apresentar as justificativas e os critérios já utilizados, bem como comprovar a existência de recursos orçamentários suficientes para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

ARTIGO 11 - As admissões de pessoal, a qualquer título, no exercício de 1996, ficam limitadas às funções e cargos vagos.

ARTIGO 12 - Excetuam-se dos limites constantes do artigo 11 desta Lei, a criação de cargos e a admissões para atender às metas de expansão e melhoria de qualidade dos serviços públicos priorizados no Anexo I.

ARTIGO 13 - As despesas de pessoal ativo e inativos da Administração Direta e Indireta não poderão exceder os limites previstos no artigo 38 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

ARTIGO 14 - Constarão da proposta orçamentária as receitas e despesas das autarquias e funções, com as respectivas fontes de recursos.

ARTIGO 15 - Deverão ser propostos à Câmara Municipal, no corrente exercício, projetos de lei sobre alterações da

legislação tributária, especialmente sobre instituição, aumento e redução de tributos, concessão de isenções, anistias e remissões de créditos tributários, e outras matérias pertinentes, em função da política fiscal do Município, bem como da devida aplicação dos princípios constitucionais tributários.

PARÁGRAFO ÚNICO - A concessão ou ampliação de isenções, anistias, remissões e benefícios de natureza tributária, somente poderá ser aprovada caso indique estimativa de renúncia de receita e respectivas despesas a serem anuladas.

ARTIGO 16 - As prioridades estabelecidas no Anexo I da presente lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de lei do orçamento anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os programas estabelecidos no Anexo I terão prioridades sobre os ajustes verificados na Lei orçamentária.

ARTIGO 17 - Poderão ser realizados outros programas não contemplados no Anexo I desta lei, desde que sejam custeados com recursos advindos de convênios com outras esferas de governo.

ARTIGO 18 - O município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Artigo 212, da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de 1º grau e pré-escolar.

ARTIGO 19 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade do Município e o Plano Plurianual aprovado pela Lei Municipal nº 2.015, de 02 de julho de 1993, procederá à seleção das prioridades dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei, e as orçará a preço de julho de 1995.

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderão ser incluídos programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

ARTIGO 20 - O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios, com vigência máxima de um ano, prorrogado por igual período, com outras esferas de governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, sem ônus para o Município, mediante prévia autorização legislativa.

ARTIGO 21 - O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município.

ARTIGO 22 - No orçamento da Seguridade Social, a despesa será desdobrada na forma do Anexo II da Lei Federal nº 4.320/64, que integrará a Lei Orçamentária Anual.

ARTIGO 23 - O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro de 1995, projeto de lei do orçamento anual à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

ARTIGO 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de Julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I PROJETO DE LEI Nº 17/95 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE: 1996

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
01	01 - PROCESSO LEGISLATIVO	
	01.01 - Reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal.	- melhorar as condições de funcionalidade do edifício da Câmara Municipal.
	01.02 - Aquisição de equipamentos e material permanente.	- Dotar a Câmara Municipal de equipamentos no sentido de melhorar as condições de trabalho no Legislativo.
02	07 - ADMINISTRAÇÃO	
	07.01 - Reforma e adequação de Paço Municipal.	- Instalar adequadamente os vários setores da Administração, dando-lhes melhores condições de trabalho.
	07.02 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	- Equipar as várias unidades administrativas com móveis e equipamentos de trabalho, tornando-as mais eficientes.
	07.03 - reestruturação Administrativa.	- Dotar a Prefeitura de uma nova organização, mais moderna e eficiente na prestação de serviços administrativos e à coletividade.
	07.04 - Elaboração de Novo Plano Diretor.	- Disciplinar o uso e ocupação do solo urbano e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais de cidade - art.182-CF.
	07.05 - Reforma e Ampliação do Mercado Municipal e adequação do existente.	- Organizar o sistema de abastecimento alimentar do Município, possibilitando ao produtor condições de comercialização da produção de produtos hortifrutigranjeiros.
	07.06 - Precatórias.	- Pagamento de precatórias judiciais.
	07.07 - Reforma e adequação do Matadouro Municipal.	- Oferecer melhores condições sanitárias para o abate de animais destinados ao abastecimento da população e para a produção de produtos derivados.
03	08 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
	08.01 - Implantação do Sistema Computadorizado e/ou aquisição de equipamentos e e material permanente.	- modernizar os serviços de controle financeiro e atendimento ao público, agilizando as informações e assegurar maior grau de confiança nos dados.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I PROJETO DE LEI Nº 17/95 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE: 1996

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
	08.02 - Pagamento de despesas de exercicios anteriores.	- Pagamento de despesas de exercícios anteriores.
	08.03 - Amortização da Dívida Fundada.	- Amortização de financiamentos diversos.
04	09 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
	09.01 - Contribuição ao CODIVAP.	- Efetuar contribuições anuais ao CODIVAP.
05	16 - ABASTECIMENTO	
	16.01 - Incremento à produção de hortifruti-granjeiros.	- Baixar o custo da alimentação através do aumento da produção de frutas, verduras e animais de pequeno porte.
	16.02 - Realização de feiras anuais de artesanato.	- Criar condições de comercialização de produtos fabricados artesanalmente por pessoas ou microempresas.
	16.03 - Incentivo a formação de cooperativas e microempresas.	- Dar aos produtores agropecuários do município condições de beneficiamento de seus produtos, possibilitando melhores condições de vendas.
	16.04 - Cooperativa para os servidores municipais.	- Oferecer melhores condições para os servidores adquirirem bens de consumo.
06	30 - SEGURANÇA	
	30.01 - Instituição da Guarda Municipal.	- Proteger o Patrimônio Público.
	30.02 - Construção de Destacamento Policial.	- Diminuir a criminalidade e dar segurança à população de diversos bairros, através de convênio com o Governo do Estado.
	30.03 - Aplicação da lei que institui a Zona de estacionamento.	- disciplinar o tráfego na Zona Central da cidade, no sentido de descongesticnar o trânsito.
07	41 - EDUCAÇÃO	
	41.01 - Construções de creches.	- Dar condições de atendimento às crianças de famílias carentes de diversos bairros do município.
	41.02 - Construção de Sede do Setor de Educação.	- Construir a sede do Setor de Educação.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I PROJETO DE LEI Nº 17/95 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE: 1996

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
	41.03 - Construção e/ou reforma de salas de aula de ensino pré-escolar.	- Oferecer assistência médica, odontológica, alimentar e educacional às crianças do Bairro dos Guedes, Jardim Santana, Parque das Fontes, Bairro do Mato Dentro e/ou em outros.
	41.04 - Construção, reforma e ou adequação para implantação de um Centro Cultural (Museu).	- Construir um Centro Cultural (Museu).
	41.05 - Implantação de classes para o ensino pré-escolar.	- Oferecer assistência médica, odontológica, alimentar e educacional às crianças residentes nos Bairros rurais, Poço Grande, Padre Eterno e/ou em outros.
	41.06 - Implantação de um predio para as EMEI's	- Construir um prédio (Sede Administrativa), para as EMEI's.
08	42 - ENSINO FUNDAMENTAL	
	42.01 - Adequação e reforma da Padaria Municipal.	- Dar melhores condições para oferecer alimentação satisfatória e de melhor qualidade a todos os alunos da rede escolar da pré-escola e ensino fundamental.
	42.02 - Reforma e adequação dos próprios.	- Melhorar o atendimento às crianças em idade escolar, com prédios adequados.
09	44 - ENSINO REGULAR	
	44.01 - Bolsas de estudo.	- Efetuar o pagamento das despesas com bolsas de estudo aos funcionários municipais que cursam o Ensino Superior (Lei Municipal nº 1.881/90).

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I PROJETO DE LEI Nº 17/95 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE: 1996

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
10	46 - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	
	46.01 - Complementação, manutenção e reforma do Centro de Lazer do Trabalhador.	- Dotar o município de um Centro Esportivo para atender as necessidades e ao desenvolvimento físico e social da juventude.
	46.02 - Construção de parques recreativos.	- Oferecer a população condições de lazer e recreação.
	46.03 - Construção de quadras poliesportivas.	- Oferecer a população condições de lazer e recreação.
	46.04 - Reformas de quadras poliesportivas.	- Reformas de quadras poliesportivas já existentes.
11	48 - CULTURA	
	48.01 - Construção de Biblioteca Municipal e/ou adequação e reforma da existente.	- Dar melhores condições para promover o desenvolvimento cultural e social da população estudantil, oferecendo melhores meios para pesquisa e lazer.
	48.02 - Promoção de seminários de estudo do patrimônio histórico, artístico e cultural do município, anualmente.	- Dotar o município de acervo histórico sobre sua origem, tradição cultural e histórica de seu desenvolvimento.
12	57 - HABITAÇÃO	
	57.01 - Construção de até 300 casas populares.	- Diminuir o déficit residencial, construindo casas pelo programa municipal de construções populares, promovido pelo Governo Federal.
13	58 - URBANISMO	
	58.01 - Aquisição de máquinas e equipamentos para fábricas de pré-moldados de cimento.	- ampliar a capacidade de produção da fábrica de pré-moldados de cimento.
	58.02 - Pavimentação de diversas vias urbanas.	- Melhorar as condições habitacionais na sede do município, em rua densamente povoadas.
	58.03 - Construção de muros e passeios de particulares.	- Melhorar o aspecto da cidade através de construção de muros em terrenos abertos.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I PROJETO DE LEI Nº 17/95 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE: 1996

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
	58.04 - Construção de abrigos para os usuários de ônibus.	- Dar aos munícipes que usam o transporte coletivo, condições de se abrigarem.
	58.05 - Construção, reparação e conservação de muros em próprios municipais.	- Construir, reparar e conservar os muros e passeios dos próprios municipais.
14	60 - SERVIÇOS E UTILIDADE PÚBLICA	
	60.01 - Construção de um Horto Florestal.	- Oferecer à população uma área de lazer.
	60.02 - Aquisição de caminhões, máquinas, veículos leves e equipamentos.	- Ampliar a coleta de lixo domiciliar da sede do município.
	60.03 - Iluminação Pública.	- Dotar de iluminação pública várias ruas e praças do município.
	60.04 - Aterro Sanitário.	- Construção de novo aterro sanitário.
	60.05 - Aquisição de carros fúnebres e ambulância.	- Oferecer melhor assistência aos serviços funerários e atendimento à saúde.
	60.06 - Arquibancadas pré-moldadas em estrutura metálica.	- Aquisição de arquibancadas pré-moldadas para atender as festividades.
	60.07 - Reforma, construção e manutenção de praças, áreas verdes e lazer.	- Oferecer à população condições de lazer.
	60.08 - Calçadões, ciclo-vias.	- Construção de calçadões.
	60.09 - Construção, reforma e/ou adequação de cemitério.	- Construção, reforma e/ou adequação de cemitério.
15	62 - INDÚSTRIA	
	62.01 - Instalação de um Distrito Industrial.	- Permitir o desenvolvimento do município e oferecer novas oportunidades de trabalho à população.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I PROJETO DE LEI Nº 17/95 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1996

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
16	75 - SAÚDE	
	75.01 - Construção de unidades básicas de Saúde - Posto de Atendimento Médico - PAM.	- Oferecer melhor assistência médica de emergência à população carente dos bairros, cuja construção será efetuada pela AMUSA e/ou pela Administração Municipal.
	75.02 - Reativação das Bicas da Água Santa, Nossa Senhora da Glória e outros.	- Tratamento adequado das águas, objetivando oferecer a população água potável, bem como recuperação urbanística das mesmas.
17	76 - SANEAMENTO	
	76.01 - Construção de Galeria de águas pluviais, canalização e retificação de córregos.	- Eliminar as bacias que provocam acúmulo das águas e demais drenagem necessárias ao saneamento de diversos bairros do município.
	76.02 - Construção dos sanitários públicos pré-fabricados/móveis para o período das festividades.	- Construir sanitários públicos pré-fabricados.
	76.03 - Assinatura de Convênio com a SABESP.	- Abastecimento de rede de água e esgoto nos diversos bairros da cidade.
18	81 - ASSISTÊNCIA	
	81.01 - Assistência Social Geral.	- Pagamento do salário família, assistência ao menor.
	81.02 - Assistência comunitária.	- Subvenção à instituições e/ou entidades assistenciais.
	81.03 - Construção da Sede da Assistência Social.	- Oferecer melhor assistência à pessoas carentes.
19	82 - PREVIDÊNCIA	
	82.01 - Previdência a segurados.	- Pagamento de encargos sociais.
	82.02 - Previdência Social a inativos e pensionistas.	- Pagamento de inativos e pensionistas.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I PROJETO DE LEI Nº 17/95 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE: 1996

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
20	84 - PASEP	
	84.01 - Previdência Social ao servidor público.	- Pagamento do PASEP.
21	88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
	88.01 - Pavimentação de estradas vicinais e ou abertura e conservação de estradas.	- Oferecer condições satisfatórias para o escoamento de produção rural, através de recursos próprios e/ou convênios junto a esfera Estadual ou Federal.
	88.02 - Construção e recuperação de pontes em áreas rurais e recuperação das cabeceiras das pontes em áreas urbanas.	- melhorar as condições de tráfego nas estradas vicinais que ligam a sede do município e bairros.
	88.03 - Construção de muro de arrimo.	- Construir muro de arrimo em áreas públicas.
	88.04 - Aquisição de uma moto-niveladora, um caminhão pipa, pá-carregadeira, caminhões e veículos leves e utilitários.	- Complementar a frota de máquinas e renovar a frota de caminhões, que em parte já esta obsoleta.
	88.05 - Deslocamento do painel localizado próximo ao Jardim Santana para ser fixado a 200m da divisa entre Taubaté-Tremembé.	- Colocação do painel de boas vindas em local mais adequado.
22	91 - TRANSPORTE URBANO	
	91.01 - Implantação e adequação de sinalização viária.	- Sinalizar as vias urbanas do município para dar aos munícipes a segurança viária devida e padronização das lombadas para redução de velocidade.

LEI Nº 2.267, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Dispõe sobre nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2.259/95, de 08 Junho de 1995".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a' Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - No artigo 1º da Lei Municipal nº 2.259/95, de 08 de Junho de 1995, onde se lê:

"ARTIGO 1º - Os ítens I e II do artigo 38; o § 2º e suas alíneas e o § 3º do artigo 5º; os ítens II e III do artigo 102; os ítens III e IV do artigo 140; as alíneas c e d do § 4º do artigo 154; os ítens III e IV do artigo 189; os incisos I e II do artigo 197; os ítens III e IV do artigo 200; o artigo 207; os ítens II e IV do § 5º do artigo 234; todos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações passam a vigorar e a ser extintos da seguinte forma".

Leia-se:

"ARTIGO 1º - Os incisos I e II do artigo 17; os incisos I e II do artigo 38; o § 2º e suas alíneas e o § 3º do artigo 50; os incisos II e III do artigo 102; os incisos III e IV do artigo 140; as alíneas c e d do § 4º do artigo 154; os incisos III e IV do artigo 189; os incisos I e II do artigo 197; os incisos III e IV do artigo 200; o artigo 207; os incisos III e IV do § 5º do artigo 234; todos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações passam a vigorar e a ser extintos da seguinte forma:"

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Junho de 1995, com excessão dos artigos 17 e 50, que passam a ter aplicabilidade a partir de 1º de Janeiro de 1996.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.268, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Dispõe sobre autorização para concessão de serviço público do Município de Tremembé, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o serviço público municipal de coleta e destinação final de lixo residencial e comercial, observado o disposto no artigo 49, § 3º, inciso IV, alínea "c", da Lei Orgânica do Município de Tremembé.

ARTIGO 2º - A concessão de que trata o artigo anterior será feita a empresa particular, por um período de até 20 (vinte) anos, através de concorrência pública, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de Junho de 1994, e demais legislações pertinentes em vigor.

§ 1º - Para participar da concorrência, as empresas deverão se cadastrar perante a Prefeitura Municipal de Tremembé dentro do prazo assinalado no respectivo edital.

§ 2º - O processo de habilitação deverá ser instruído com estudo prévio de impacto ambiental, através de laudo fornecido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, atestando que as atividades a serem implantadas não causarão poluição ou degradação ao meio ambiente, sob pena de desclassificação.

§ 3º - Será exigida da empresa participante, comprovação e/ou declaração de não ter incidido na hipótese prevista no inciso VI do artigo 205 da Lei Orgânica do Município, sob pena de desclassificação e instauração de procedimento criminal, pela administração pública do município, contra os representantes legais ou prepostos que prestarem declaração falsa.

§ 4º - Será anulada a concorrência, caso a empresa vencedora incorra na hipótese prevista no parágrafo anterior, sujeitando-a ao ressarcimento dos prejuízos causados.

§ 5º - Deverá concessionária, no prazo improrrogável de 02 (dois) anos contados da adjudicação dos serviços, colocar em

operação o sistema de coleta e destinação final do lixo, sob pena de automática cassação da concessão.

§ 6º - Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, à concessionária, a multa equivalente a 1.000 (mil UFM's).

§ 7º - Excetuados os lixos previstos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso I e no inciso II da Cláusula Primeira da minuta anexa à presente lei, a concessionária somente poderá coletar lixo de outros municípios após colocar em plena operação e funcionamento o sistema de destinação final do lixo, sob pena de cessação imediata da concessão.

§ 8º - Fica limitada a coleta de lixo pela concessionária aos municípios pertencentes à região do Vale do Paraíba.

§ 9º - A concessionária deverá, em nível local, iniciar os serviços de coleta de lixo em 03 (três) caminhões, aumentando este número, a critério da administração pública municipal, em face do crescimento populacional, comercial e industrial do município.

ARTIGO 3º - Os resíduos provenientes do serviço público de que trata o artigo 1º, desta lei, serão depositados em área de propriedade da concessionária, sendo esta destinada e aprovada pelos órgãos competentes, obedecendo à legislação pertinente.

ARTIGO 4º - A empresa concessionária do serviço público de coleta e destinação final do lixo, efetuará o constante do inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", e do inciso II, da Cláusula Primeira da minuta do contrato anexo que passa a fazer parte integrante desta lei, de forma gratuita, sem quaisquer ônus aos cofres públicos municipais ou para os munícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços relacionados nos incisos III e IV, da Cláusula Primeira da minuta do contrato citado no "caput" deste artigo poderão ser cobrados através da tarifa estipulada pela administração pública municipal.

ARTIGO 5º - À concessionária do serviço público de coleta e destinação final do lixo, será concedida isenção dos impostos municipais, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da

data da assinatura do contrato de concessão.

ARTIGO 6º - As condições estabelecidas por esta lei deverão constar, obrigatoriamente, do contrato de concessão.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de Julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ.
Endereço : Rua Sete de Setembro, nº 701 - Centro.
Município : Tremembé.
Estado : São Paulo.
CGC/MF : 46.638.714/0001-20.

Representante Legal: ANTONIO CARLOS FERREIRA.
Cargo/Função : Prefeito Municipal.
CPF/MF : 788.876.828-87
Endereço : Rua João Ribeiro dos Santos, nº 222.
Município : Tremembé.
Estado : São Paulo.

Concessionária: _____
Endereço : _____
Município : _____
Estado : _____
CGC/MF : _____

Representante Legal: _____
Cargo/Função : _____
CPF/MF : _____
Endereço : _____
Município : _____
Estado : _____

O presente contrato tem por objetivo regulamentar a concessão do serviço público municipal de coleta e destinação final de lixo residencial, comercial e hospitalar em aterro sanitário, usina de processamento, usina de reciclagem e incineração, observando os preceitos legais pertinentes, conforme cláusulas abaixo relacionadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a coletar, diariamente, em horário estipulado pela CONCEDENTE, o seguinte:

I - os resíduos sólidos urbanos compreendidos em :

a) lixo de residências, supermercados e similares, quartéis, bares, hóteis, restaurantes, cemitérios, entidades de serviços em geral e edifícios públicos;

b) lixo proveniente da limpeza urbana, como terra e outros materiais provenientes da varrição, raspagem e capinação de vias e logradouros públicos, troncos, galhos e folhas provenientes da poda de árvores, restos de limpeza de jardins e praças públicas, terrenos baldios e outros, promovidos pela Administração Pública;

c) resíduos sólidos provenientes de indústrias, oriundos do setor administrativo, bem como os de restaurante e os da varrição e limpeza de suas áreas externas;

d) resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde, oriundos das atividades administrativas e os da varrição e limpeza de suas áreas externas;

II - os resíduos sólidos sépticos provenientes dos serviços de saúde do Município, nos âmbitos público e privado;

III - os restos de materiais de construção, entulho de obras e de demolições, animais mortos, troncos, galhos e folhas provenientes da poda de árvores, restos de limpeza de jardins, quintais e terrenos baldios, de propriedade e promovidos por particulares;

CLÁUSULA SEGUNDA

Os processos de tratamento e de destinação final dos resíduos sólidos de que trata a cláusula primeira, são de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ficando assim definidos:

I - ATERRO SANITÁRIO: processo de destinação final de resíduos sólidos urbanos do solo, mediante projeto específico, o qual deverá ser elaborado com a observância de critérios técnicos e da legislação pertinente;

II - USINA DE PROCESSAMENTO: processo de tratamento de resíduos sólidos urbanos onde, através de fermentação de matéria orgânica contida no lixo, consegue-se a sua estabilização sob a forma de adubo denominado composto;

III - USINA DE RECICLAGEM: processo de separação de resíduos sólidos, tais como papel, papelão, vidro, lata, alumínio, plástico, entre outros, tidos como servíveis, podendo ser utilizados novamente;

IV - INCINERAÇÃO: processo de tratamento de resíduos sólidos sépticos, oriundos do serviço de saúde, nos âmbitos público e privado, através da destruição dos mesmos, em forno, a alta temperatura.

CLÁUSULA TERCEIRA

O serviço público, objeto do presente contrato, será efetuado pela CONCESSIONÁRIA, utilizando seus próprios veículos, nunca inferiores a 3 (TRÊS), bem como com seus próprios funicionários, além dos equipamentos necessários à sua boa execução, observando o seguinte:

I - a frota de veículos coletores utilizados pela CONCESSIONÁRIA para efetivação do serviço, não poderá exceder o limite de 10 (DEZ) anos de uso;

II - os equipamentos utilizados para destinação final do lixo deverão, obrigatoriamente, ser mantidos em bom estado de conservação e uso.

CLÁUSULA QUARTA

Compete à CONCEDENTE, o seguinte:

I - fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA;

II - fiscalizar o cumprimento do horário por ela estipulado, para coleta do lixo;

III - fiscalizar o bom atendimento que a CONCESSIONÁRIA deverá declinar à população quanto ao serviço prestado;

IV - fiscalizar a administração, a contabilidade, os recursos técnicos, econômicos e financeiros e a rentabilidade do serviço da CONCESSIONÁRIA, com a finalidade de fixar tarifas justas pela sua prestação;

V - fiscalizar a quantidade diária do lixo coletado, através de servidor público municipal, por meio de balança a ser instalada nos portões de entrada da CONCESSIONÁRIA, por conta desta.

CLÁUSULA QUINTA

Fica a CONCESSIONÁRIA autorizada a promover contrato de coleta e destinação final do lixo, constantes da cláusula primeira, com outros municípios, de acordo com seus próprios interesses, obedecendo a delimitação imposta pelos órgãos competentes, de acordo, ainda, com o que dispõe o § 8º, do artigo 2º, da presente lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a enviar à CONCEDENTE, mensalmente, relatório do montante de lixo para destinação final, recebido de outros municípios.

CLÁUSULA SEXTA

Fica terminantemente proibida a comercialização, pela CONCESSIONÁRIA, a título oneroso ou gratuito, de qualquer resíduo sólido proveniente de lavagem de cozinha ou restos de alimentos.

CLÁUSULA SÉTIMA

Pelo serviço público prestado pela CONCESSIONÁRIA ao Município de Tremembé, de coleta e destinação final do lixo, a CONCEDENTE nada pagará.

CLÁUSULA OITAVA

Para cada contrato que a CONCESSIONÁRIA fizer com outro Município, conforme dispõe a cláusula quinta, a mesma deverá repassar à CONCEDENTE, a título de contribuição para o Serviço de Saúde do Município de Tremembé, 10% (DEZ POR CENTO) do seu valor, sendo o mesmo recolhido aos cofres municipais até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, apresentando, obrigatoriamente, à Administração Municipal, uma via de cada contrato firmado no prazo de 10 (dez) dias após a data da sua celebração.

CLÁUSULA NONA

A concessão terá o prazo de 20 (VINTE) anos, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual ou inferior período, desde que seja de interesse da municipalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA

Os serviços relacionados nos ítens III e IV da Cláusula Primeira deste instrumento, terão tarifas fixadas pela CONCEDENTE e sujeitas a majorações a critério da mesma, sempre que ocorrer alteração do custo operacional, mediante manifestação, por escrito, da CONCESSIONÁRIA, de forma a permitir justa remuneração pelo capital empreendido, pela melhoria e pela expansão dos serviços, assegurando o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Em caso de paralisação dos serviços por parte da CONCESSIONÁRIA, esta pagará uma multa no valor de 50 (CINQUENTA) UFM's - Unidades Fiscais do Município, por dia de paralisação, à CONCEDENTE, no dia posterior ao retorno das atividades, além da multa prevista no inciso II, da cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As infrações de quaisquer cláusulas deste contrato, acarretarão à CONCESSIONÁRIA, as seguintes penalidades:

I - advertência escrita;
II - multa de 100 (CEM) UFM's - Unidades Fiscais do Município;
III - intervenção;
IV - cassação da concessão e consequente rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A pena de cassação a que se refere o inciso IV da cláusula anterior, será automaticamente aplicada quando:

I - houver manifesta deficiência dos serviços;
II - houver sido decretada a falência da CONCESSIONÁRIA;
III - houver sido transferido o contrato societário da CONCESSIONÁRIA;
IV - houver cometimento reiterado de desobediência às Cláusulas contratuais;
V - houver paralisação, ainda que parcial, dos serviços, durante 3 (três) dias consecutivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Ocorendo rescisão contratual, término do contrato ou término da prorrogação, fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a manter os serviços, objetos deste contrato, até a efetivação de nova concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Ao término do prazo contratual, a Juízo da CONCEDENTE, poderá ocorrer a reversão, sendo abrangidos os bens, de qualquer natureza, vinculados à prestação dos serviços, sendo que os demais bens não utilizados na concessão, a CONCESSIONÁRIA poderá, livremente, deles dispor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Ocorrendo relevante motivo de conveniência ou interesse administrativo, a CONCEDENTE retomará os serviços, a qualquer tempo, mediante desapropriação dos bens e direitos vinculados aos mesmos, ou através de expropriação das ações da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A CONCESSIONÁRIA deverá manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Aplicam-se ao contrato, todos os termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de Junho de 1994, e demais legislações pertinentes vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

A concessão dos serviços, objeto deste contrato, não poderá, em hipótese alguma, ser transferido ou outorgado, pela CONCESSIONÁRIA, a outra empresa, seja a título oneroso ou gratuito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Fica eleito o Foro Distrital de Tremembé, Comarca de Taubaté, para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente contrato.

E por assim estarem, justas e contratadas, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA firmam o presente contrato em 4 (QUATRO) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas que a tudo presenciaram, para que surtam os efeitos legais.

Tremembé,____de _____ de 1995.

CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

LEI Nº 2.269, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "RUA DA ESPERANÇA" a rua de acesso à Chácara Nova Vida, no Bairro do Água Quente.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de Julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.270, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "RUA ANTONIO LUIZ DA SILVA" a Rua 1 do Loteamento São Vicente de Paula, neste Município.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de Julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.271, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Dispõe sobre alteração da TABELA constante do artigo 163 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 2.130, de 1º de outubro de 1993."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A TABELA constante do artigo 163 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 2.130, de 1º de outubro de 1993, fica substituida pela integrante desta lei:

"ARTIGO 163 - ...

TABELA

NATUREZA DA ATIVIDADE - PERÍODO ANUAL	PERCENTAGEM ANUAL SOBRE A UFM - UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO.
1. INDÚSTRIA:	
a) até 10 empregados.....	1.000%
b) de 11 a 20 empregados.....	2.000%
c) de 21 a 30 empregados.....	4.000%
d) de 31 a 50 empregados.....	8.000%
e) de 51 em diante.....	12.000%
2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA:	
a) até 10 empregados.....	500%
b) de 11 a 20 empregados.....	1.000%
c) de 21 a 30 empregados.....	2.000%
d) de 31 a 50 empregados.....	3.000%
e) de 51 em diante.....	6.000%
3. COMÉRCIO:	
I - Supermercados, Panificadoras, Churrascarias...	2.000%
II - Restaurantes.....	2.000%

III	- Mercadinhos.....	1.500%
IV	- Lanchonetes.....	500%
V	- Bar com bilhar ou qualsquer outros jogos de mesa, exceto jogo carteado.....	700%
VI	- Venda de gêneros alimentícios em geral empórios, mercearias e estabelecimentos de pequeno porte).....	1.000%
VII	- Bares.....	600%
VIII	- Bar e Mercearia.....	1.200%
IX	- Açougues, quitandas, casas de aves e assemelhados.....	800%
X	- Bancas de Jornais e revistas.....	400%
XI	- Sucatas de ferro:	
	a) grande porte.....	3.000%
	b) médio porte	2.000%
	c) pequeno porte.....	1.000%
4.	ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DE SEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E SIMILARES.....	6.000%
5.	HOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES.....	1.500%
6.	MOTÉIS - POR APARTAMENTO.....	150%
7.	DRIVE-IN'S - POR BOX.....	50%
8.	DIVERSÕES PÚBLICAS:	
I	- Bailes e Festas.....	1.000%
II	- Cinemas e Teatros.....	800%
III	- Restaurantes Dançantes, boates e similares	3.000%
IV	- Bilhares e qualsquer outros jogos de mesa - por mesa.....	100%
V	- Boliches - por pista.....	250%
VI	- Tiro ao alvo - por arma.....	350%
VII	- Exposições, feiras e quermesses.....	200%
VIII	- Circos e Parques de Diversões não incluídos nos ítens anteriores.....	1.000%
IX	- Competições esportivas.....	100%
X	- Qualsquer outros espetáculos ou diversões não incluídas nos ítens anteriores.....	80%

9.	REPRESENTANTES COMERCIAIS AUTONÔMOS, CORRETORES, DESPACHANTES,AGENTES E PREPOSTOS EM GERAL, MEDIADORES DE NEGÓCIOS E OUTROS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS	500%
10.	ARMAZÉNS GERAIS, FRIGORÍFICOS, SILOS.....	1.000%
11.	GUARDA-MÓVEIS.....	700%
12.	ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS.....	300%
13.	ESTACIONAMENTO DE TÁXIS (por unidade).....	200%
14.	ESTUDOS FOTOGRÁFICOS, CINEMATOGRÁFICOS E DE GRAVAÇÕES	500%
15.	CASAS DE LOTERIAS.....	400%
16.	OFICINA DE CONSERTOS EM GERAL.....	300%
17.	POSTOS DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS, POSTOS DE GASOLINAS, DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E SIMILARES.....	5.000%
18.	TINTURARIAS E LAVANDERIAS.....	200%
19.	SALÕES DE ENGRAXATES.....	100%
20.	BARBEARIAS, SALÕES DE BELEZA.....	150%
21.	ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS, MASSAGENS.....	300%
22.	ESTABELECIMENTOS DE GINÁSTICAS E CONGÊNERES.....	250%
23.	ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.....	500%
24.	LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS E ELETRICIDADE MÉDICA.....	2.000%
25.	HOSPITAIS, SANATÓRIOS, AMBULATÓRIOS, PRONTO-SOCORRO, CASAS DE SAÚDE E CONGÊNERES.....	1.500%
26.	FEIRANTES:	
	I - Venda de produtos alimentícios em geral.....	600%
	II - Venda de produtos de limpeza e higiene.....	600%
	III - Venda de outros produtos não especificados nesta tabela.....	400%
27.	EXTRAÇÃO DE MINERAIS:	
	I - Extração de areia de cava e de rio.....	12.000%
	II - Extração de argila e de areia meia-liga.....	3.000%
28.	QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS E FINANCEIRAS, ASSIM COMO QUAISQUER ESTABELECIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE DE MODO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO, PRESTEM OS SERVIÇOS OU EXERÇAM AS ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DE SERVIÇOS EM QUE RECAIA O PAGAMENTO DE ISS.....	600%

Cont. da Lei nº 2.271/95. fls.04.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de Janeiro de 1996.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de Julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.272, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Dispõe sobre política de incentivo ao desenvolvimento econômico e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica instituída no Município de Tremembé a política de desenvolvimento econômico, visando atrair novos investimentos nos setores industrial e de prestação de serviços.
PARÁGRAFO ÚNICO - A política de desenvolvimento econômico de que trata o presente artigo, tem por objetivo a criação e a ampliação do mercado de trabalho e, consequentemente, a incrementação da receita do Município decorrente da criação de novas fontes de riqueza.

ARTIGO 2º - A política de desenvolvimento a que se refere a presente lei, compreenderá:

I - Implantação de novos loteamentos industriais ou ampliação dos já existentes, utilizando-se áreas pertencentes ao patrimônio público municipal que admitam essa utilização ou que venham a ser desapropriadas para o aludido fim, respeitando o zoneamento de uso do solo, fixado pela Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983;

II - Concessão de incentivos fiscais, compreendendo a isenção de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

ARTIGO 3º - A operacionalização dos procedimentos previstos no inciso I do artigo anterior, no que se refere a implantação de novos loteamentos, ampliação dos já existentes, destinação de áreas pertencentes ao patrimônio público municipal ou desapropriação de áreas, dar-se-á por meio de Decreto Executivo, facultando-se, quando a situação assim o permitir, a utilização das figuras de desmembramento e fracionamento, observando-se, em qualquer caso, a legislação que disciplina o parcelamento do solo e naquilo que for aplicável ao Município.

ARTIGO 4º - O benefício da isenção de tributos municipais a que se refere o inciso II do artigo 2º desta lei, será concedido por um período de até 10 (dez) anos.

Cont. da Lei nº 2.272/95. fls.02.

ARTIGO 5º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a fazer doação à empresas industriais e/ou de prestação de serviços das unidades imobiliárias que irão constituir a Zona Industrial.

PARÁGRAFO ÚNICO - As doações, de que trata o artigo, serão feitas com cláusulas assecuratórias do princípio da retrocessão, encargos do donatário e prazos para instalação da indústria.

ARTIGO 6º - Para usufruir dos benefícios prestados no artigo 2º, II, bem como o previsto no artigo anterior, as empresas interessadas formularão requerimento dirigido ao Chefe do Executivo, juntando os seguintes documentos:

I - Prova de existência legal;

II - Projeto das instalações industriais, cuja a área coberta poderá ser de no mínimo de 400 m² (quatrocentos metros quadrados).

III - Declaração de que a atividade não causa poluição ou, ainda, apresentação de projeto eficaz de controle de poluição e proteção do meio ambiente.

IV - Declaração especificando o ramo de produção ou atividade, relacionando os produtos que irão manufaturar ou serviços que irão prestar;

V - Projeção do faturamento para os próximos 5 (cinco) exercícios fiscais;

VI - Termo de compromisso de que a construção do prédio será iniciada no prazo máximo de 12 (doze) meses após o recebimento da doação da área;

VII - Declaração de que o início das operações industriais ou de prestação de serviços dar-se-á, no máximo, em até 24 (vinte quatro) meses após o término da construção do prédio.

§ 1º - Deverão constar do instrumento de doação os encargos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do presente artigo.

§ 2º - Não poderão receber terrenos em doação, as indústrias consideradas como poluidoras ambientais, assim definidas pela CETESB, e especialmente aquelas que se enquadrarem na hipótese prevista no artigo 205, § 1º, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 7º - Além dos documentos elencados nos incisos I a VII do artigo 5º desta lei, a empresa deverá apresentar projeto sobre o número de empregados diretos a serem utilizados na indústria, apresentando, ainda, declaração de que 80% (oitenta por cento) desses empregados serão recrutados entre os moradores do Município.

ARTIGO 8º - Para a indústria que se instalar no Município será concedida, além do benefício estabelecido no inciso II, do artigo 2º desta lei, a isenção dos impostos incidentes sobre a execução das obras de construção das instalações industriais, desde que as mesmas não sejam realizadas por terceiros.

ARTIGO 9º - A documentação apresentada pela empresa interessada será devidamente analizada por uma Comissão a ser designada pelo Chefe do Executivo, a qual competirá a verificação dos valores apresentados dos documentos, a avaliação dos serviços executados e, finalmente, orientar o Prefeito sobre a aprovação ou não do pedido.

ARTIGO 10 - Considerando o porte da empresa interessada e a dimensão do seu parque industrial a ser erigido no local, a doação poderá abranger até 5 (cinco) unidades imobiliárias, não podendo a área superficial doada, resultante da soma das áreas dessas cinco unidades, superar 50.000 m² (cinquenta mil metros quadrados), mediante prévia justificação e recomendação dos órgãos técnicos municipais.

ARTIGO 11 - Caso o pedido de concessão de benefícios previstos por esta seja formulado por empresas já instaladas no Município e objetivando sua expansão , prevalecerão as exigências estabelecidas no § único do artigo 5º, artigo 6º, incisos I e VII, § 1º e § 2º, artigo 7º e artigo 9º, devendo, ainda, provar o seu regular funcionamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A concessão de incentivos fiscais, na situação prevista no presente artigo, abrangerá, apenas, o que diz respeito ao projeto de expansão.

ARTIGO 12 - Decidido o pedido e anuindo o Executivo à pretendida doação, será formalizado o ato respectivo, por meio de

escritura pública, dela constando cláusulas garantidoras do fiel cumprimento por parte do donatário, das obrigações assumidas, especialmente encargos, prazo de cumprimento e retrocessão, sob pena de nulidade do ato.

ARTIGO 13 - As despesas provenientes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento corrente, bem como nos futuros.

ARTIGO 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.648, de 22 de setembro de 1988.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de Julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.273, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Acrescenta parágrafos nos artigos 78 e 101, da Lei Municipal Nº 1.990, de 05 Junho de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica incluído um parágrafo único ao artigo 78 e um ao artigo 101 da Lei Municipal Nº 1.990, de 05 de Junho de 1991, com a seguinte redação:

"ARTIGO 78 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica a Administração Municipal autorizada a receber, a título de doação, para colocação em praças públicas, bancos de cimento com inscrições que permitam a identificação do doador."

"ARTIGO 101 -...

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica a Administração Municipal autorizada a receber, a título de doação, para colocação em residências, placas com denominação de vias públicas com inscrições que permitam a identificação do doador."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Julho de 1995.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de Julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.274, DE 17 DE JULHO DE 1995.

"Dispõe sobre contrato para fornecimento de calcário tipo "d", aos produtores rurais do Município de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Casa da Agricultura de Tremembé, autorizado a intervir no Contrato Particular que a Associação Rural do Bairro do Mato Dentro fizer com uma fornecedora de Calcário, conforme minuta anexa, que passa a fazer parte integrante desta lei.

§ 1º - A intervenção da Prefeitura Municipal, no contrato de que cuida este artigo, será feita única e exclusivamente a título de fornecimento de meios de transporte e local para estocagem do calcário, incentivando o aumento da produção rural do Município de Tremembé.

§ 2º - As obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Consignação Mercantil, abrangerão somente a Consignadora e a Consignatária, ficando a Prefeitura Municipal isenta de qualquer responsabilidade.

ARTIGO 2º - O fornecimento do calcário tipo "d", deverá ser feito a todos os produtores rurais, agrícolas e pecuários, do Município de Tremembé, que se encontrarem cadastrados na Casa da Agricultura de Tremembé.

ARTIGO 3º - O Executivo Municipal cederá um depósito e os meios de transporte à Associação Rural do Bairro do Mato Dentro, para estocar e transportar o produto referido no artigo 2º, desta lei, na base de 7 (sete) toneladas por ano, para atendimento emergencial dos produtores rurais que estejam cadastrados na Casa da Agricultura de Tremembé.

ARTIGO 4º - A responsabilidade pela estocagem do produto calcário tipo "d" ficará a cargo da Associação Rural do Bairro do Mato Dentro, bem como sua distribuição.

ARTIGO 5º - A interveniente deverá limitar, aos produtores interessados em aderir ao incentivo do aumento da produção rural do Município, a aquisição de 7 (sete) toneladas por ano.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de usa publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 17 de Julho de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de Julho de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARTICULAR DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS, SOB A FORMA DE CONSIGNAÇÃO MERCANTIL.

CONSIGNADORA..... :

CONSIGNATÁRIA.....: ASSOCIAÇÃO RURAL DO BAIRRO DO MATO DENTRO, com sede em Tremembé, Estado de São Paulo, à Estrada do Mato Dentro, 5.200, inscrita no CGC/MF sob o nº 65.057.598/0001-09.

INTERVENIENTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, com sede em Tremembé, Estado de São Paulo, à Rua 07 de Setembro, 701, inscrita no CGC/MF nº 46.638.714/0001-20.

Pelo presente contrato, de um lado a CONSIGNADORA, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO RURAL DO BAIRRO DO MATO DENTRO, acima qualificada, neste ato representada por seu Presidente, EDSON FONSECA JOSÉ, doravante denominada CONSIGNATÁRIA, e, agindo como doravante denominada INTERVENIENTE, a PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, ANTONIO CARLOS FERREIRA, têm entre si, justo e avençado, mediante as cláusulas e condições que reciprocamente se estipulam, aceitam e outorgam, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é o fornecimento, por parte da CONSIGNADORA, sob a forma de CONSIGNAÇÃO MERCANTIL, do produto calcário tipo "d", ensacado, no período de vigência estabelecido na Cláusula Segunda do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 - O presente contrato vigorará da data da sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 1995, podendo, no entanto, se prorrogado, por consenso entre as partes, mediante aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE VENDA

3.1 - O produto, objeto do presente contrato, será fornecido à CONSIGNATÁRIA aos valores estabelecidos nas listas de preços da CONSIGNADORA, sob a forma de CONSIGNAÇÃO MERCANTIL, não

representando, contudo, o preço final, ficando o faturamento pelo efetivo consumo, sujeito ao ítem 3.2, desta Cláusula.

3.2 - A CONSIGNATÁRIA deverá comunicar à CONSIGNADORA o volume efetivamente consumido, dos produtos a si consignados, para que esta processe ao devido faturamento, o que se dará aos preços vigentes na data em que a venda se der.

3.3 - Para cumprimento de procedimentos fiscais cabíveis, deverá a CONSIGNATÁRIA emitir Nota Fiscal de "Retorno Simbólico de Mercadorias em Consignação", de conformidade com o que dispõe a legislação tributária nacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA

4.1 - O produto, objeto do presente contrato, será transportado por conta e risco da CONSIGNATÁRIA, sendo que a interveniente fornecerá o meio de transporte, a partir da efetiva saída dos depósitos da CONSIGNADORA, sitos à Fazenda das Caieiras, no Bairro Ribeirão das Almas, em Taubaté, Estado de São Paulo, até os depósitos da CONSIGNATÁRIA.

4.2 - A CONSIGANATÁRIA se obriga a manter o local destinado para o depósito do produto, em perfeitas condições de higiene e de limpeza, de forma que esteja sempre adequadamente conservado e protegido contra quaisquer agentes daninhos ou nocivos, até que seja efetivamente consumido ou devolvido à CONSIGNADORA.

4.3 - Fica resguardado às partes o direito de discordarem do número de unidades recebidas (sacos de 50 kg. de calcário), devendo, nesta hipótese, informar a outra parte por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do produto, para acerto da quantidade do produto consignado.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

5.1 - Os casos fortuitos ou de força maior, tal como definidos no parágrafo único, do artigo 1.058, do Código Civil, serão excludentes da responsabilidade das partes contratantes.

5.2 - A interrupção temporária da produção e do consequente fornecimento por parte da CONSIGNADORA, por motivo de grave avaria técnica nas suas unidades industriais, não será considerado inadimplemento, desde que comunique esta, à CONSIGNATÁRIA, por escrito, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a ocorrência do evento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

6.1 - Todos os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais ou parafiscais e/ou quaisquer emolumentos) decorrentes, direta ou indiretamente do presente contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, na forma definida na legislação tributária, sem que lhe assista o direito de qualquer reembolso pela outra parte, seja a que título for.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DEVOLUÇÃO

7.1 - A CONSIGNATÁRIA se obriga a devolver, e a CONSIGNADORA a retirar o produto fornecido em consignação quando solicitado por escrito, por qualquer das partes, respeitando-se as disposições constantes do presente contrato.

7.2 - Caso seja de iniciativa da CONSIGNATÁRIA a devolução do produto consignado, em plena vigência deste contrato, será concedido pela CONSIGNADORA um prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento, por esta, da solicitação, por escrito, daquela, para promover a entrega do mesmo, correndo por conta da primeira, os custos de transporte decorrentes da remoção do produto.

7.3 - Para todos os efeitos fica estabelecido que a CONSIGNATÁRIA, na hipótese de, na data da devolução do produto, estar em vigor o presente contrato, terá a preferência para aquisição do produto consignado, dentro das condições constantes da cláusula terceira do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 - O saldo do produto consignado, existente em poder da CONSIGNATÁRIA, quando do vencimento do presente contrato, e em caso de não prorrogação do mesmo, deverá se colocado à disposição da CONSIGNADORA, ficando esta, investida dos poderes de faturar quaisquer quantidades apuradas a menor, imediatamente após a verificação das faltas.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - As contratantes não poderão ceder a terceiros, total ou parcialmente, qualquer dos direitos previsto no presente contrato, sem permissão, por escrito, das mesmas.

9.2 - Nenhuma desistência ou omissão, por qualquer das partes, de exigir o cumprimento da outra, de quaisquer das cláusulas do presente instrumento, nem qualquer tolerância concedida ou demonstrada, desobrigará nem prejudicará o direito de uma parte, a qualquer tempo, de exigir o cumprimento de todos os dispositivos e obrigações deste contrato.

9.3 - Sem prejuízo das obrigações estatuídas no presente contrato, a CONSIGNATÁRIA assegura à CONSIGNADORA, ou a quem esta vier a nomear, o livre acesso e trânsito no local destinado ao depósito do produto consignado, para proceder, quando achar necessário, vistorias ou conferências do estoque.

9.4 - Responderá por perdas e danos, na forma da legislação em vigor, qualquer das partes que infringir as disposições do presente instrumento.

9.5 - Qualquer alteração das cláusulas do presente instrumento, somente será válida se prévia e expressamente acordada, por escrito, pelas partes.

9.6 - Os efeitos do presente contrato se estenderão aos sucessores das partes, que se sub-rogarão em todos os direitos, assim como em todas as obrigações, dele decorrentes.

9.7 - A entrega do calcário aos produtores interessados, somente se fará mediante a apresentação de Guia de Depósito Bancário em nome da CONSIGNADORA, e devidamente autenticada pelo Banco.

9.8 - Autilização do calcário será acompanhada pelos técnicos da CONSIGNATÁRIA, bem como pelos técnicos da INTERVENIENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MULTA

10.1 - Sem prejuízo das demais disposições deste instrumento, CONSIGNADORA ou CONSIGNATÁRIA, que descumprir qualquer das cláusulas deste contrato, se sujeitará a uma multa no valor de 2.000 (duas mil) UFM'S, a qual será paga no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da denúncia, por escrito, da parte que se considerar prejudicada.

10.2 - Caso o índice descrito no ítem acima for substituído por outro de caráter oficial, este será adotado para o cálculo da multa estipulada no ítem 10.1.

PARÁGRAFO ÚNICO - O "caput" deste artigo não se aplica a INTERVENIENTE que, encontra-se isenta de qualquer responsabilidade pelo contrato firmado pela CONSIGNADORA e CONSIGNATÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - As partes (CONSIGNADORA E CONSIGNATÁRIA) elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Taubaté, Estado de São Paulo, ou se preferirem, aquele do domicílio do réu, como competente para dirimir as pendências oriundas do presente contrato, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais previlegiados que sejam.

E por assim estarem, justas e contratadas, assinam as partes, após lido e achado conforme o presente contrato, elaborado em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas, a tudo presentes, para que surta os efeitos previstos em lei.

Taubaté, de de 1995.

_____

CONSIGNADORA

_____

CONSIGNATÁRIA

_____

INTERVENIENTE

_____

TESTEMUNHA

_____

TESTEMUNHA

LEI Nº 2.275, DE 11 DE AGOSTO DE 1995.

"Autoriza o ressarcimento de despesas provenientes de danos causados por veículos municipais a veículos de terceiros."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a efetuar despesas a título de ressarcimento provenientes de abalroamento causado por qualquer veículo municipal a veículos de propriedade de terceiros, desde que reconhecida judicialmente a culpa ou dolo do servidor e/ou funcionário público condutor do veículo oficial.

ARTIGO 2º - O condutor do veículo municipal que causar o abalroamento por culpa ou dolo, comprovado judicialmente através de sentença transitada em julgado, deverá ressarcir ao cofre municipal o prejuízo causado, em tantas parcelas quantas forem necessárias, as quais não poderão ser superiores a 12 (doze), até a sua liquidação, descontadas em folha de pagamento.

ARTIGO 3º - Para cumprimento do disposto nesta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar tais despesas junto à seguinte dotação orçamentária constante no orçamento financeiro vigente:

9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.45	Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.0.0.0	Despesas Correntes
3.1.0.0	Despesas de Custeio
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1995.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 11 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima

Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.276, DE 11 DE AGOSTO DE 1995.

"Altera taxa de ocupação constante de Quadro Anexo nº 2 da Lei Municipal Nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Nas zonas de uso z_c, z_1 e z_2, constantes do Quadro Anexo, nº 2 da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, e suas conseqüentes alterações, a taxa de ocupação para fins de construção e ampliação de edifícios comerciais e de serviços passa a ser de 80% (oitenta por cento).

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 11 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.277, DE 22 DE AGOSTO DE 1995.

"Estabelece normas para a comercialização de tintas em recipiente de 'SPRAY'."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os estabelecimentos que comercializam tintas em recipientes de "spray" são obrigados a manter cadastro atualizado dos adquirentes do produto.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, entende-se por recipientes de "spray" aqueles providos de dispositivo capaz de emitir jatos gasosos de tinta que se aplicam sobre uma superfície.

§ 2º - A venda do produto identificado no parágrafo anterior será permitida exclusivamente para pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos ou pessoas jurídicas.

ARTIGO 2º - O cadastro de que trata o artigo anterior conterá:

I - nome completo do adquirente;
II - endereço;
III - identidade;
IV - CPF ou CGC;
V - a marca e a cor da tinta adquirida.

ARTIGO 3º - O cadastro ocorrido em cada mês será arquivado no próprio estabelecimento comercial e colocado à inteira disposição quando solicitado pelos fiscais da Prefeitura Municipal.

ARTIGO 4º - O descumprimento do disposto nesta lei ensejará ao infrator as seguintes penalidades:

I - multa;
II - cassação do Alvará de Localização e Funcionamento.

§ 1º - A multa será no valor correspondente a 20 (vinte) UFM's será calculada em dobro na primeira reincidência e em triplo na segunda reincidência.

§ 2º - A cassação do Alvará de Localização e Funcionamento será definitiva em terceira reincidência, mantendo-se a proibição de novo pedido de alvará até 6 (seis) meses.

ARTIGO 5º - A fiscalização do cumprimento desta lei ficará a cargo do Poder Executivo.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.278, DE 22 DE AGOSTO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa denominar-se **"RUA PADRE DEHON"** a Rua 5 do Parque Vera Cruz, no Munitípio de Tremembé.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.279, DE 22 DE AGOSTO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se **"RUA ALEXANDRE BENEDITO NEROZE"** a via pública que se inicia no final da Avenida General Gabriel da Fonseca, em frente à EEPG "Profª. Maria Amélia do Patrocínio", e termina na entrada da propriedade do Senhor João Fernandes, no Bairro do Padre Eterno.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.280, DE 22 DE AGOSTO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se **"RUA CIRO DA CONCEIÇÃO"** a via pública que se inicia no prolongamento da Avenida General Gabriel da Fonseça e termina na propriedade do Senhor Irani Narezi, no Bairro do Padre Eterno.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.281, DE 22 DE AGOSTO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada **"RUA ERNESTO NAREZI"** a via pública que se inicia defronte à Igreja do Bairro do Padre Eterno e termina na propriedade do Senhor Orálio Villarta.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.282, DE 30 DE AGOSTO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "RUA NICOLAU COUTO RUIZ" a via pública que começa na Rodovia Amador Bueno da Veiga, em frente à propriedade do Instituto de Reeducação de Tremembé (I.R.T.) e termina na divisa da propriedade de Vito Ardito, no Bairro do Retiro Feliz, em Tremembé.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.283, DE 30 DE AGOSTO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de próprio municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Mercado Municipal de Tremembé, situado entre as Ruas Sete de Setembro e Ismael Dias da Silva, com frente para a Rua Major Zanani, passa a denominar-se "Mercado Municipal Vergilio Tirelli Neto."

PARÁGRAFO ÚNICO - Da placa denominativa constarão os seguintes dizeres:

"MERCADO MUNICIPAL VERGILIO TIRELLI NETO"
(GILÓ)

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de agosto de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.284, DE 14 DE SETEMBRO DE 1995.

"Altera a redação do inciso II do artigo 1º e do artigo 2º da Lei Municipal Nº 2.081, de 23 de março de 1993."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O inciso II do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.081, de 23 de março de 1993, passa a ter a seguinte redação:
"II - Assinar com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, convênio objetivando a integração dos serviços de assistência técnica, extensão rural e orientação do abastecimento e das demais ações voltadas ao desenvolvimento da Agropecuária, previsto no Decreto Estadual nº 40.103, de 25 de maio de 1995."

ARTIGO 2º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.081, de 23 de março de 1993, passa a ter a seguinte redação:
"ARTIGO 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão ao cumprimento previsto no Decreto Estadual nº 40.103 de 25 de maio de 1995."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor as demais disposições da Lei nº 2.081, de 23 de março de 1993.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de setembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de setembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.285, DE 14 DE SETEMBRO DE 1995.

"Dá nova redação ao artigo 4º e aos incisos II, III e VI do artigo 6º da Lei Municipal nº 2.272, de 17 de julho de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O artigo 4º e os incisos II, III e VI do artigo 6º da Lei Municipal nº 2.272, de 17 de julho de 1995, passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 4º - O benefício da isenção de tributos municipais a que se refere o inciso II do artigo 2º desta lei será concedido por um período de até 10 (dez) anos, a partir da data de doação da área."

"II - Projeto das instalações industriais, cuja área coberta poderá ser de, no mínimo, 400 m² (quatrocentos metros quadrados), assinado por responsável técnico habilitado."

"III - Declaração expedida por órgão público competente estadual ou federal, de que a atividade não causa poluição, bem como apresentação de projeto de controle de poluição e proteção do meio ambiente."

"VI - Termo de compromisso de que a construção do prédio será iniciada e concluída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses após o recebimento da doação da área, sendo permitida prorrogação de 06 (seis) meses, mediante justificativa e desde que 75% (setenta e cinco por cento) da obra esteja concluída."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de julho de 1995.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo em vigor as demais disposições da Lei Municipal nº 2.272, de 17 de julho de 1995.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de setembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de setembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.286, DE 14 DE SETEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de logradouro público."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "PRAÇA DOS PESCADORES" o logradouro público situado entre a Ponte do Rio Paraíba do Sul e o início da Avenida Audrá.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de setembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de setembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.287, DE 14 DE SETEMBRO DE 1995.

"Altera redação do artigo 1º da Lei Municipal Nº 2.270, de 17 de julho de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.270, de 17 de julho de 1995 passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Passa denominar-se "RUA ANTONIO LUIZ DA SILVA" a Rua 11 do Loteamento São Vicente de Paulo, neste Município."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de setembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de setembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.288, DE 14 DE SETEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de logradouro público."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "LARGO MANOEL FERREIRA" o logradouro público localizado na bifurcação das Ruas Pedro Celete e Acácio Cardoso, no Jardim dos Eucaliptos, em nosso Município.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de setembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de setembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.289, DE 29 DE SETEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre nova redação do artigo 1º da Lei Municipal Nº 2.192, de 29 de abril de 1994".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º, da Lei Municipal Nº 2.192, de 29 de abril de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, do Estado de São Paulo, por doação, as áreas onde o DER possui o domínio e, por cessão gratuita de posse, as áreas restantes às faixas de terra com benfeitoria, das quais o DER detêm apenas a posse, integrantes da Rodovia Engº João Caetano Alvares Júnior que faz a ligação entre os municípios de Taubaté e Tremembé (SP 134/062), entre as estacas 0 (zero) e 155 + 6m (cento e cinquenta e cinco mais seis metros), com total de 99.948,00m² (noventa e nove mil e novecentos e quarenta e oito metros quadrados), conforme planta oficial do DER/SP, registrada sob o nº PAT-31796, com descrição e confrontação de acordo com os memoriais descritivos das áreas "A.1" até "A.23" e área da antiga Estrada Municipal, que passam a fazer parte integrante da presente lei".

ARTIGO 2º - Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes da Lei Municipal Nº 2.192, de 29 de abril de 1994.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de setembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de setembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

M E M O R I A L D I S C R I T I V O

Das áreas da SP.134/62 a serem transferidas à P.M. de Tremembé-SP
Trecho:- Taubaté / Tremembé.
Da estaca 0 (Antiga estaca 86+16,00m) à 155+6,00m (Antiga 242+2,00m)
Conforme Planta anexa, PAT. nº 31.796.

ÁREA A.1 -

Área esta que pertencia ao SR. ANTONIO TONINI e que inicia no ponto 01 junto ao Ribeirão dos Moinhos e segue em linha reta à direita até o ponto 02 numa distância de 524,00 metros, confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até o ponto 03 numa distância de 12,00 metros (doze metros), confrontando-se com a propriedade que pertencia ao SR. EUGÊNIO TONINI; deste ponto dobra a direita novamente e segue em uma longa linha sinuosa até ao ponto 04 numa distância de 526,00m (quinhentos e vinte e seis metros) confrontando-se com a antiga Estrada Municipal; deste ponto dobra novamente a direita e segue em uma linha reta até ao ponto 01 numa distância de 9,00 metros (nove metros), confrontando-se com o Ribeirão dos Moinhos onde encerra uma área de 6.408,00 m^2 (seis mil, quatrocentos e oito metros quadrados).

ÁREA A.2 -

Área esta que pertencia ao SR. JOSÉ MILLIET, que inicia no ponto 05 junto ao Ribeirão dos Moinhos e segue a direita em uma linha reta até o ponto 06 numa distância de 500,00m (quinhentos metros), confrontando-se com a antiga Estrada Municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta numa distância de 16,00m (dezesseis metros) até o ponto 07, confrontando-se com a propriedade / que pertencia a antiga Estrada Municipal e a ANA CÂNDIDA SOARES; deste ponto dobra novamente a direita e segue em linha reta até o ponto 08 numa distância de 538,00m (quinhentos e trinta e oito metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita em linha que se alterna em duas pequenas curvas até ao ponto 05 numa distância de 39,00m (trinta e nove metros) confrontando-se com o Ribeirão dos Moinhos, onde encerra uma área de 8.416,00m^2 (oito mil, quatrocentos e dezesseis metros quadrados).

ÁREA A 3-

ÁREA esta que pertencia a SRA. ANA CANDIDA SOARES, que inicia no ponto 9 e segue a direita em uma linha com pequena sinuosidade numa distância de 84,00 m (oitenta e quatro metros) até ao ponto 10, confrontando-se com a antiga estrada municipal ; deste ponto dobra a direita e segue em uma linha reta até ao ponto 11 numa distância de 10,00 m (dez metros) confrontando se com a propriedade do Sr. MANOEL APOLINARIO; deste ponto dobra a direita novamente e segue em linha reta ao ponto 7 numa distância de 86,00 metros (oitenta e seis metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita em linha reta até ao ponto 9 numa distância de 9,00 metros (nove metros) confrontando-se com a propriedade do SR. JOSÉ MILLIET, onde encerra uma área de 792,00 m2 (setecentos e noventa e dois - metros quadrados).

ÁREA A 4 -

ÁREA que pertencia ao SR. MANOEL APOLINARIO que inicia no ponto 10 e segue a direita em uma longa linha sinuosa até ao ponto 22, numa distância de 709,00 m (setecentos e nove metros), confrontando-se com a estrada municipal; deste ponto dobra a direita e segue em uma pequena linha reta até ao ponto 23 A numa distância de 6,00 m (seis metros), confrontando se com a antiga estrada E.F.C.B.; deste ponto dobra a direita novamente e segue em linha reta até ao ponto 23 numa distância de 19,00 m) dezenove metros) confrontando-se com a - antiga E.F.C.B.; deste ponto dobra a direita e segue em - linha reta até ao ponto 11 numa distância de 688,00 m (seiscentos e oitenta e oito metros) confrontando-se com o próprio, deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 10 numa distância de 10,00 m (dez metros) confrontando-se com a propriedade que pertencia a ANA CANDIDA SOARES onde encerra uma área de 6.433,25 m2 (seis mil quatrocentos e trinta e tres virgúla vinte e cinco metros quadrados).

VISTO:
Irineu Laurentino
ENG° CHEFE DA CAT.

ÁREA A 5 -

Área que pertencia ao SR. EUGENIO TONINI que inicia no ponto 2 e segue em linha reta até ao ponto 12 numa distância de 144,00 m (cento e quarenta e quatro metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto - 13 numa distância de 12,00 m (doze metros) confrontando-se com a propriedade que pertencia a VIUVA DE RAFAEL GALÉA; deste ponto dobra novamente a direita e segue em linha com pequena sinuosida de até ao ponto 3 numa distância de 144,00 m (cento e quarenta e quatro metros), confrontando-se com a antiga estrada municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 2 numa distância de 12,00 m (doze metros) confrontando-se com a propriedade que pertencia a ANTONIO TONINI; onde encerra uma - área de 1.740,00 m2 (hum mil setecentos e quarenta metros quadrados).

ÁREA A 6 -

Área que pertencia a VIÚVA RAFAEL GALÉA, onde inicia no ponto 12 e segue a direita em linha reta até ao ponto 15 numa distância - de 322,00 m (trezentos e vinte e dois metros), confrontando -se com os próprio ; deste ponto dobra a direita e segue em linha re ta até ao ponto 14 numa distância de 11,00 m (onze metros), - confrontando-se com a propriedade que pertencia ao SR. MODESTO - MIGOTTO; deste ponto dobra a direita e segue em uma linha com - pequena sinuosidade até ao ponto 13 numa distancia de 322,00 m - (trezentos e vinte e dois metros) confrontando-se com a antiga - estrada Municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha - reta até ao ponto 12 numa distância de 12m00 m (doze metros), - confrontando-se com a propriedade que pertencia a EUGENIO TONINI onde encerra uma área de 2.927,00 m2 (dois mil novecentos e vinte e sete metros quadrados).

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ÁREA A 7 -

Área que pertencia ao SR. MODESTO MIGOTTO, que inicia no ponto 15 e segue a direita em linha reta até ao ponto 16 numa distância de 222,00 m (duzentos e vinte e dois metros), confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 17 numa distância de 8,00 m (oito metros), confrontando-se com a propriedade que pertencia a GEOVANO MIGOTTO; deste ponto dobra novamente a direita e segue em uma linha com suave sinuosidade até ao ponto 14 numa distância de 224,00 m (duzentos e vinte e quatro metros) confrontando-se com a antiga Estrada Municipal, deste-ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 15 numa distância de 11,00 m (onze metros) confrontando-se com a propriedade da VIÚVA DE RAFAEL GALÉA; onde encerra uma área de 2.410,90 m^2 (dois mil quatrocentos e dez vírgula noventa metros quadrados).

ÁREA A 9A -

Área que pertencia a E.F.C.B. que inicia no ponto 21 e segue a direita numa diagonal em linha reta até ao ponto 20, numa distância de 20,50 m (vinte vírgula cincoenta metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue a direita em linha reta até ao ponto 27 numa distância - de 65,00 m (sessenta e cinco metros) confrontando-se com o - próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta numa diagonal até ao ponto 26 numa distância de 46,50 m (quarenta e seis vírgula cincoenta metros), confrontando-se com a área que pertencia a ELIDIO BASTOS; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 21 numa distância - de 52,00 m (cincoenta e dois metros), confrontando-se com a-- antiga estrada Municipal onde encerra uma área de 704,00 m^2 (setecentos e quatro metros quadrados).

Visto
Irineu
ENG.

ÁREA A 9 -

ÁREA que pertencia a E.F.C.B., que inicia no ponto 22 e segue a direita em linha reta até ao ponto 22 A' numa distância de 38,00 m'(trinta e oito metros), confrontando-se com a antiga estrada Municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 25' numa distância de 44,00 m (quarenta e quatros metros)confrontando-se com a antiga estrada Municipal; deste ponto dobra a direita numa diagonal e segue em linha reta até ao ponto 24' numa distância de 18,50 m (dezoito vírgula cincoenta metros), confrontando-se com área que pertencia a JORGE MIGOTTO, deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 23 numa distância de 79,00 m (setenta e nove metros), confrontandoś -se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em diagonal em linha reta até ao ponto 23'A numa distância de 19,00 m (dezenove metros), confrontando-se com área que pertencia a MANOEL APOLINARIO; deste ponto dobra a esquerda e segue em linha reta até ao ponto 22' numa distância de 6,00 m'(seis metros) confrontando-se com área que pertencia a MANOEL APOLINARIO onde encerra uma área de 750,00 m2 (setecentos e cincoenta metros quadrados).

ÁREA A 8 -

ÁREA que pertencia a GEOVANO MIGOTTO que inicia no ponto 16 e segue a direita em linha reta até ao ponto 19 numa distância de 111,00 m (cento e onze metros) confrontando-se com o próprio ; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 18,' numa distância de 6,00 m'(seis metros) confrontando-se com a propriedade qûe pertencia a LUIZ BANHARA'; deste ponto novamente dobra a direita e segue em uma linha levemente curva até ao ponto 17; numa distância de 111,00'(cento e onze metros) confrontando-se com a antiga estrada municipal deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 16 numa distância de 8,00 metros'(oito metros) onde encerra uma área de 768,80 m2 (setecentos e sessenta e oito vírgula oitenta metros quadrados).

ÁREA A 10 -

ÁREA que pertencia a LUIZ BANHARA que inicia no ponto 19 e segue em linha reta até ao ponto 20, numa distância de 46,00 m (quarenta e seis metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 21, numa distância de 20,50 m (vinte vírgula cincoenta metros), confrontando-se com área que pertencia a E.F.C.B.; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 18 numa distância de 26,00 m (vinte e seis metros) confrontando-se com a estrada municipal; deste ponto dobra novamente a direita e segue em linha reta até ao ponto 19, numa distância de 6,00m (seis metros) onde encerra uma área de 269,50 m^2 (duzentos e sessenta e nove vírgula cincoenta metros quadrados).

ÁREA A 11 -

ÁREA que pertencia a JORGE MIGOTTO que inicia no ponto 25 e segue a direita em uma linha com pequena sinuosidade até ao ponto 36 numa distância de 322,00 m (trezentos e vinte e dois metros) confrontando-se com a antiga estrada municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 37 numa distância de 7,00m (sete metros) confrontando-se com área que pertencia a JOÃO FRANCISCO COUTO; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 24 numa distância de 340,00 m (trezentos e quarenta metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 25 numa distância de 18,50 m (dezoito vírgula cincoenta metros) confrontando-se com a área que pertencia a E.F.C.B., onde encerra uma área de 3.212,76 m^2 (três mil duzentos e doze vírgula setenta e seis metros quadrados).

ÁREA A 12-

ÁREA que pertencia a ELIDIO BASTOS que inicia no ponto 27 e segue em linha reta até ao ponto 28 numa distância de 218,00 m (duzentos e dezoito metros) confrontando-se com o próprio deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 29 numa distância de 10,00 m (dez metros) confrontando-se com a propriedade que pertencia a JORGE MIGOTTO; deste ponto dobra a direita e segue em uma linha com pequena sinuosidade até ao ponto 26 numa distância de 245,00 m (duzentos e quarenta e cinco metros) confrontando-se com a antiga estrada municipal; deste ponto dobra a direita e segue a linha reta até ao ponto 27 numa distância de 46,50 (quarenta e seis virgúla cincoenta metros) confrontando-se com área que pertencia à E.F.C.B. onde encerra uma área de 2.679,00 m2 (dois mil seiscentos e setenta e nove metros quadrados).

ÁREA A 13-

ÁREA que pertencia a JORGE MIGOTTO que inicia no ponto 28 e segue a direita em linha reta até ao ponto 31 numa distância de 50,00 m (cincoenta metros) confrontando-se com com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 30 numa distância de 10,00 m (dez metros) confrontando-se com área que pertencia a MILTON DAMATA deste ponto dobra novamente a direita e segue em linha reta até ao ponto 29 numa distância de 51,00 m (cincoenta e um metros) confrontando-se com a antiga estrada Municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta ao ponto 28, numa distância de 10,00 m (dez metros) confrontando-se com a propriedade que pertencia a ELIDIO BASTOS onde encerra uma área de 521,00 m2(quinhentos e vinte e um metros quadrados).

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ÁREA A 14:-

Área que pertencia a JOÃO FRANCISCO COUTO que inicia no ponto 36 e segue à direita em linha sinuosa até ao ponto 39 numa distância de 698,00 m (seiscentos e noventa e oito metros) e confrontando-se com a antiga Estrada Municipal; deste ponto dobra à direita e segue em linha reta até ao ponto 38 numa distância de 7,00 m (sete metros) confrontando-se com a propriedade que pertencia a JOSÉ INOCÊNCIO MONTEIRO; deste ponto dobra novamente à direita e segue em linha reta até ao ponto 37 numa distância de 684,00 m (seiscentos e oitenta e quatro metros), confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra à direita e segue em linha reta até ao ponto 36 numa distância de 7,00 m (sete metros), confrontando-se com a propriedade que pertencia à JOÃO MIGOTTO, onde encerra uma área de 8.905,00 m^2 (oito mil novecentos e cinco metros quadrados).

ÁREA A 15:-

Área que pertencia a MILTON DAMATA que inicia-se no ponto 31 e segue à direita em linha reta até ao ponto 32 numa distância de 40,00 m (quarenta metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra à direita e segue em linha reta até ao ponto 33 numa distância de 10,00 m (dez metros), confrontando-se com a propriedade que pertencia a LÉO SILVA GOUVEA; deste ponto dobra novamente à direita e segue em linha reta até ao ponto 30 numa distância de 40,00 m (quarenta metros), confrontando-se com a antiga Estrada Municipal; deste ponto dobra à direita e segue em linha reta até ao ponto 31, numa distância de 10,00 m (dez metros), confrontando-se com a área que pertencia a JORGE MIGOTTO, onde encerra uma área de 480,00 m^2 (quatrocentos e oitenta metros quadrados).

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ÁREA A 16 -

Área que pertencia a LÉO SILVA GOUVEIA que inicia no ponto - 32 e segue a direita em linha reta até ao ponto 35 numa distância de 47,00 m (quarenta e sete metros) confrontando-se - com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha- reta até ao ponto 34 numa distância de 8,00 m (oito metros), confrontando-se com a propriedade que pertencia aos seguin - tes proprietários; VIRGILIO E JOÃO TIRELLI, LUIZ MARTON; deste ponto dobra a direita e segue em linha com uma pequena - curvatura até ao ponto 33 numa distância de 46,00 m (quarenta e seis metros), confrontando-se com a antiga estrada Municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta numa distância de 10,00 m (dez metros) até ao ponto 32, confrontando-se com a área que pertencia a MILTON DAMATA; onde- encerra uma área de 390,00 m^2 (trezentos e noventa metros - quadrados).

ÁREA A 17 -

Área que pertencea aos seguintes proprietários, VIRGÍLIO TIRELLI, JOÃO TIRELLI E LUIZ MARTON, que inicia no ponto 35 e segue a direita em linha reta, até ao ponto 41 numa distância - cia de 114,00 m (cento e catorze metros) confrontando-se - com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha - reta até ao ponto 40 numa distância de 5,35 m (cinco vírgula trinta e cinco metros), confrontando-se com área que pertencia a BENEDITA MARCONDES; deste ponto dobra a direita e segue em linha com uma pequena sinuosidade até ao ponto 34 numa distância de 114,00 m (cento e catorze metros), confrontando-se com a antiga estrada Municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 35 numa distância de 8,00 m (oito metros) confrontando-secom área que pertencia a LÉO S. GOUVEIA; onde encerra uma área de 1.125,00 m^2 (mil cento e vinte e cinco metros quadrados).

ÁREA A 18:-

Área que pertencia a BENEDITA MARCONDES, que inicia no ponto 41 e segue em linha reta até ao ponto 42 numa distância de 8,00m (oito metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra à direita e segue em linha reta até ao ponto 43 numa distância de 5,35m (cinco vírgula trinta e cinco metros), confrontando-se com a área que pertencia a JOAQUIM MIGUEL DE OLIVEIRA; deste ponto dobra à direita e segue em linha reta até ao ponto 40 numa distância de 8,00m (oito metros) confrontando-se com a antiga Estrada Municipal; deste ponto dobra à direita e segue em linha reta até ao ponto 41 numa distância de 5,35m (cinco vírgula trinta e cinco metros), confrontando-se com a área que pertencia a VIRGILIO TIRELLI E OUTROS, onde encerra uma área de 21,40 m2 (vinte e ur vírgula quarenta metros quadrados).

ÁREA A 19:-

Área que pertencia a JOSÉ HERCÍLIO MONTEIRO, que inicia no ponto 39 e segue à direita em linha sinuosa até ao ponto 50 numa distância de 594,00m (quinhentos e noventa e quatro metros) confrontando-se com a antiga Estrada Municipal; deste ponto dobra à direita e segue em linha reta ao ponto 51 numa distância de 3,00m (três metros) confrontando-se com a área que pertencia a SALVALOR ICHI E OUTROS; deste ponto dobra à direita e segue em uma linha que se alterna entre uma pequena curva e uma longa reta até ao ponto 38 numa distância de 534,00m (quinhentos e trinta e quatro metros) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra à direita novamente e segue em linha reta até ao ponto 39 numa distância de 7,00m (sete metros) confrontando-se com a área que pertencia a JOÃO FRANCISCO COUTO, onde encerra uma área de 4.117,50 m^2 (quatro mil cento e dezessete virgula cincoenta metros quadrados).

ÁREA A 20 -

Área que pertencia a JOAQUIM MIRANDA DE OLIVEIRA que inicia no ponto 42 e segue a direita em linha reta até ao ponto 45 numa distância de 389,00 m (trezentos e oitenta e nove metros), confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 44 numa distância de 9,00 m (nove metros), confrontando-se com a área que pertencia a LUIZ FERNANDES; deste ponto dobra a direita e segue numa linha sinuosa até ao ponto 43 numa distância de 384,00 m (trezentos e oitenta e quatro metros), confrontando - se com a antiga estrada Municipal deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 42 numa distância de 5,35 m (cinco vírgula trinta e cinco metros), confrontando-se com área que pertencia a BENEDITA MARCONDES onde encerra - uma área de 3.408,40 m2 (tres mil quatrocentos e oito vírgula quarenta metros quadrados).

ÁREA A 21 -

Área que pertencia a LUIZ FERNANDES que inicia no ponto 45 e segue em linha reta até ao ponto 46 numa distância de ---- 340,00 m (trezentos e quarenta metros) confrontando-se - com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha- reta até ao ponto 47 numa distância de 6,00 m (seis metros) confrontando-se com área que pertencia aos Herdeiros de - CANDIDA MARIA DOS SANTOS; deste ponto dobra a direita e segue a direita em uma linha sinuosa até ao ponto 44 numa - distância de 344,00 m (trezentos e quarenta e quatro metros) confrontando-se com a antiga estrada Municipal deste ponto - dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 45 numa - distância de 9,00 m (nove metros), confrontando-se com a área que pertencia a JOAQUIM MIRANDA DE OLIVEIRA, encerrando uma área de 2.609,00 m2 (dois mil seiscentos e nove metros - quadrados).

ÁREA A 22-

Área que pertencia aos Herdeiros de CANDIDA MARIA DOS SANTOS / que inicia no ponto 46 e segue a direita em uma linha com pequena curvatura até ao ponto 49 numa distância de 471,00 m (quatrocentos e setenta e um metros lineares) confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até/ ao ponto 48 numa distância de 10,00 m (dez metros lineares) onde confronta com o antigo perímetro urbano de Tremembé; deste / ponto dobra a direita e segue em uma linha com pequena sinuosidade até ao ponto 47 numa distância de 470,00 m (quatrocentos e setenta metros lineares) confrontando-se com a antiga estrada / Municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 46 numa distância de 6,00 m (seis metros lineares) confrontando-se com a área que pertencia a LUIZ FERNANDES, onde encerra uma área de 2.449,50 m^2 (dois mil quatrocentos e quarenta e nove virgula cincoenta metros quadrados).

ÁREA A 23-

Área que pertencia a SALVADOR IORI E OUTROS que inicia ao ponto 50 e segue a direita em linha com pequena sinuosidade até ao ponto 53 numa distância de 136,00 m (cento e trinta e seis metros lineares), confrontando-se com a antiga estrada Municipal; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto/ 52 numa distância de 8,00 m (oito metros lineares), confrontando-se com o antigo perímetro urbano de Tremembé; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 51 numa distância de 142,00 m (cento e quarenta e dois metros lineares) , confrontando-se com o próprio; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 50 numa distância de 3,00 m (três metros lineares) confrontando-se com a área que pertencia a JOSÉ/ INOCÊNCIO MONTEIRO, onde encerra uma área de 819,50 m^2 (oitocentos e dezenove virgula cincoenta metros quadrados).

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

AREA DA ANTIGA ESTRADA MUNICIPAL

MEMORIAL DESCRITIVO

Área esta que inicia no ponto 4 na estaca 0 e segue a direita em uma linha sinuosa até ao ponto 3, numa distância de 526,00 m, confrontando com a propriedade de ANTONIO TONINI; deste ponto continua numa linha com sinuosidade até ao ponto 13, numa distância de 144,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia EUGENIO TONINI; deste ponto continua com uma linha sinuosa até ao ponto 14, numa distância de 322,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia Viuva RAFAEL GALÉA; deste ponto / continua em uma linha reta e outra com pequena curvatura até ao ponto 17 numa distância de 224,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a MODESTO MIGOTTO; deste ponto segue a linha reta até ao ponto 18, numa distância de 111,00 m, confrontando com a propriedade que pertencia MIGOTTO GEOVANO; deste ponto segue em linha reta até o ponto 21, numa distância de 26,00m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a LUIZ BANHARA ; deste ponto continua em linha reta até ao ponto 26, numa distância de 52,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia E.F.C.B; deste ponto segue em uma linha suavemente curva até ao ponto 29, numa distância de 245,00 m confrontando-se com a pro-/ priedade que pertencia a ELÍDIO BASTOS; deste ponto segue em linha reta até ao ponto 30 numa distância de 51,00m, confrontando-se / com a propriedade que pertencia a JORGE MIGOTTO; deste ponto continua em linha reta até ao ponto 33 numa distância de 40,00 m , confrontando-se com a propriedade que pertencia a MILTON DAMATA; deste ponto segue em linha com pequena curvatura até ao ponto 34 numa distância de 46,00 m confrontando-se com a propriedade que pertencia a LÉO S. GOUVEIA; deste ponto segue em uma linha reta até ao ponto 40 numa distância de 114,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a VIRGILIO TIRELLI E OUTROS; deste / ponto segue em linha reta até ao ponto 43 numa distância de 8,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a BENEDITA / MARCONDES; deste ponto segue em uma linha sinuosa até ao ponto 44 numa distância de 384,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a JOAQUIM MIRANDA DE OLIVEIRA; deste ponto segue em li-

nha sinuosa até ao ponto 47 numa distância de 344,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a LUIZ FERNANDES; deste ponto segue em linha com uma pequena curvatura até ao ponto 48 numa distância de 470,00 m; confrontando-se com a propriedade que pertencia ao herdeiros CANDIDA MARIA DOS SANTOS; deste ponto dobra a direita e segue em reta até ao ponto 53 numa distância de 14,00m, confrontando-se com o perímetro urbano de Tremembé; deste ponto retorna e segue em uma linha com suave curvatura até ao ponto 50, numa distância de 136,00 m confrontando-se com a área que pertencia a SALVADOR IORI E OUTROS; deste ponto continua a direita em uma linha com pequena curvatura até ao ponto 39 numa distância de 594,00m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a JOSÉ INOCENCIO MONTEIRO; deste ponto segue em linha sinuosa até ao ponto 36 numa distância de 698,00 m confrontando-se com a propriedade que pertencia a JOÃO FRANCISCO COUTO; deste ponto segue em linha sinuosa até ao ponto 25 numa distância de 322,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a JORGE MIGOTTO; deste ponto segue em linha reta até ao ppnto 22 A numa distância de 44,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertência a E.F.C.B.; deste ponto segue em uma linha reta até ao ponto 22 numa distância de 38,00 m confrontando-se com a propriedade que pertencia a E.F.C.B.; deste ponto segue uma longa linha suavemente curva até ao ponto 10 numa distância de 709,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a MANOEL APOLINÁRIO; deste ponto segue em linha reta ao ponto 9 numa distância de 84,00 m confrontando-se com a propriedade que pertencia a ANA CANDIDA SOARES; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 6 numa distância de 7,00 m confrontando-se com a propriedade que pertencia a JOSÉ MILLIET deste ponto dobra a esquerda e segue em linha reta até ao ponto 5 numa distância de 500,00 m, confrontando-se com a propriedade que pertencia a JOSÉ MILLIET; deste ponto dobra a direita e segue em linha reta até ao ponto 4 numa distância de 9,00 m, confrontando-se com o RIBEIRÃO DOS MOINHOS onde encerra uma área de 37.590,49 m2.

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ÁREAS DESAPROPRIADAS COM ESCRITURAS REGISTRADAS PELO DER

1. Desapropriado:- ANTONIO TONINI
   Area: 6.408,00 m2

2. Desapropriado:- JOSÉ MILLIET
   Área: 9.416,00 m2

3. Desapropriado:- LUIZ FERNANDES
   Área: 2.609,00 m2

4. Desapropriado:- MANOEL APOLINÁRIO
   Área: 6.433,25 m2

5. Desapropriado:- ELÍDIO BASTOS
   Área: 2.679,00 m2

6. Desapropriado:- JOSÉ INOCÊNCIO MONTEIRO
   Área: 4.117,50 m2

7. Desapropriado:- SALVADOR, DINO E DUILIO IORI
   Área: 819,50 m2

8. Desapropriado:- VIÚVA RAFAEL GALÉA
   Área: 2.927,00 m2

9. Desapropriado:- LUIZ BANHARA
   Área: 269,50 m2

10. Desapropriado:- LÉO SILVA GOUVEIA
    Área: 390,00 m2

11. Desapropriado:- JOAQUIM MIRANDA DE OLIVEIRA
    Área: 3.408,40 m2

12 - Desapropriado : - João Francisco Couto

Àrea : 8.905,00 m2

RESUMO : - (6.408,00 + 8.416,00 + 4.117,50 + 819,50 + 8.905,00 +
2.609,00 + 2.679,00 + 3.408,40 + 6.433,25 + 2.927,0
269,50 + 390,00) = 47.382,15 m2

ÀREAS DAS QUAIS O DER DETEM APENAS A POSSE HÁ MAIS DE 35 ANO AUTOS NÃO CONCLUIDOS.

1 - Desapropriado : - EUGÊNIO TONINI
Àrea : 1.740,00 m2

2 - Desapropriado : ANA CANDIDA SOARES
Àrea: 792,00 m2

3 - Desapropriado: - MODESTO MIGOTTO
Àrea: 2.410,90 m2

4 - Desapropriado : - GEOVANI MIGOTTO
Àrea : 768,00 m2

5 - Desapropriado : - JORGE MIGOTTO
Àrea 1 : 3.212,76 m2
Àrea 2 : 521,00 m2

6 - Desapropriado : - MILTON DAMATA
Àrea : 480,00 m2

7 - Desapropriado : VIRGILIO TIRELLI, JOÃO TIRELLI e LUIZ MARTON
Àrea : 1.125,00 m2

8 - Desapropriado : - HERDEIROS DE CÂNDIDA MARIA DOS SANTOS

Àrea : 2.449,50 m2

9 - Desapropriado : - BENEDITA MARCONDES

àrea : 21,40 m2

10- Desapropriado : - E.F.C.B.

Àrea : 1.454,00 m2

RESUMO : (1.740,00 + 792,00 + 2.410,90 + 3.212,76 +
521,00 + 480,00 + 1.125,00 + 1.454,00 +
21,40 + 2.449,50) = 14.975,36 m2

TOTAL DA ÀREA OCUPADA PELO DER QUE PERTENCIA A ANTIGA ESTRADA MUNICIPAL.

ÀREA : 37.590,49 m2

TOTAL DA ÀREA A SER DOADA

47.382,15 m2 ..... áreas com registro pelo DER
14.975,36 m2 ..... áreas com Posse pelo DER
37.590,49 m2 ..... área da antiga Estrada Municipal
99.948,00 m2

Portanto, o total é igual a 99.948,00 m2

(noventa e nove mil novecentos e quarenta e oito metros quadrados).

CAT.6, 06 de abril de 1 994

- IRINEU LAURENTINO -
Engº Chefe da CAT.6

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP - 1994

DER - 003

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.290, DE 11 DE OUTUBRO DE 1995.

"Autoriza permuta de bens imóveis para os fins que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 115, inciso I, alínea "b", da Lei Orgânica do Município de Tremembé, fica o Chefe do Executivo autorizado a efetuar, com a Firma Mantiqueira Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda, a permuta da área parcial do Sistema de Recreio B, do loteamento Alpes de São Gotardo, com área de 20.001,45 m², com 15 lotes de terrenos do mesmo loteamento, perfazendo uma área total de 21.550,21 m², áreas estas constantes de plantas e memoriais descritivos anexos, que passam a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - A área parcial do Sistema de Recreio citado deixa de pertencer ao domínio público, passando a domínio privado, e os lotes que compõem as plantas e os memoriais descritivos deixam o domínio privado, passando para o domínio público, integrando o conjunto de Sistemas de Recreio do loteamento Alpes de São Gotardo.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da lavratura da escritura e da regularização da permuta frente ao Cartório de Registro de Imóveis correrão por conta do Clube de Campo São Gotardo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Da escritura de permuta deverá constar o cancelamento da cláusula restritiva constante das Matrículas de números: 49.687, 49.709, 49.710, 49.711, 49.712, 49.714, 50.577, 50.578, 49.788, 49.794, 50.624, 50.625, 50.626, 50.627 e 50.585.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 11 de outubro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de outubro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

MEMORIAL DESCRITIVO

PARA PERMUTA DE ÁREAS
LOCAL: LOTEAMENTO ALPES DE SÃO GOTARDO- TREMEMBÉ-SP.
PROPONENTE/PROPRIETÁRIO: CLUBE DE CAMPO SÃO GOTARDO

OUTORGADO /PROPRIETÁRIO : PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

ÁREA OFERECIDA :

Lote 10 da quadra 32
Lote 09 da quadra 41
Lote 10 da quadra 41
Lote 11 da quadra 41
Lote 26 da quadra 41
Lote 17 da quadra 47
Lote 15 da quadra 49
Lote 56 da quadra 40
Lote 02 da quadra 51
Lote 30 da quadra 51
Lote 11 da quadra 60
Lote 34 da quadra 66
Lote 35 da quadra 66
Lote 36 da quadra 66
Lote 37 da quadra 66

ÁREA PRETENDIDA: ÁREA PARCIAL DO SISTEMA DE RECREIO "B"

Descrição das Áreas

Lote de terreno nº 10 da quadra 32 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo situado em Tremembé desta comarca, com frente para a Rua Berlim, onde mede 23,23m em curva, por 60,00 metros nos fundos, onde divide com Sistema de Recreio pelo lado direito mede 58,16 metros onde divide com o lote 09 e pelo lado esquerdo mede 56,36 metros, onde divde com o Sistema de Recreio, encerrando a área de 2.149,01 metros quadrados, cadastrado na Prefeitura Municipal local sob BC nº 0131.0594.....

Lote de Terreno nº 56 da quadra 40, do imóvel denominado Alpes de São Gotardo situado em Tremembé desta Comarca, com frente para a Rua Bonn, onde mede 20,00 metros em curva, por 20,00 metros nos fundos onde divide com o Sistema de Recreio,pelo lado direito mede 73,36 metros, onde divide com o lote 27 e pelo lado esquerdo mede 73,25 metros, onde divide com o lote nº 55, encerrando a área de 1.464,86 metros quadrados, cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob BC nº 0131.1386.....

Lote de Terreno nº 09 da quadra 41, do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé desta comarca, com frente para a Rua Viena, onde mede 25,03 metros em curva, por 15,00 metros nos fundos,onde divide com o Sistema de Recreio pelo lado direito mede 78,06 metros, onde divide com o lote 10 e pelo lado esquerdo mede 79,39 metros onde divide com o lote 08, encerrando a área de 1.428,27 metros quadrados, cadastrado na Prefeitura Municipal local sob BC nº 0131.0801.....

Lote de Terreno nº 10 da quadra 41 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo situado em Tremembé desta comarca,com frente para a Rua Viena, onde mede 31,41 metros em curva, por 31,39 metros nos fundos, onde divide com o Sistema de Recreio pelo lado direito mede 60,61 metros, onde divide com o lote nº 11 e pelo lado esquerdo mede 78,06 metros, onde divide com o lote 09 , encerrando a área de 1.912,56 metros quadrados, cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob BC nº 0131.0802.....

Lote de Terreno nº 11 da quadra 41, do imóvel denominado Alpes de São Gotardo situado em Tremembé desta comarca,com frente para a Rua Viena, onde mede 11,00 metros em curva e mais 23,00 metros em reta, por 33,73 metros nos fundos, onde divide com o Sistema de Recreio, pelo lado direito mede 63,72 metros, onde divide com o lote 26 e pelo lado esquerdo mede 60,61 metros,onde divide com o lote 10,encerrando a área de 2.093,47 metros quadrados,cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob nº 0131.0803.

Lote de Terreno nº 26 da quadra 41 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé desta comarca, com frente para a Rua Viena, onde mede 26,77 metros em curva, por 32,00 metros nos fundos, onde divide com o Sistema de Recreio pelo lado direito mede 85,31 metros, onde divide com o Sistema de Recreio, pelo lado esquerdo mede 67,72 metros, onde divide com o lo-

te nº 11, encerrando a área de 1.935,14 metros quadrados,cadastrado na Prefeitua Municipal Local sob BC nº 0131.1387.....

Lote de Terreno nº 17 da quadra 47 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé desta comarca,medindo 21,28 metros em linha reta com frente para a Rua Viena, nos fundos mede 22,00 metros e confronta com o Sistema de Recreio pelo lado direito mede 51,48 metros e confronta com o lote 16 e pelo lado esquerdo mede 47,82 metros e confronta com o lote 18, encerrando a área de 1.049,42 metros quadrados cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob BC nº 0131.0954.....

Lote de Terreno nº 15 da quadra 49 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé desta comarca,medindo 16,75 metros em curva com frente para a Rua Bonn, nos fundos mede 22,00 metros e confronta com o Sistema de Recreio, pelo lado direito mede 59,34 metros e confronta com o lote 16 e pelo lado esquerdo mede 51,00 metros e confronta com o lote 11, encerrando a área de 1.020,81 metros quadrados, cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob BC nº 0131.0988.....

Lote de Terreno nº 02 da quadra 51 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé desta comarca , com frente para a Rua Roma, onde mede 20,00 em curva, por 18,62 metros nos fundos onde divide com a Cia. de Hoteis São Gotardo,pelo lado direito mede 60,78 metros, onde divide com o lote 03 e pelo lado esquerdo mede 61,39 metros, onde divide com o lote 01, encerrando a área de 1.182,80 metros quadrados; imóvel esse devidamente cadastrado junto à Prefeitura Municipal de Tremembé sob o BC nº 0131.1003.....

Lote de Terreno nº 30 da quadra 51 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo situado em Tremembé desta comarca,com frente para a Rua Oslo, onde mede 21,96 metros em reta, por 21,96 metros nos fundos, onde divide com a Cia. de Hoteis São Gotardo , pelo lado direito mede 50,74 metros onde divide com o lote 31, pelo lado esquerdo mede 50,74 metros, onde divide com o lote 29, encerrando a área de 1.114,00 metros quadrados; imóvel esse devidamente cadastrado junto à Prefeitura Municipal de Tremembé sob o BC nº 0131.1452.....

Lote de Terreno nº 11 da quadra 60 do imóvel deno-

minado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé-SP desta comarca, medindo 24,98m em curva com frente para a Rua Bonn, nos fundos mede 22,00m e confronta com o sistema de recreio, pelo lado direito mede 63,96m e confronta com o sistema de recreio, pelo lado esquerdo mede 57,72m e confronta com o lote nº 10, encerrando a área de 1.399,87 metros quadrados, cadastrado na Prefeitura Municipal local sob BC nº 0131.1125.....

Lote de Terreno nº 34 da quadra 66 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé-SP desta comarca, com frente para a Rua Dublim, onde mede 14,00m em reta, mais 11,00m em curva, por 23,36m nos fundos, onde divide com o sistema de recreio, pelo lado direito mede 55,20m, onde divide com o lote nº 37, pelo lado esquerdo mede 50,00m, onde divide com o sistema de recreio, encerrando a área de 1.200,00m², cadastrado na Prefeitura Municipal local sob BC nº 0131.1246.....

Lote de Terreno nº 35 da quadra 66 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé-SP desta comarca, com frente para a Rua Dublim, onde mede 18,58m em reta, por 18,91m nos fundos, onde divide com o sistema de recreio, pelo lado direito mede 66,34m, onde divide com o lote nº 38, e pelo lado esquerdo mede 62,84m, onde divide com o lote nº 36, encerrando a área de 1.200,00m², cadastrado na Prefeitura Municipal local sob BC nº 0131.1247.....

Lote de Terreno nº 36 da quadra 66 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé-SP desta comarca, com frente para a Rua Dublim, onde mede 19,68m em reta, por 20,02m nos fundos, onde divide com o sistema de recreio, pelo lado direito mede 62,84m, onde divide com o lote nº 35, e pelo lado esquerdo mede 59,14m, onde divide com o lote nº 37, encerrando a área de 1.200,00m², cadastrado na Prefeitura Municipal local sob BC nº 0131.1248.....

Lote de Terreno nº 37 da quadra 66 do imóvel denominado Alpes de São Gotardo, situado em Tremembé-SP desta comarca, com frente para a Rua Dublim, onde mede 20,08m em reta, por 21,35m onde divide com o sistema de recreio, pelo lado direito mede 59,14m onde divide com o lote nº 36, e pelo lado esquerdo mede 55,20m, onde divide com o lote nº 34, encerrando a área de 1.200,00m², cadastrado na Prefeitura Municipal local sob BC nº 0131.1249.....

TOTAL DAS ÁREAS:

Lote 10 da quadra 32	-	2.149,01m²
Lote 56 da quadra 40	-	1.464,86m²
Lote 09 da quadra 41	-	1.428,27m²
Lote 10 da quadra 41	-	1.912,56m²
Lote 11 da quadra 41	-	2.093,47m²
Lote 26 da quadra 41	-	1.935,14m²
Lote 17 da quadra 47	-	1.049,42m²
Lote 15 da quadra 49	-	1.020,81m²
Lote 02 da quadra 51	-	1.182,80m²
Lote 30 da quadra 51	-	1.114,00m²
Lote 11 da quadra 60	-	1.399,87m²
Lote 34 da quadra 66	-	1.200,00m²
Lote 35 da quadra 66	-	1.200,00m²
Lote 36 da quadra 66	-	1.200,00m²
Lote 37 da quadra 66	-	1.200,00m²
TOTAL	-	21.550,21m²

PARTE DO SISTEMA DE LAZER "B" DO LOTEAMENTO ALPES DE SÃO GOTARDO; Área de terreno situado à Rua Amsterdam, no Loteamento Alpes de São Gotardo, neste Município, com as seguintes medidas e confrontações:

Inicia-se na confluência do final da Rua Viena e início da Rua Amsterdam, com o lote 03 da quadra 15 do Loteamento Alpes de São Gotardo e a área em questão, daí segue uma distância de 50,00 ms., com frente para a Rua Amsterdam; daí deflete para a direita e segue uma distância de 50,00ms., confrontando com o lote 01 da quadra 74 do Loteamento Alpes de São Gotardo; daí deflete a direita e segue uma distância de 170,00ms., confrontando com a parte remanescente do Sistema de Lazer "B" do Loteamento Alpes de São Gotardo, daí deflete a direita e segue

uma distância de 52,00 ms. confrontando ainda com a parte remanescente do Sistema de Lazer "B" do Loteamento Alpes de São Gotardo; dai defelete a direita e segue uma distância de 74,95 ms confrontando com os lote 14, 13 e 11 da quadra 15; dai defelete a esquerda e segue uma distância de 58,00ms., confrontando com o lote 11 da quadra 15; dai deflete a direita e segue uma distância de 5,00 metros, confrontando com a rua Viena; dai deflete a direita e segue uma distância de 63,87 ms.,confrontando com o lote 08 da quadra 16; dai deflete a esquerda e segue uma distância de 65,37ms,confrontando com os lotes 8, 7 e 6 da quadra 16;dai deflete a esquerda e segue uma distância de 131,85ms, confrontando com os lotes 5,4,3,2 e 1 da quadra 16; dai deflete a direita e segue 5,00 metros confrontando com a Rua Viena; dai deflete a direita e segue uma distância de 217,07ms.,confrontando com os lotes 12,10,9,8,7,6,5,4,1,2 e 3 da quadra 15;dai deflete a esquerda e segue uma distância de 70,58ms.,confrontando com o lote 03 da quadra 15, até encontrar o ponto de início da presente descrição planimétrica, fechando assim o perímetro e encerrando uma área de 20.001,45 metros quadrados.

TRemembé, 02 de junho de 1.995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Sergio Luiz de Alvarenga
Engenheiro Civil
CREA n.o 96.680/D-SP

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.291, DE 18 DE OUTUBRO DE 1995.

"Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.646, de 22 de setembro de 1988."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.646, de 22 de setembro de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé devidamente autorizada por esta lei a receber da Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Taubaté Ltda., em doação, uma faixa de terreno medindo 2.018,98 m² (dois mil e dezoito metros quadrados e noventa e oito decímetros quadrados), a qual se encontra descrita no memorial descritivo e croqui anexos, os quais, devidamente rubricados pelo Prefeito Municipal, passam a fazer parte integrante da presente lei."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de outubro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de outubro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

MEMORIAL DESCRITIVO

PARA RE-RATIFICAÇÃO DE ESCRITURA DE DOAÇÃO DE RUA

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé-SP.

LOCAL: Continuação da Rua Ovídio Paulo de Oliveira - Jardim Bica da Glória - Bairro do Caminho Novo - Tremembé-SP.

DESCRIÇÃO DA ÁREA:

Área de terreno situado no Jardim Bica da Gloria, Bairro do Caminho Novo, neste Município, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no ponto A, convergência da propriedade de Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Taubaté Ltda., Rua Antonio Affonso Ferreira Neves e a área em questão, distando 44,00 metros da confluência da Rua Octaciano Xavier de Castro e a Rua Antonio Affonso Ferreira Neves; daí segue, sempre no sentido horário, 18,00 metros com frente para a Rua Antonio Affonso Ferreira Neves, esquina com a Rua Ovídio Paulo de Oliveira, até encontrar o ponto B; daí deflete à direita e segue 221,50 metros, confrontando com propriedade de Emílio Armindo de Lima, até encontrar o ponto C; daí deflete à direita e segue 9,05 metros, confrontando com a Rua Maria do Carmo de Oliveira, até encontrar o ponto D; daí deflete à direita e segue 214,30 metros, confrontando com propriedade de Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Taubaté Ltda., até encontrar o ponto E; daí segue em curva convexa à esquerda, com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 14,14 metros, até encontrar o ponto A, início da presente descrição planimétrica, fechando assim o perímetro e encerrando uma área de 2.018,98 metros quadrados.

Tremembé, 23 de agosto de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

de Alarenga
[illegible] SP

LEI Nº 2.292, DE 31 DE OUTUBRO DE 1995.

"Dá nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 1.986, de 14 de maio de 1.991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os artigos constantes do Código Sanitário Municipal, Lei Municipal nº 1.986, de 14 de maio de 1991, enumerados, passam a ter as seguintes redações:

"ARTIGO 58 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se de interdição da atividade, apreensão dos bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 66 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 75 (SETENTA E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão dos bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 86 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 500 (QUINHENTAS) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão dos bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 91 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão dos bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 99 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão de bens e cassação de licença, conforme o caso."

"ARTIGO 105 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão de bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 116 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão de bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 127 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão de bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 131 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição da atividade, apreensão dos bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 144 - Na infração de dispositivos desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 150 (CENTO E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se a multa em dobro na reincidência específica, seguindo-se da apreensão de bens, interdição de atividades e cassação da licença de funcionamento, conforme o caso."

"ARTIGO 147 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividades, apreensão dos bens e cassação da licença de funcionamento, conforme o caso."

"ARTIGO 150 - Na infração do disposto neste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão dos bens e cassação da licença, conforme o caso."

"ARTIGO 152 - Na infração do disposto neste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição de atividade, apreensão de bens e cassação de licença, conforme o caso."

"ARTIGO 155 - O Serviço de Saúde da Administração Municipal, participará, obrigatoriamente, na determinação do processo de eliminação do lixo proveniente dos serviços de limpeza pública, bem como, fiscalizará o correto cumprimento dessa determinação."

"ARTIGO 169 - Na infração de dispositivos desta Seção será aplicada a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro na reincidência específica, seguindo-se de apreensão de bens, interdição de atividades e cassação da licença de funcionamento, conforme o caso."

"ARTIGO 175 - Na infração de dispositivos desta Seção será aplicada a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro na reincidência de atividades e cassação da licença de funcionamento, conforme o caso."

ARTIGO 2º - Por força de determinação em Legislação Federal, fica instituída, por esta lei, no Código Sanitário Municipal, Lei Municipal de nº **1.986**, de 14 de maio de 1991, a Unidade Fiscal de Referência - UFIR para cobrança de qualquer penalidade que venha a ocorrer dentro do território do Município de Tremembé.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1996, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 31 de outubro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.293, DE 31 DE OUTUBRO DE 1995.

"Dá nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Os artigos da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991, enumerados, passam a ter as seguintes redações:

"ARTIGO 56 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposto a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se a multa em dobro na reincidência específica, seguindo-se da apreensão de bens, interdição e cassação de licença de funcionamento."

"ARTIGO 68 - Para permitir a armação de circo ou barracas em logradouros públicos, poderá a Administração Municipal exigir, se o julgar conveniente, um depósito até o máximo de 1.250 (HUM MIL DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recomposição do logradouro."

"ARTIGO 69 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da apreensão de bens, interdição e cassação de licença de funcionamento."

"ARTIGO 72 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se de interdição das atividades."

"ARTIGO 75 - Na infração de qualquer artigo desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, impondo-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da apreensão dos bens, sem prejuízo das demais cominações judiciais cabíveis."

"ARTIGO 79 - Na infração dos artigos desta Seção, será imposta a multa de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da apreensão dos bens."

"ARTIGO 81 - Na infração de dispositivos desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se a multa em dobro na reincidência específica, seguindo-se da interdição da atividade, apreensão de bens ou cassação de Licença de Funcionamento, quando for o caso."

"ARTIGO 83 - Na infração de dispositivos desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da apreensão."

"ARTIGO 87 - Na infração aos dispositivos desta Seção será imposta a multa de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência específica." "ARTIGO 91 - Na infração a dispositivos desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição, apreensão de bens e cassação de licença, conforme o caso."

"ARTIGO 102 - Na infração de qualquer dispositivo desta Seção, o infrator será punido com a multa correspondente ao valor de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 350 (TREZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da apreensão de bens, interdição e cassação de licença, conforme o caso."

"ARTIGO 104 - Na infração dos dispositivos desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na

reincidência específica, seguindo-se da interdição, cassação de licença e demolição."

"ARTIGO 107 - Na infração dos dispositivos desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da demolição.

"ARTIGO 121 - Fica delegado a qualquer munícipe, desde que maior de idade e se identifique, poder para, investido em função fiscalizadora, dar conhecimento à Adminstração Municipal de irregularidade praticada por terceiro no que se refere à indevida colocação de lixo ou qualquer outros resíduos em terrenos, localizados em áreas urbanas ou áreas públicas, visando à constatação do fato e identificação do infrator por parte da Área de Serviços Urbanos, para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do artigo 128 deste Capítulo."

"ARTIGO 128 - ...

I - terreno sem limpeza e capinação - multa correspondente ao valor de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR;

II - imóvel sem muro - multa correspondente ao valor de 100 (CEM) Unidade Fiscal de Referência - UFIR;

III - imóvel sem calçada - multa correspondente ao valor de 100 (CEM) Unidade Fiscal de Referência - UFIR;

IV - no caso de reincidência a multa será imposta em dobro.

"ARTIGO 132 - Na infração de dispositivos deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da apreensão dos bens, interdição das atividades ou cassação de licença de funcionamento, conforme o caso."

"ARTIGO 138 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro na reincidência específica, seguindo-se da cassação de licença."

"ARTIGO 147 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência -

UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência específica, seguindo-se da interdição, apreensão de bens e cassação de licença, conforme o caso."

"ARTIGO 156 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 150 (CENTO E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência."

"ARTIGO 160 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 120 (CENTO E VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro da multa na reincidência, seguindo-se de interdição e cassação de licença, conforme o caso."

"ARTIGO 171 - As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste Capítulo serão punidas com multa correspondente ao valor de 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, aplicando-se o dobro na reincidência específica, seguindo-se da apreensão de bens, interdição de atividades e cassação da licença de funcionamento, quando for o caso."

ARTIGO 2º - Por força de dispositivos constantes em Legislação Federal, fica instituído no Código de Posturas do Município de Tremembé, Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991, a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, para efeito de cobrança de qualquer penalidade a ser imposta.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1996, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 31 de outubro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.294, DE 31 DE OUTUBRO DE 1995.

"Modifica o parágrafo 1º do artigo 15 e introduz parágrafo único ao artigo 33 da Lei Municipal nº 1.243, de 23 de dezembro de 1983."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O parágrafo 1º do artigo 15 da Lei Municipal nº 1.243, de 23 de dezembro de 1983 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - As quadras com testadas superiores a 200m (duzentos metros) de comprimento serão divididas, obrigatoriament, a cada 100m (cem metros), por vias de circulação de pedestres conforme disposto no § 2º do artigo 14."

ARTIGO 2º - Ao artigo 33 da Lei Municipal nº 1.243 de 23 de dezembro de 1.983, fica acrescentado o seguinte parágrafo único:

"PARÁGRAFO ÚNICO: A construção e a instalação de igrejas, locais de cultos religiosos, casas noturnas, boates, discotecas, diversões eletrônicas, serralherias, indústrias leves, bem como a permissão de música ao vivo ou mecânica em estabelecimentos comerciais, situados nas Zonas de uso ZC/Z1/Z2, ficarão condicionadas a "Termo de Anuência" de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos vizinhos numa distância de 50 metros do local pretendido, medidos a partir das linhas limítrofes do terreno, além das exigências atuais já pertinentes a cada atividade."

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 31 de outubro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.295, DE 31 DE OUTUBRO DE 1995.

"Altera dispositivos da Lei Municipal Nº 1.990, de 05/06/1991 - CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Os Artigos 53 e 61 da Lei Municipal nº 1.990, de 05/06/1991 (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ), passam a ter a seguinte redação, respectivamente:

"ARTIGO 53 - Na distância de 100 (cem) metros de hospitais e casas de saúde, as proibições referidas no artigo anterior têm caráter permanente."

"ARTIGO 61 - Não serão fornecidas licenças para realização de diversões ou jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 100 (cem) metros de distância de hospitais, casas de saúde, maternidades e escolas."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 31 de outubro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.296, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre cessão em comodato de próprio municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, mediante contrato de comodato, à União dos Aposentados e Pensionistas de Tremembé, para fins sociais, o uso do bem imóvel pertencente ao patrimônio municipal, situado à Rua São Francisco, nº 64, nesta cidade.

ARTIGO 2º - As condições do contrato são as constantes das cláusulas que acompanham a presente lei, dela fazendo parte integrante.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - TEL.: (0122) 72-1411- FAX 72-2413 - S. P.

CLÁUSULAS DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ E A UNIÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE TREMEMBÉ.

CLÁUSULA 1ª - O prazo do presente contrato é de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado a critério da Prefeitura.

CLÁUSULA 2ª - Caberá a União dos Aposentados e Pensionistas de Tremembé, durante o prazo do contrato, a execução de todas e quaisquer obras que se tornarem necessárias à segurança, à conservação e à higiene do prédio.

CLÁUSULA 3ª - As benfeitorias e as reformas que importarem em alteração da estrutura externa do imóvel, só poderão ser executadas com expressa autorização da Prefeitura, sendo as mesmas incorporadas ao imóvel, não podendo, em nenhuma hipótese, constituirem objeto de indenização e retenção.

CLÁUSULA 4ª - A União dos Aposentados e Pensionistas de Tremembé não poderá transferir, a nenhum título, o contrato de comodato e nem dar ao imóvel destinação diversa do estabelecido em seus estatutos sociais.

CLÁUSULA 5ª - Todos os serviços de limpeza e de segurança do imóvel, assim como o pagamento das contas de energia elétrica e de fornecimento de água, correrão por conta única e exclusiva da União dos Aposentados e Pensionistas de Tremembé.

CLÁUSULA 6ª - O não cumprimento de qualquer cláusula por parte da União dos Aposentados e Pensionistas de Tremembé, ensejará em imediata rescisão do contrato.

CLÁUSULA 7ª - Fica eleito o Foro Distrital de Tremembé, Comarca de Taubaté, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir a respeito deste contrato.

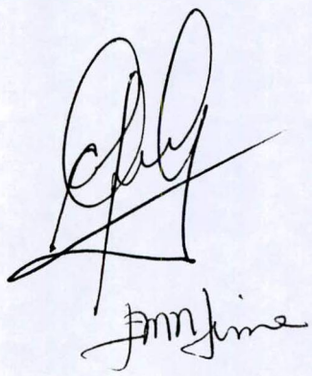
Tremembé, 1º **de novembro** de 1995.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé

União dos Aposentados e Pensionistas de Tremembé

Testemunha

Testemunha



LEI Nº 2.297, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre anistia de débitos e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Todos os débitos para com os cofres municipais referentes aos exercícios de 1990 a 1994, inscritos ou não em dívida ativa, e os referentes aos exercícios anteriores a 1990, já ajuizados, poderão ser quitados sem multa e honorários advocatícios devidos, se o fizerem até 15 de dezembro de 1995, devendo, entretanto, incidir sobre os mesmos os acréscimos legais, ou seja, atualização monetária, devida conforme legislação vigorante, bem como as despesas ocorridas com oficiais de justiça, peritos, custas processuais, até a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A presente anistia só será válida para pagamento à vista, até a data acima aprazada.

ARTIGO 2º - Em se tratando de débitos já parcelados, somente poderá ser considerado e revisto o valor das parcelas vincendas, enquadrando-se o débito a pagar de acordo com o disposto no artigo 1º desta lei.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e terá validade até 15 de dezembro de 1995, a contar de sua vigência.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.298, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada "TRAVESSA AMADEU RIBEIRO DA COSTA" a travessa que liga a Rodovia Álvaro Barbosa Lima Neto à Avenida Agostinho Manfredini, no Bairro dos Guedes, em nosso Município.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.299, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1995.

"Dá nova redação a artigos, parágrafos, incisos e alíneas, bem como inclui e exclui incisos, ítens, alíneas e extingue artigo da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os dispositivos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), passam a vigorar com as seguintes alterações:

"ARTIGO 13 - ...

§ 3º - Após o processo de cálculo para obtenção do valor da construção em que os valores serão sempre arredondados, deprezando-se os centavos, serão os mesmos divididos pela UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País a 1º de dezembro do ano anterior ao que se referir o lançamento, a serem pagas em parcela única ou em 10 (DEZ) parcelas mensais e consecutivas, com o valor da UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA - UFIR vigente no dia do seu vencimento."

"ARTIGO 16 - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente, até 31 de dezembro de cada ano, por DECRETO EXECUTIVO, para serem aplicados no lançamento dos impostos devidos no exercício seguinte, pelo índice da inflação acumulada no período de dezembro do exercício anterior a novembro do exercício atual, ou seja:

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{Inflação acumulada de novembro do exercício anterior a novembro de cada exercício.}}{100} + 1{,}000."$$

"ARTIGO 17 - A alíquota do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, será cobrada da seguinte forma:

I - Com edificação - 2,0%

II - Sem edificação - 4,0%

"ARTIGO 29 - Os lançamentos serão objetos de avisos-recibos que deverão ser retirados pelos proprietários em locais designados pela Administração Municipal, mediante publicação em jornal de

grande circulação ou em rádio ou televisão."

§ 1º - Os avisos-recibos de lançamento de contribuintes residentes fora do município de Tremembé, deverão ser entregues por via postal, nos endereços constantes no cadastro-imobiliário municipal, nada impedindo que os mesmos sejam retirados diretamente na sede da Administração Municipal.

§ 2º - O prazo para reclamação do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU e Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana - IPPU a que se referem os Capítulos I e II deste Código Tributário, será de 5 (CINCO) dias úteis a contar da data do recebimento dos avisos-recibos, os quais deverão conter informação clara sobre tal prazo."

"ARTIGO 30 - O pagamento do imposto será feito em parcela única ou em 10 (DEZ) parcelas iguais e consecutivas, respeitando-se os vencimentos e locais indicados nos avisos-recibos de lançamento, observando-se, no caso de pagamento em parcelas, um intervalo mínimo de 30 (TRINTA) dias entre uma e outra.

§ 1º - O pagamento em parcela única, deverá ser feito até o dia 15 (QUINZE) do mês em que for devida, pelo valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia de seu vencimento, com desconto de 10% (DEZ POR CENTO).

§ 2º - O pagamento em 10 (DEZ) parcelas mensais e consecutivas, será feito até o dia 15 (QUINZE) de cada mês, pelo valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia de seu vencimento sem desconto.

§ 3º - Para pagamento de qualquer das parcelas previstas neste artigo, após o vencimento, deverá ser o valor original do débito dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR do dia anterior ao do efetivo pagamento, para apuração da atualização monetária, acrescentando-se a multa e os juros devidos."

"ARTIGO 31 - É permitido o recolhimento de quaisquer parcelas, mesmo não estando pagas as antecedentes, referentes a quaisquer exercícios."

"ARTIGO 36 - Serão cobrados juros de mora, tanto na via Administrativa como na Judicial, à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, sobre o débito atualizado monetariamente."

"ARTIGO 37 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de depósito parcial, aplicar-se-ão os juros de mora sobre a parcela não depositada, nos moldes do

parágrafo 3º dos artigos 30 ou 61."

"ARTIGO 38 - ...

I - 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor atualizado do débito até 30 (TRINTA) dias do vencimento;

II - 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor atualizado do débito a partir do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) dia do vencimento."

"ARTIGO 39 - As multas não proporcionais também, serão objeto de atualização monetária, mediante aplicação do disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou ainda nos moldes do § 3º dos artigos 30 ou 61."

"ARTIGO 41 - Para pagamento de todos e quaisquer débitos fiscais referentes ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU e Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana - IPPU, vencidos até 30 de junho de 1989, multiplica-se o valor original do débito pelo coeficiente correspondente ao mês de vencimento, conforme tabela de multiplicação de débitos fiscais, divulgada pela Secretaria da Receita Federal, em seguida multiplica-se o resultado obtido pelo BTN - Bônus do Tesouro Nacional vigente a 1º de fevereiro de 1991, no valor de 126,8621, para posterior atualização pelo IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado de 02 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1991,para posterior divisão por 1.000, e a partir de 1º de janeiro de 1992 dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou seja, CR$ 597,06 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS), para apuração da quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR e posterior multiplicação pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia anterior ao do efetivo pagamento, além de multas e juros de mora devidos."

"ARTIGO 42 - Para todos e quaisquer débitos fiscais para com os cofres municipais, com relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU e Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana - IPPU, deverão ser atualizados da seguinte maneira:

I - para os vencidos de 1º de julho de 1989 até 1º de fevereiro de 1991, divide-se o valor original do débito pelo BTN - Bônus do Tesouro Nacional vigente a 1º de fevereiro de 1991, no valor de 126,8621, para posterior atualização pelo IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO), divulgado pela Fundação Getúlio

Vargas, acumulado de 02 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1991 para posterior divisão por 1.000 e a partir de 1º de janeiro de 1992 dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou seja, CR$ 597,06 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS), para apuração da quantidade de Unidade Fiscal de Referência e posterior multiplicação pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia anterior ao do efetivo pagamento, além de multas e juros de mora devidos."

II - para os vencidos de 02 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1991, a atualização deverá ser feita pelo IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado de 02 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1991, para posterior divisão por 1.000 e a partir de 1º de janeiro de 1992 dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou seja, CR$ 597,06 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS), para apuração de quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR e posterior multiplicação pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia anterior ao do efetivo pagamento, além de multas e juros de mora devidos."

III - para os vencidos a partir de 1º de janeiro de 1992, a atualização monetária, deverá ser feita da seguinte forma: divide-se o valor original do débito pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou seja, CR$ 597,06 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS), para apuração de quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR e posterior multiplicação pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia anterior ao do efetivo pagamento, além de multas e juros de mora devidos."

"ARTIGO 45 - ...

VI - não ter fins lucrativos."

"ARTIGO 46 - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o dia 31 de março do ano a que se referir o pedido de isenção."

"ARTIGO 50 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - A alíquota sobre o Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana - IPPU, é de 1% (HUM POR CENTO) da base de cálculo.

§ 2º - REVOGADO.

a - REVOGADO.
b - REVOGADO.
§ 3º - REVOGADO.
"ARTIGO 51 - ...
PARÁGRAFO ÚNICO - Após o processo de cálculo para obtenção dos valor da consturção, em que os valores serão sempre arredondados, desprezando-se os centavos, serão os mesmos divididos pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País a 1º de dezembro do ano anterior àquele a que se referir o lançamento, para pagamento em parcela única ou em 10 (DEZ) parcelas mensais e consecutivas, com o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia do seu vencimento."
"ARTIGO 61 - O pagamento do imposto será feito em parcela única ou em 10 (DEZ) parcelas iguais e consecutivas, respeitando-se os vencimentos e locais indicados nos avisos-recibos de lançamento, observando-se, no caso do pagamento em parcelas, um intervalo mínimo de 30 (TRINTA) dias, entre uma e outra.
§ 1º - O pagamento em parcela única deverá ser feito até o dia 15 (QUINZE) do mês em que for devida, pelo valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia de seu vencimento, com desconto de 10% (DEZ POR CENTO).
§ 2º - O pagamento em 10 (DEZ) parcelas mensais e consecutivas, será feito até o dia 15 (QUINZE) de cada mês, pelo valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia de seu vencimento, sem desconto.
§ 3º - Para pagamento de qualquer das parcelas previstas neste artigo, após o vencimento, deverá ser o valor original do débito dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR do dia anterior do dia do efetivo pagamento, para apuração da atualização monetária, acrescentando-se a multa e os juros devidos."
"ARTIGO 62 - É permitido o recolhimento de quaisquer parcelas, mesmo não estando pagas as antecedentes, referentes a quaisquer exercícios.
PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de desmembramento ou unificação de áreas, deverá ser quitado o valor do débito do exercício vigente, bem como de exercícios anteriores, se houverem."
"ARTIGO 66 - Serão cobrados juros de mora, tanto na via Administrativa como na Judicial, à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, sobre o débito atualizado monetariamente."

"ARTIGO 68 - Será cobrada multa moratória, à razão de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor do débito atualizado monetariamente."
"ARTIGO 69 - As multas não proporcionais também serão objeto de atualização monetária, mediante aplicação do disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou nos moldes dos artigos 30 ou 61."
"ARTIGO 71 - Para pagamento de todos e quaisquer débitos fiscais referentes ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU e Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana - IPPU, vencidos até 30 de junho de 1989, multiplica-se o valor original do débito pelo coeficiente correspondente ao mês de vencimento, conforme tabela de multiplicação de débitos fiscais, divulgada pela Secretaria da Receita Federal, em seguida multiplica-se o resultado obtido pelo BTN - Bônus do Tesouro Nacional vigente a 1º de fevereiro de 1991, no valor de 126,8621, para posterior atualização pelo IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado de 02 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1991, para posterior divisão por 1.000 e a partir de 1º de janeiro de 1992 dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou seja, CR$ 597,06 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS), para apuração da quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR, e posterior multiplicação pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia anterior ao do efetivo pagamento, além de multas e juros de mora devidos."
"ARTIGO 72 - Todos e quaisquer débitos fiscais referentes ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU e Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana - IPPU, deverão ser atualizados da seguinte maneira:
I - para os vencidos até 1º de julho de 1989 até 1º de fevereiro de 1991, divide-se o valor original do débito pelo BTN - Bônus do Tesouro Nacional vigente a 1º de fevereiro de 1991, ou seja, no valor de 126,8621, para posterior atualização pelo IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado de 02 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1991, para posterior divisão por 1.000 e a partir de 1º de janeiro de 1992 dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou seja, CR$ 597,06 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS), para apuração da quantidade de

Unidade Fiscal de Referência - UFIR e posterior multiplicação pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia anterior ao do efetivo pagamento, além de multas e juros de mora devidos."

II - para os vencidos de 02 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1991, a atualização deverá ser feita pelo IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado de 02 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1991, para posterior divisão por 1.000 e a partir de 1º de janeiro de 1992 dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou seja, CR$ 597,06 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS), para apuração da quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR e posterior multiplicação pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia anterior ao do efetivo pagamento, além de multas e juros de mora devidos."

III - para os vencidos a partir de 1º de janeiro de 1992, a atualização monetária, deverá ser feita da seguinte forma: divide-se o valor original do débito pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou seja, CR$ 597,06 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS), para apuração da quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR e posterior multiplicação pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no dia anterior ao do efetivo pagamento, além de multas e juros de mora devidos."

"ARTIGO 76 - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências para sua concessão, que dever ser apresentado até o dia 31 de março do ano a que se referir o pedido de isenção."

"ARTIGO 77 - ...

SERVIÇOS DE

99...

§ 2º - Os serviços incluídos na Lista de Serviços ficam sujeitos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, salvo nos casos dos Ítens 36, 41, 67, 68 e 69 da Lista de Serviços."

"ARTIGO 82 - ...

II - 2% (DOIS POR CENTO) aos preços dos serviços de obras de construção civil e de obras hidráulicas, previstos nos Ítens 31, 32 e 44 da Lista de Serviços;

III - 1% (HUM POR CENTO) aos preços dos serviços de Administração de bens, agência de turismo, agenciamento e representações.

agenciamento, corretagem ou intermediações de títulos quaisquer e de locação de bens, previstos nos ítens 43, 45, 48, 78 e 99 da Lista de Serviços;

IV - 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO POR CENTO) aos preços dos serviços previstos nos ítens 34, 47, 62, 69, 71, 74, 76, 85 e 94 da Lista de Serviços;

V - 0,25% (ZERO VÍRGULA VINTE E CINCO POR CENTO) aos preços dos serviços previstos nos ítens 12, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 30, 37, 40, 42, 52, 57, 64, 83 e 84 da Lista de Serviços."

"ARTIGO 102 - A falta de pagamento do imposto no prazo fixado no artigo 94 e seu parágrafo único, ou quando for o caso, no prazo fixado no artigo 95, sujeitará o contribuinte:

I - à atualização monetária de acordo com o disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou nos moldes do § 3º dos artigos 30 ou 61;

II - à multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (TRINTA) dias após o vencimento;

III - à multa de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) dia do vencimento;

IV - a juros de mora à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês sobre o débito atualizado monetariamente."

"ARTIGO 107 - O valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, para efeito de cobrança dos tributos a que se refere esta lei, é aquele vigente no País na data do seu efetivo pagamento."

"ARTIGO 113 - A cobrança do Imposto sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos - IVV, fica extinta, de conformidade com o disposto no artigo 4º da Emenda Constitucional nº 03, de 17 de março de 1993."

"ARTIGO 140 - A falta de pagamento do imposto nos prazos fixados sujeitará o contribuinte e o responsável:

I - à atualização monetária de acordo com o disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou nos moldes do § 3º dos artigos 30 ou 61;

II - a juros de mora à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, sobre o débito atualizado monetariamente;

III - à multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (TRINTA) dias após o vencimento;

IV - à multa de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) dia após o vencimento."

"ARTIGO 154 - Ao contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao Poder de Polícia do Município, sem autorização da Administração Municipal e sem o pagamento da competente Taxa de Licença, será imposta a multa equivalente ao valor de 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra vigente no País à época da lavratura do competente Auto Infração, devendo, ainda, o infrator regularizar sua situação junto ao setor competente dentro de 45 (QUARENTA E CINCO) dias.

§ 1º - O contribuinte que não cumprir o determinado neste artigo, com relação ao prazo estipulado, ficará sujeito a nova multa de valor igual a 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente do País à época da lavratura do Auto de Infração a ser imposto, devendo o infrator paralisar suas atividades sob pena de ser novamente multado diariamente na percentagem de 20 % (VINTE POR CENTO) sobre o valor do segundo Auto de Infração.

§ 4º - ...

b - a juros à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, sobre o valor do débito atualizado monetariamente;

c - à multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (TRINTA) dias após o vencimento;

d - à multa de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) dia após o vencimento."

"ARTIGO 158 - ...

§ 5º - O contribuinte comunicará à repartição fiscal, dentro do prazo de até 90 (NOVENTA) dias contados da data da homologação efetuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, através do Posto Fiscal de Taubaté, constante na Declaração Cadastral - DECA, independente de qualquer notificação a ser expedida pela Administração Municipal, através do setor competente, quando ocorrerem quaisquer alterações nos dados anteriormente declarados, sob pena de ser multado em importância equivalente a 25 (vinte e cinco) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, vigente no País, à época do seu efetivo pagamento.

§ 6º - Quando o contribuinte não atender qualquer notificação expedida pela Administração Municipal através do setor competente, com a finalidade de solicitação de documentos relativos a processos, dentro do prazo de 45 (QUARENTA E CINCO) dias, o mesmo ficará sujeito ao pagamento de importância equivalente a 50 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, vigente no País, à época do seu efetivo pagamento.

§ 7º - Considera-se horário normal de funcionamento dos estabelecimentos, das 8:00 às 18:00 horas, no período de segunda a sábado, conforme dispõe o artigo 165 da Lei Municipal nº 1.990, de 05/06/91.

§ 8º - Para obtenção do respectivo Alvará Especial de Funcionamento de que trata o artigo 166 da Lei Municipal nº 1.990, de 05/06/91, deverá o interessado requerer à seção competente da Administração Municipal a sua concessão, recolhendo a Taxa devida de acordo com tabela abaixo, que terá como base de cálculo o valor correspondente a 100 (CEM) Unidade Fiscal de Referência - UFIR:

TABELA

DIA	MÊS	ANO
10%	50%	100%

."

"ARTIGO 159 - ...

T A B E L A

NATUREZA DA ATIVIDADE	QUANTIDADE DE UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA-UFIR
1. INDÚSTRIA.....	25,00
2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	20,00
3. COMÉRCIO.....	20,00
4. ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS....	75,00
5. DIVERSÕES PÚBLICAS.....	45,00
6. PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.....	10,00
7. FEIRANTES.....	20,00

8. QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES COMERCIAS, INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS E FINANCEIRAS, NÃO INCLUÍDAS NESTA TABELA, ASSIM COMO QUAISQUER ESTABELECIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE, DE MODO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO PRESTEM OU EXERÇAM AS ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DE SERVIÇOS EM QUE RECAIAM O PAGAMENTO DO ISSQN..... 25,00 "

"ARTIGO 161 - ...

§ 1º - A taxa de licença para funcionamento será lançada anualmente com base nos elementos constantes do cadastro mobiliário municipal e recolhida em 02 (DUAS) parcelas, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês de março e a segunda no último dia útil do mês de julho de cada ano, podendo ainda o contribuinte antecipar o pagamento da 2ª parcela a qualquer tempo, desde que o faça com o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País no dia do seu efetivo pagamento.

"ARTIGO 163 - ...

TABELA

NATUREZA DA ATIVIDADE - PERÍODO ANUAL.	QUANTIDADE DE UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA-UFIR
1.INDÚSTRIA:	
a- até 10 empregados.....	245,00
b- de 11 a 20 empregados.....	490,00
c- de 21 a 30 empregados.....	980,00
d- de 31 a 50 empregados.....	1.960,00
e- de 51 em diante.....	2.950,00
2.PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA:	
a- até 10 empregados.....	125,00
b- de 11 a 20 empregados.....	245,00
c- de 21 a 30 empregados.....	490,00
d- de 31 a 50 empregados.....	735,00
e- de 51 em diante.....	1.470,00
3. COMÉRCIO:	
I - Supermercados, Panificadoras, Churrascarias.....	490,00

II	- Restaurantes.....	490,00
III	- Mercadinhos.....	360,00
IV	- Lanchonetes.....	125,00
V	- Bar com bilhar ou quaisquer outros jogos de mesa, exceto jogo carteado.....	170,00
VI	- Venda de gêneros alimentícios em geral (empórios, mercearias estabelecimentos de pequeno porte).....	245,00
VII	- Bares.....	150,00
VIII	- Bar e Mercearia.....	295,00
IX	- Açougues, quitandas, casas de aves e assemelhados.....	195,00
X	- Bancas de jornais e revistas.....	95,00
XI	- Sucatas de ferro:	
	a- grande porte.....	735,00
	b- médio porte.....	490,00
	c- pequeno porte.....	245,00
4.	ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DE SEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E SIMILARES.....	1.470,00
5.	HOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES.....	360,00
6.	MOTÉIS - POR APARTAMENTO.....	35,00
7.	DRIVE-IN'S -(POR BOX).....	15,00
8.	DIVERSÕES PÚBLICAS:	
I	- Bailes e Festas.....	245,00
II	- Cinemas e Teatros.....	195,00
III	- Restaurantes dançantes, boates e similares.....	735,00
IV	- Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa (por mesa).....	25,00
V	- Boliches -(por pista).....	60,00
VI	- Tiro ao alvo -(por arma).....	85,00
VII	- Exposições, feiras e quermesses.....	45,00
VIII	- Circos e Parques de Diversões não incluídos nos ítens anteriores.....	245,00
IX	- Competições esportivas.....	25,00
X	- Quaisquer outros espetáculos ou diversões não incluídas nos ítens anteriores.....	30,00

9. REPRESENTANTES COMERCIAIS, AUTÔNOMOS, CORRETORES, DESPACHANTES, AGENTES E PREPOSTOS EM GERAL, MEDIADORES DE NEGÓCIOS E OUTROS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.....	125,00
10.ARMAZÉNS GERAIS, FRIGORÍFICOS, SILOS.....	245,00
11.GUARDA-MÓVEIS.....	170,00
12.ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS.....	75,00
13.ESTACIONAMENTO DE TAXIS (por unidade).....	50,00
14.ESTÚDIOS FOTOGRÁFICOS, CINEMATOGRÁFICOS E DE GRAVAÇÕES.....	125,00
15.CASAS DE LOTERIAS.....	95,00
16.OFICINA DE CONSERTOS EM GERAL.....	75,00
17.POSTOS DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS, POSTOS DE GASOLINA, DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E SIMILARES.....	1.225,00
18.TINTURARIAS E LAVANDERIAS.....	50,00
19.SALÕES DE ENGRAXATES.....	25,00
20.BARBEARIAS, SALÕES DE BELEZA.....	35,00
21.ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS E MASSAGENS.....	75,00
22.ESTABELECIMENTOS DE GINÁSTICAS E CONGÊNERES..	60,00
23.ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.....	125,00
24.LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS E ELETRICIDADE MÉDICA.....	490,00
25.HOSPITAIS, SANATÓRIOS, AMBULATÓRIOS, PRONTO-SOCORRO, CASAS DE SAÚDE E CONGÊNERES.....	360,00
26.FEIRANTES:	
I - Venda de produtos alimentícios em geral...	150,00
II - Venda de produtos de limpeza e higiene....	150,00
III - Venda de outros produtos não especificados nesta Tabela.....	95,00
27.EXTRAÇÃO DE MINERAIS:	
I - Extração de areia de cava e de rio.....	2.950,00
II - Extração de argila e de areia de meia-liga.	735,00
28.Quaisquer outras atividades comerciais, indústriais, agropecuárias e financeiras, assim como quaisquer estabelecimentos de	

modo permanente ou temporário, prestem os serviços ou exerçam as atividades constantes da Lista de Serviços em que recaia o pagamento do ISSQN..... 150,00."

"ARTIGO 170 - ...

TABELA

NATUREZA DA ATIVIDADE	QUANTIDADE DE UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA - UFIR		
	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1. gêneros alimentícios.....	5,00	15,00	50,00
2. artigos para fumantes.....	6,00	25,00	70,00
3. louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres.....	5,00	25,00	70,00
4. jóias, relógios e congêneres.....	5,00	25,00	70,00
5. bijuterias.....	5,00	25,00	70,00
6. roupas feitas e armarinhos.....	5,00	25,00	80,00
7. redes, tapetes e congêneres.....	5,00	25,00	80,00
8. outras atividades.....	5,00	25,00	70,00

§ 2º - A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante, quando devida por ano, será recolhida em 02 (DUAS) parcelas, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês de março e a segunda no último dia útil do mês de julho de cada ano, podendo o contribuinte antecipar o pagamento da segunda parcela a qualquer tempo, desde que o faça com o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País, no dia do seu efetivo pagamento."

"ARTIGO 173 - ...

TABELA

NATUREZA DAS OBRAS	QUANTIDADE DE UFIR PARA		
	CONSTRUÇÃO	REFORMA	AMPLIAÇÃO
1. OBRAS DE:			
a - edifícios ou casas até dois pavimentos, por m² de área construída.....	1,00	1,00	1,00
b - edifícios ou casas com mais de dois pavimentos, por m² de área construída.....	2,00	2,00	2,00

c - dependência em prédios residenciais, por m² de área construída.....	1,00	1,00	1,00
d - dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m² de área construída.....	1,00	1,00	1,00
e - barracas e galpões por m² de área construída.....	2,00	2,00	2,00
f - fachadas e muros, por metro linear.....	2,00	2,00	2,00
g - marquises, cobertas e tapumes, por metro linear.....	2,00	-	-
h - reparos e demolições, por m².....	-	1,00	-
i - execução, colocação ou remoção de bomba de gasolina, chaminé, ou reservatório, enterrado ou elevado, para uso não residencial	-	1,00	-
j - loteamentos de áreas, excetuando-se as destinadas a logradouros públicos, vielas e sistemas de recreio - por m².....	-	1,00	-
l - divisão de áreas voltadas para logradouros públicos oficiais....	-	1,00	-
m - desmembramento de área de porção maior, por m² de área desmembrada	-	1,00	-
n - remanejamento de lotes em loteamentos já aprovados: por m² de área remanejada.....	-	1,00	-
o - unificação de áreas, por m².....	-	1,00	-
2. DIVERSAS:			
a - Alvará de Licença, expedido.....	-	10,00	-
b - Alvará para Loteamento.....	-	100,00	-
c - Alvará para divisão, desmembramento ou remanejamento de lotes.....	-	50,00	-
d - Vistoria em área urbana.....	-	10,00	-
e - Vistoria em bairros isolados.....	-	15,00	-

f - Vistoria em outras áreas.....	-	20,00	-
g - Alinhamento, por metro linear....	-	1,00	-
h - Nivelamento, por metro linear....	-	1,00	-
i - Concessão de habite-se, por unidade.....	-	10,00	-
j - Numeração de prédios, por unidade	-	10,00	-
3. OBRAS NO CEMITÉRIO:			
a - construção de túmulos de luxo....	-	30,00	-
b - construção de túmulos comuns.....	-	5,00	-
c - construção de canteiros, gavetas e pequenas reformas, pintura, etc	-	5,00	-
4. QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:			
a - por metro linear.....	-	5,00	-
b - por metro quadrado.....	-	3,00	-"

"ARTIGO 179 - ...

T A B E L A

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	QUANTIDADE DE UFIR POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1. Publicidade relativa a atividade no local, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade...	10,00	25,00	70,00
2. Publicidade de terceiros, afixada na parte externa e interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade, por interessado na publicidade...	15,00	35,00	80,00
3. Publicidade:			
3.1 - no interior de veículos de uso público não destinado à publicidade como ramo de negócio - Qualquer quantidade ou espécie, por anunciante.....	10,00	30,00	75,00

3.2 - em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, na parte externa- Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante.....	20,00	40,00	80,00
3.3 - em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dispositivos - Qualquer quantidade, por anunciante.	5,00	20,00	35,00
3.4 - em vitrines, "STANDS", vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros, para divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte - Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante.....	5,00	20,00	35,00
4. Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, colocados em tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais e federais - por anunciante:			
a - até 2m².....	10,00	20,00	40,00
b - de 2m² até 6m².....	15,00	30,00	50,00
c - acima de 6m².....	30,00	50,00	100,00
5. Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos - Qualquer quantidade por anunciante..	5,00	10,00	30,00

"ARTIGO 182 - O valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, para efeito de cobrança das taxas a que se refere esta lei, é o vigente no País à época do efetivo pagamento."

"ARTIGO 187 - ...

TABELA

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFIR.
1. Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas vias e logradouros públicos ou como depósito de materiais ou estacionamento de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Administração Municipal, por prazo e a critério desta:	
a - por dia e por m².....	2,00
b - por mês e por m².....	15,00
c - por ano e por m².....	50,00
2. Espaço ocupado por carrinhos de sorvete, pipoca, amendoim, salgados e semelhantes:	
a - por unidade e por dia.....	2,00
b - por unidade e por mês.....	15,00
c - por unidade e por ano.....	50,00
3. Espaço ocupado por automovéis e caminhões de aluguel:	
3.1 - por unidade e por ano.....	100,00
4. Espaço ocupado por charretes e carrinhos de aluguel:	
4.1 - por unidade e por ano.....	25,00."

"ARTIGO 189 - A falta de pagamento da Taxa nos vencimentos indicados nos avisos-recibos de lançamento, sujeitará o contribuinte:

I - à atualização monetária de acordo com o disposto nos artigos, 41, 42, 71 ou 72, ou nos moldes do § 3º dos artigos 30 ou 61;

II - a juros de mora à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, sobre o débito atualizado monetariamente;
III - à multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (TRINTA) dias após o vencimento;
IV - à multa de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) dia do vencimento.
"ARTIGO 190 - Será aplicada multa no valor de 20 (VINTE) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ao negociante que vier a perturbar a ordem ou desrespeitar as determinações do regulamento, podendo ainda, ter sua licença suspensa ou cassada, a critério da Administração Municipal."
"ARTIGO 191 - Estão isentos da Taxa de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos, os portadores de deficiência física e os vendedores ambulantes de livros, jornais, revistas e os engraxates."
"ARTIGO 197 - ...
I - 05 (CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País, à época do efetivo pagamento, quando pavimentada no todo ou em parte de sua largura, por metro linear;
II - 04 (QUATRO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País, à época do efetivo pagamento, embora não pavimentada, possua assentamento de guias e construção de sarjetas ou sarjetões, por metro linear;
III - 03 (TRÊS) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País, à época do efetivo pagamento, quando não compreendidos nos ítens anteriores, por metro linear.
§ 1º - As taxas calculadas nos termos deste artigo, não poderão ser inferiores a 03 (TRÊS) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País à época do efetivo pagamento, por metro linear.
§ 2º - Quando efetivado o montante da taxa a ser paga pelo contribuinte nos moldes desta lei, deverá o resultado ser dividido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País, à 1º de dezembro do ano anterior àquele a que se referir o lançamento, para pagamento em parcela única ou em parcelas mensais e consecutivas, com o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR vigente no País, ou outra em vigor, no dia do efetivo pagamento."

§ 3º - Os serviços públicos cujas receitas não comportam disciplinamento neste Código Tributário, serão regulados e cobrados na forma a ser estabelecida em Decreto a ser baixado pelo Executivo.

§ 4º - O prazo para reclamação do lançamento das Taxas a que se referem as Seções VII, VIII, IX e X do Capítulo VI deste Código, será de 5 (CINCO) dias a contar da data do recebimento dos avisos-recibos, os quais deverão conter informação clara sobre tal prazo."

"ARTIGO 200 - ...

I - à atualização monetária de acordo com o disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou nos moldes do § 3º dos aritogs 30 ou 61;

II - a juros de mora à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, sobre o débito atualizado monetariamente;

III - à multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, até 30 (TRINTA) dias após o vencimento;

IV - à multa de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) dia após o vencimento."

"ARTIGO 201 - São isentas das taxas de serviços as Entidades Públicas e/ou Privadas constantes dos incisos I, II, III e IV do artigo 75 e as constantes do inciso IV, do artigo 155, deste Código."

"ARTIGO 203 - A Taxa de Iluminação Pública será cobrada anualmente, na base de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no Município à época do seu efetivo pagamento."

"ARTIGO 205 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - O lançamento da Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas será anual e o recolhimento será feito em parcela única ou em 10 (DEZ) parcelas iguais, mensais e consecutivas, cujos vencimentos constarão da notificação."

"ARTIGO 207 - A Taxa de Remoção de Lixo domiciliar será cobrada anualmente, na base de 25 (VINTE E CINCO) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País à época do seu efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O lançamento da Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar, será anual e o recolhimento será feito em parcela única ou em 10 (DEZ) parcelas iguais, mensais e consecutivas, cujos vencimentos constarão da notificação."

"ARTIGO 211 - O lançamento da Taxa de Conservação de Estradas Municipais será anual e o recolhimento será feito em parcela única ou em 10 (DEZ) parcelas iguais, mensais e consecutivas, cujos vencimentos constarão da notificação."

"ARTIGO 214 - ...

TABELA

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFIR	
	APREENSÃO	DEPÓSITO/DIÁRIO
a - animais de grande porte - p/ cabeça..	20,00	10,00
b - animais de pequeno porte - p/ cabeça.	10,00	5,00
c - veículos impulsionados a mão.....	15,00	3,00
d - veículos de tração animal.....	20,00	10,00
e - veículos a motor.....	30,00	20,00
f - bicicletas.....	5,00	2,00
g - mercadorias:		
por quilo.....	1,00	-
por quilo e por dia.....	-	1,00

"ARTIGO 216 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - A Administração Municipal, desde que disponha de dotação orçamentária e de verba ou auxílio financeiro, poderá custear, no todo ou em parte, obras de interesse público sujeitas à Contribuição de Melhorias."

"ARTIGO 226 - As reclamações deverão ser formuladas em requerimento, mencionando com clareza os objetivos visados, as razões em que se fundam, o número do aviso de lançamento ou data de sua publicação e vir desde logo instruídas com os documentos e comprovantes necessários."

"ARTIGO 234 - A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte em até 48 (QUARENTA E OITO) parcelas mensais e consecutivas, obedecendo os vencimentos e locais indicados no carnê de pagamento.

§ 1º - Se, mediante comprovação de inspeção do Serviço de Assistência Social da Administração Municipal, ficar comprovada

impossibilidade de pagamento da Contribuição de Melhoria em até 48 (QUARENTA E OITO) parcelas mensais e consecutivas, estas poderão ter seu número ampliado, segundo critério recomendado pelo Órgão a que se refere este parágrafo.

§ 2º - Para apuração do Índice a ser aplicado sobre a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País, quando do pagamento da Contribuição de Melhoria, em parcelas mensais, a critério e escolha do contribuinte, deve ser utilizada a seguinte fórmula:

V.O : UFIR : Quantidade de Parcelas = ÍNDICE.

V.O = Valor da Obra.

UFIR - Unidade Fiscal de Referência.

§ 3º - Fica facultado ao contribuinte, a qualquer tempo, liquidar o saldo do seu débito, com o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR ou outra unidade fiscal vigente no País, no dia do seu efetivo pagamento.

§ 4º - O prazo para pagamento das parcelas da Contribuição de Melhoria vence no último dia útil de cada mês.

§ 5º - O atraso no pagamento das parcelas sujeitará o contribuinte:

I - à atualização monetária de acordo com o disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou ainda nos moldes do § 3º dos artigos 30 ou 61;

II - a juros de mora à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, sobre o débito atualizado monetariamente;

III - à multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o débito atualizado monetariamente, até 30 (TRINTA) dias após o vencimento;

IV - à multa de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) dia após o vencimento.

§ 6º - Em caso de aprovação de projetos de desmembramento ou unificação de imóveis, deverão os mesmos estar em dia com o pagamento da Contribuição de Melhoria à data da expedição da competente certidão."

"ARTIGO 286 - Os juros de mora resultantes da impontualidade de pagamento serão cobrados à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, sobre o débito atualizado monetariamente."

"ARTIGO 287 - A atualização monetária incidirá mensalmente sobre os créditos fiscais decorrentes de tributos ou penalidades não liquidadas na data de seu vencimento."

"ARTIGO 288 - As multas incidentes sobre os créditos tributários vencidos e não pagos serão calculadas em função dos tributos originários.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão atualizadas de acordo com o disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou nos moldes do § 3º dos artigos 30 ou 61."

"ARTIGO 295 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo porém, cominar redução maior que a correspondente aos juros de mora no período de 30 (TRINTA) dias, pelo tempo a decorrer entre a data de compensação e a do vencimento."

"ARTIGO 319 - ...

§ 1º - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem aproveite."

"ARTIGO 320 - ...

I - o nome dos devedores, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - a data e o número da inscrição no registro de dívida ativa;

III - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se nele estiver apurado o valor da dívida;

IV - do parcelamento:

a - os débitos vencidos deverão ser atualizados monetariamente, de acordo com o disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou nos moldes do § 3º dos artigos 30 ou 61, além da multa e juros de mora devidos;

b - o número de parcelas deverá ser no máximo de 6 (SEIS), devendo ser elaborados, para cada ano de débito apurado, parcelamentos distintos, sendo, ainda, o valor de cada parcela atualizado monetariamente, de acordo com o disposto na alínea "a", deste inciso;

V - a certidão da dívida ativa conterá os mesmos elementos do termo de inscrição e será autenticada pela autoridade competente;

VI - as dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou consequentes, poderão ser englobadas na mesma certidão;

VII - o termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico;

VIII - fica facultado ao contribuinte a quitação das parcelas mensais e sucessivas até 30 (TRINTA) dias após o seu vencimento, desde que o faça devidamente atualizado nos moldes da legislação vigente."

"ARTIGO 337 - O processo será organizado em forma de auto forense e em ordem cronológica e terá suas folhas e documentos rubricados e numerados."

"ARTIGO 349 - Desde que o autuado não apresente defesa e efetue o pagamento das importâncias exigidas no auto de infração dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias, contados da respectiva intimação, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 30% (TRINTA POR CENTO).

"ARTIGO 377 - A autoridade julgadora recorrerá de ofício, ou no próprio despacho, sempre que a decisão exonerar o contribuinte ou responsável do pagamento de tributo e multa de valor originário superior a 50,00 (CINQUENTA) Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País à época da decisão."

"ARTIGO 392 - A Unidade Fiscal de Referência - UFIR, divulgada pelo Governo Federal, que ora se adota para efeito de cobrança de tributos municipais e de penalidades, obedece ao determinado na legislação federal."

ARTIGO 2º - Além do previsto no artigo 16 do Código Tributário Municipal, com suas consequentes alterações, os valores do m² de terrenos e edificações serão atualizados em 8% (OITO POR CENTO) para o exercício de 1996.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1996.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário, a partir de 1º de janeiro de 1996, em especial as Leis Municipais nº 2.024, de 17 de dezembro de 1991; nº 2.025, de 17 de dezembro de 1991; nº 2.130, de 1º de outubro de 1993; nº 2.133, de 1º de outubro de 1993; nº 2.136, de 18 de outubro de 1993; nº 2.164, de 12 de janeiro de 1994; nº 2.210, de 02 de setembro de 1994; nº 2.226, de 08 de dezembro de 1994; nº 2.237, de 12 de janeiro de

1995; nº 2.255, de 19 de maio de 1995; nº 2.259, de 08 de junho de 1995; nº 2.267, de 17 de julho de 1995 e nº 2.271, de 17 de julho de 1995.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de novembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de novembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 2.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1995.

"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Tremembé-SP., para o exercício de 1996."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o exercício de 1996, estima e fixa a despesa em R$ 17.450.000,00 (DEZESSETE MILHÕES, QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

ARTIGO 2º - A RECEITA será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos desta lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	R$ 3.091.000,00		
Receita Patrimonial	R$ 35.000,00		
Receita de Serviços	R$ 50.000,00		
Transferências Correntes	R$ 13.839.000,00		
Outras Receitas Correntes	R$ 385.000,00	R$ 17.400.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL			
Transferências de Capital		R$ 50.000,00	R$ 17.450.000,00
TOTAL			R$ 17.450.000,00

ARTIGO 3º - A DESPESA será realizada segundo a discriminação dos Quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta lei.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	R$	1.000.000,00
03 - Administração e Planejamento	R$	4.542.000,00
04 - Agricultura	R$	50.000,00
08 - Educação e Cultura	R$	4.217.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	R$	3.416.000,00
13 - Saúde e Saneamento	R$	1.400.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$	2.475.000,00
16 - Transporte	R$	350.000,00
TOTAL	R$	17.450.000,00

POR PROGRAMA

01 - Processo Legislativo	R$	840.000,00
07 - Administração	R$	2.832.000,00
08 - Administração Financeira	R$	1.500.000,00
09 - Planejamento Governamental	R$	10.000,00
16 - Abastecimento	R$	50.000,00
30 - Segurança Pública	R$	80.000,00
41 - Educação da Criança	R$	1.082.000,00
42 - Ensino Fundamental	R$	1.760.000,00
44 - Ensino Superior	R$	100.000,00
46 - Educação Física e Desportos	R$	660.000,00

Cont. da Lei nº 2.300/95. fls.03.

48 - Cultura	R$	685.000,00
49 - Educação Especial	R$	20.000,00
58 - Urbanismo	R$	1.580.000,00
60 - Serviços de Utilidade Pública	R$	1.516.000,00
62 - Indústria	R$	300.000,00
75 - Saúde	R$	1.000.000,00
76 - Saneamento	R$	420.000,00
81 - Assistência	R$	185.000,00
82 - Previdência	R$	2.270.000,00
84 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	R$	150.000,00
88 - Transporte Rodoviário	R$	300.000,00
91 - Transporte Urbano	R$	110.000,00
TOTAL	R$	17.450.000,00
POR CATEGORIA ECONÔMICA		
Despesas Correntes	R$	12.850.000,00
Despesas de Capital	R$	4.600.000,00
TOTAL	R$	17.450.000,00
PODER LEGISLATIVO		
1 - Legislativo	R$	1.000.000,00

Cont. da Lei nº 2.300/95. fls.04.

PODER EXECUTIVO

2 - Gabinete do Prefeito	R$	1.800.000,00
3 - Assessoria de Assuntos Políticos	R$	63.000,00
4 - Assessoria de Assuntos Jurídicos	R$	71.000,00
5 - Assessoria Administrativa	R$	652.000,00
6 - Assessoria de Finanças	R$	740.000,00
7 - Assessoria de Educação e Cultura	R$	3.960.000,00
8 - Assessoria de Planejamento e Obras	R$	5.164.000,00
9 - Encargos Gerais do Município	R$	4.000.000,00
TOTAL	R$	17.450.000,00

ARTIGO 4º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todos os seus órgãos e fundos, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R$ 2.397.000,00 (DOIS MILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E SETE MIL REAIS), assim discriminadas:

01 - Legislativo	R$	37.000,00
08 - Educação e Cultura	R$	490.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$	1.870.000,00
TOTAL	R$	2.397.000,00

ARTIGO 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a atualizar, por Decreto Executivo, no dia 02 de janeiro de 1995, os valores constantes nas rubricas das Receitas, bem como nas Despesas do Orçamento presente, pela variação acumulada da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, que ocorrer no período de outubro a dezembro de 1995, para compensação de eventual defasagem do valor da moeda corrente.

Cont. da Lei nº 2.300/95. fls.05.

ARTIGO 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - proceder a abertura de créditos suplementares até o limite de 10% (DEZ POR CENTO) do total do Orçamento da Despesa, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64;

II - efetuar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 30% (TRINTA POR CENTO) da receita líquida estimada, nos termos da legislação em vigor.

III - Fica facultado ao Executivo Municipal, instituir o Quadro Auxiliar de Detalhamento de Despesa, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, através de Decreto, para melhor desenvolvimento e execução do Orçamento Municipal.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1996, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 1º de dezembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de dezembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.301, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre a criação da Assessoria de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criada a Assessoria de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, de acordo com os Anexos I e II integrantes da presente lei.

ARTIGO 2º - As atividades de competência da assessoria ora criada serão desenvolvidas mediante aproveitamento de servidores já pertencentes ao Quadro Permanente da Municipalidade, ou contratados mediante convênio com órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

ARTIGO 3º - Para atender as despesas decorrentes da execução desta lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade ,um crédito adicional especial da ordem de R$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS), assim classificado:

ASSESSORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

04000000.00 Agricultura.
04070000.00 Administração.
04070210.00 Administração Geral.
04070212.00 Manutenção das Atividades da Assessoria.

3.0.0.0	Despesas Correntes.....	R$ 65.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	R$ 65.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	R$ 57.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	R$ 57.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	R$ 5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	R$ 3.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	R$ 1.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	R$ 2.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	R$ 5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	R$ 5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	R$ 5.000,00

§ 1º - A cobertura do presente crédito será feita por conta de redução parcial de dotação orçamentária corrente, assim classificada:

9. Encargos Gerais do Município
9.1 Despesas Gerais da Administração
99999992.00 Reserva de Contingência.
9.0.0.0 Reserva de Contingência.....(-)R$ 70.000,00
9.9.0.0 Reserva de Contingência.....(-)R$ 70.000,00
9.9.9.0 Reserva de Contingência.....(-)R$ 70.000,00
9.9.9.9 Reserva de Contingência.....(-)R$ 70.000,00

§ 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o referido crédito, se necessário, na porcentagem de 10% (dez por cento) conforme preceitua o artigo 3º da Lei Municipal nº 2.238, de 26 de janeiro de 1995.

ARTIGO 4º - O Executivo Municipal deverá regulamentar através de Decreto, as responsabilidades e atribuições da Assessoria de Agricultura e Abastecimento criada por esta lei.

ARTIGO 5º - Fica substituído o cargo de Engenheiro Elétrico constante do Quadro de Pessoal, para o cargo de Arquiteto.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 15 de dezembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de dezembro de 1995.

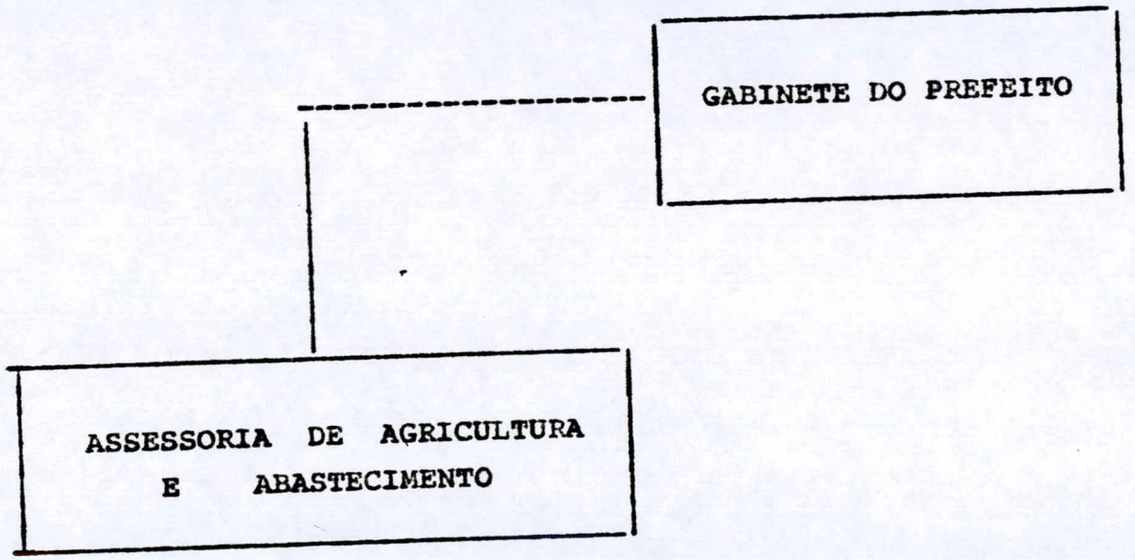
Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

A N E X O I

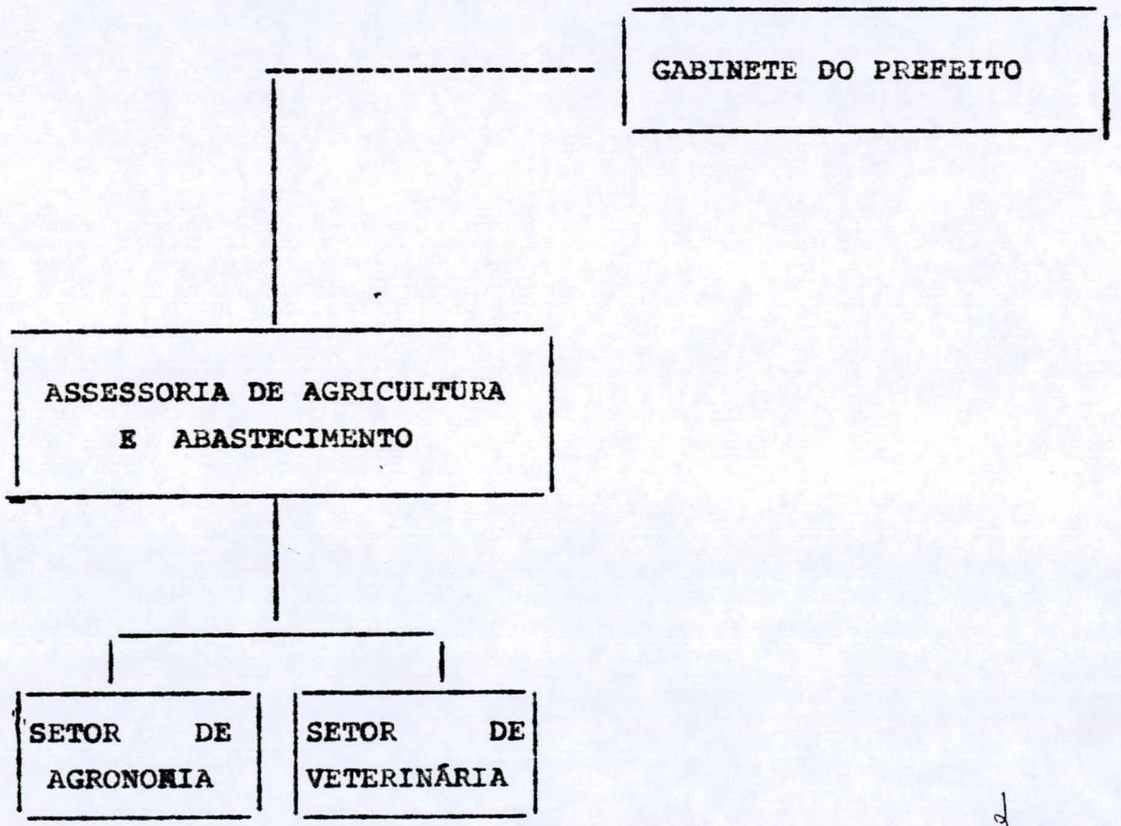


PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

A N E X O II



LEI Nº 2.302, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Educação Infantil e 1º Grau "Peter Pan" da Estância Turística de Tremembé e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Com a denominação de "Escola Municipal de Educação Infantil e 1º Grau "Peter Pan" da Estância Turística de Tremembé", fica criado um estabelecimento de ensino regular, que deverá ser regido pela legislação específica em vigor.

ARTIGO 2º - A formação das classes do estabelecimento de ensino que se refere o artigo anterior obedecerá o seguinte critério:

I - 30 (trinta) alunos, no máximo, em cada classe de 1ª a 4ª séries;

II - 35 (trinta e cinco) alunos, no máximo, em cada classe, de 5ª a 8ª séries.

PARÁGRAFO ÚNICO - No primeiro ano de funcionamento do estabelecimento de ensino ora criado somente funcionarão as classes de 1ª série, sendo que as classes de séries seguintes serão criadas gradativamente, ano a ano.

ARTIGO 3º - Para funcionamento do estabelecimento de ensino ora instituído serão aproveitadas as funções-atividades abaixo relacionadas, já constantes do Quadro Permanente da Municipalidade:

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	DIRETOR DE EMEIPG	"36"
01	COORDENADOR PEDAGÓGICO	"33"
01	PSICÓLOGO	"33"
01	SECRETÁRIO DE ESCOLA	"30"
01	AGENTE ADMINISTRATIVO	"26"
06	PROFESSOR	"26"
02	INSPETOR DE ALUNO	"11"
02	AUXILIAR GERAL	"08"
02	MERENDEIRA	"08"

(Cont. da Lei nº 2.302/95). fls.02.

§ 1º - A carga horária dos servidores das funções-atividades descritas neste artigo será a seguinte:

I - Professor: 20 horas semanais;
II - Diretor de EMEIPG: 40 horas semanais;
III - Coordenador Pedagógico: 40 horas semanais;
IV - Secretário de Escola: 40 horas semanais;
V - Agente Administrativo: 40 horas semanais;
VI - Inspetor de Aluno: 40 horas semanais;
VII - Auxiliar Geral: 40 horas semanais;
VIII - Merendeira: 40 horas semanais.

§ 2º - Para atender ao disposto neste artigo, serão transformadas funções-atividades já existentes no Quadro Permanente da Municipalidade conforme segue:

I - DE:
Diretor de EMEI'S (confiança) - 2 vagas - Referência "31".
PARA:
Diretor de EMEIPG (confiança) - 1 vaga - Referência "36".
Coordenador Pedagógico (confiança) - 1 vaga - Referência "33".

II - DE:
Inspetor de Serviços de Carpintaria - 1 vaga - Referência "27".
PARA:
Secretário de Escola - 1 vaga - Referência "30".

§ 3º - As funções-atividades de Diretor de EMEIPG e Coordenador Pedagógico serão de confiança e de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, sendo obrigatória a formação em Curso Superior de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar para ocupá-las.

§ 4º - As demais funções-atividades constantes deste artigo serão preenchidas através de concurso público, devendo, contudo, ser dada prioridade a servidores concursados já integrantes do Quadro de Pessoal da Municipalidade e àqueles que estejam em lista de espera de concurso, desde que devidamente habilitados.

§ 5º - O Quadro de Docente e Dicente será preenchido gradativamente, na medida em que forem abertas novas séries, conforme parágrafo único do artigo 2º.

(Cônt. da Lei nº 2.302/95). fls.03.

ARTIGO 4º - Esta lei deverá ser regulamentada dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação, através de Decreto Executivo, o qual aprovará o Regime Escolar do estabelecimento de ensino criado por esta lei.

ARTIGO 5º - As despesas por conta da presente lei onerarão dotações próprias constantes do orçamento fiscal vigente e futuros.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Muncipal da Estância Turística de Tremembé, em 15 de dezembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de dezembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.303, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada "RUA FIRMINO TURCI" a Rua 9 do Loteamento São Vicente de Paula, em nosso Município.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 15 de dezembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de dezembro de 1995.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.304, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre aquisição de Cestas Básicas para distribuição, a título oneroso, aos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, mensalmente, de distribuidora de alimentos, cestas básicas para distribuição aos servidores públicos municipais, a título oneroso, sob a forma de atendimento social.

ARTIGO 2º - A cesta básica será paga da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento) do seu valor pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé;

II - 90% (noventa por cento) do seu valor pelos servidores públicos municipais que a adquirirem.

ARTIGO 3º - Fica estipulado que cada servidor público poderá adquirir um máximo de 04 (quatro) cestas básicas, cujo valor será descontado dos respectivos vencimentos, do mês que se fizer o pedido de compra.

ARTIGO 4º - A cesta básica contará com 24 (vinte e quatro) ítens, conforme Anexo C.B. que passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 5º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta da classificação orçamentária abaixo discriminada, constante do orçamento corrente, suplementadas se necessário:

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.45 Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.1.3.2 Outros Serviços e Encargos.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Cont. Lei nº 2.304/95) fls. 02.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 26 de dezembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de dezembro de 1995.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal Substituta

ANEXO C.B.

01 lata de extrato de tomate - 370 grs.
01 quilo de sal.
01 pacote de bombril.
15 quilos de arroz tipo I.
05 quilos de feijão.
10 quilos de açúcar.
02 quilos de farinha de trigo.
02 quilos de macarrão spaguetti.
1/2 quilo de farinha de mandioca.
01 quilo de farinha de milho.
01 lata de leite em pó integral.
01 quilo de pó de café.
02 pacotes de bolacha água e sal - 200 grs.
05 latas de óleo de soja - 900 ml.
01 lata de goiabada.
01 frasco de vinagre.
01 pacote de fósforo.
01 frasco de detergente.
05 peças de sabão em pedra.
01 caixa de sabão em pó - grande.
03 peças de sabonete - 90 grs.
02 tubos de pasta de dente - 90 grs.
01 litro de groselha.
08 rolos de papel higiênico.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - TEL.: (0122) 72-1411 - FAX 72-2413 - S. P.

LEI Nº 2.305, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

"Dispõe sobre pagamento de Impostos e Taxas Municipais."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Quando os valores anuais do Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana - IPPU, do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, da Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas e da Taxa de Remoção de Lixo, somados, forem iguais ou inferiores a 25 (vinte e cinco) Unidades Fiscais de Referências - UFIRS, deverão ser recolhidos em parcela única, no prazo constante do artigo 61 e parágrafos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com a redação dada pela Lei Municipal nº 2.299, de 6 de novembro de 1995.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1996.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 26 de dezembro de 1995.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de dezembro de 1995.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal Substituta